

# REVISTA DO GEL

Grupo de Estudos Linguísticos  
do Estado de São Paulo

Grupo de Estudos Linguísticos  
do Estado de São Paulo

# REVISTA DO GEL

ISSN 1984-591X

Revista do GEL	São Paulo	v. 8	n. 1	p. 192	2011
----------------	-----------	------	------	--------	------

**Diretoria do GEL / 2009-2011**

Universidade Federal de São Carlos  
Presidente: Gladis Maria de Barcellos Almeida  
Vice-Presidente: Roberto Leiser Baronas  
Tesoureira: Flávia Bezerra de Menezes Hirata-Vale  
Secretária: Mônica Baltazar Diniz Signori

**Revista do GEL**  
revistadogel@gel.org.br  
<http://www.gel.org.br/revistadogel>

**Comissão Editorial Executiva**

Alessandra Del Ré  
Cristina Carneiro Rodrigues  
Flávia B. M. Hirata-Vale  
Gisele Cristina de Sousa  
Luciana Gimenes  
Olga Ferreira Coelho  
Ruth Lopes

**Editora Responsável**

Olga Ferreira Coelho

**Revisão e Normatização**

Adélia Maria Mariano da S. Ferreira

**Diagramação**

William de Paula Amado

**Conselho Editorial**

Antônio Alcir Bernárdez Pécora (Unicamp), Carlos Subirats Rüggeberg (Universidade de Barcelona), Clélia Cândida Abreu Spinardi Jubran (Unesp-Assis), Danilo Marcondes Souza Filho (PUC-RJ), Evani de Carvalho Viotti (USP), Helena Nagamine Brandão (USP), Ieda Maria Alves (USP), Jacques Fontanille (Universidade de Limoges), José Borges Neto (UFRJ), Kanavilil Rajagopalan (Unicamp), Lourenço Chacon (Unesp-Marília), Marco Antônio de Oliveira (UFMG), Maria Célia de Moraes Leonel (Unesp-Araraquara), Maria Filomena Gonçalves (Universidade de Évora), Maria Irma Hadler Coudry (Unicamp), Marta Luján (Universidade do Texas-Austin), Mirta Groppi A. de Varella (USP), Otto Zwartjes (Universidade de Amsterdã), Pierre Swiggers (Universidade Católica Louvain), Raquel Santana dos Santos (USP), Renata Maria Faccuri Coelho Marquezan (Unesp-Araraquara), Roberto Gomes Camacho (Unesp-SJRP), Wilmar da Rocha D'Angelis (Unicamp).

Publicação semestral

Solicita-se permuta/Exchange desired

Revista do GEL / Grupo de Estudos Linguísticos do Estado de São Paulo. Vol. 1 (2004).  
São Paulo: Grupo de Estudos Linguísticos do Estado de São Paulo, 2004-

Semestral  
ISSN 1984-591X

# SUMÁRIO / CONTENTS

**EDITORIAL** ..... 6

## **ARTIGOS / ARTICLES**

### **APONTAMENTOS SOBRE UMA ANÁLISE DO DISCURSO DA CRÍTICA LITERÁRIA UNIVERSITÁRIA**

*NOTES ON AN ANALYSIS OF THE DISCOURSE OF  
UNIVERSITARIAN LITERARY CRITICISM*

Grenissa STAFUZZA ..... 8

### **TENDÊNCIAS DE NORMALIZAÇÃO NA TRADUÇÃO PARA O INGLÊS DE *AS MULHERES DE TIJUCOPAPO***

*TENDENCIES OF NORMALIZATION IN THE TRANSLATION  
TO ENGLISH OF AS MULHERES DE TIJUCOPAPO*

Grace Gonçalves GRIGOLETO e Diva Cardoso de CAMARGO ..... 31

### **SUBSÍDIOS DA LINGUÍSTICA SISTÊMICO-FUNCIONAL PARA A ABORDAGEM DE TRADUÇÕES DE TRADUTORES EM FORMAÇÃO**

*USING SYSTEMIC FUNCTIONAL LINGUISTICS TO ANALYZE  
TEXTUAL PRODUCTION OF TRANSLATION STUDENTS*

Camila Nathália de Oliveira BRAGA e Adriana Silvina PAGANO ..... 49

### **PRÁTICAS DE LEITURA POR MEIO DE OBJETOS DE APRENDIZAGEM NA MODALIDADE DIGITAL**

*PRACTICE OF READING THROUGH LEARNING OBJECTS*

Sheila de SOUSA FERREIRA e Ana Lúcia TINOCO CABRAL ..... 69

### **A AQUISIÇÃO DE *SER* E *ESTAR* NO ENSINO DE PORTUGUÊS COMO LÍNGUA ESTRANGEIRA**

*SER AND ESTAR ACQUISITION IN TEACHING  
PORTUGUESE AS A FOREIGN LANGUAGE*

Ana Paula HUBACK ..... 91

**A CONSTRUÇÃO DO *ETHOS* INSTITUCIONAL  
EM ANÚNCIOS PUBLICITÁRIOS**

*THE CONSTRUCTION OF INSTITUTIONAL*

*ETHOS IN ADVERTISEMENTS*

Acir Mário KARWOSKI e Iara Bemquerer COSTA ..... 108

**AFORIZAÇÃO NO DISCURSO DE AUTOAJUDA**

*APHORISATION IN THE SELF-HELP DISCOURSE*

Anna Flora BRUNELLI ..... 125

**O OUTRO CORPO DO(EU):  
A DISCURSIVIDADE NA CARNE**

*THE OTHER BODY: THE DISCOURSE OF THE CARNAL NATURE*

Sandro BRAGA ..... 138

**CARACTERÍSTICAS ACÚSTICAS DO PROCESSO DE  
EPÊNTESE DO GLIDE [j] DIANTE DE  
[s] NÃO-PALATALIZADO**

*ACOUSTIC CHARACTERISTICS OF [j] GLIDE*

*EPENTHESIS PROCESS BEFORE NON-PALATAL [s]*

Cleiliane Sisi PEIXOTO ..... 156

**VERBOS DE REESTRUTURAÇÃO NO  
PORTUGUÊS BRASILEIRO**

*RESTRUCTURING VERBS IN BRAZILIAN PORTUGUESE*

Núbia Ferreira RECH ..... 172

ÍNDICE DE ASSUNTOS ..... 190

SUBJECT INDEX ..... 191

ÍNDICE DE AUTORES/ AUTHORS INDEX ..... 192

## EDITORIAL

Este oitavo volume da *Revista do GEL* apresenta estudos sobre diferentes gêneros de textos, sobre certos aspectos da tradução e da preparação de especialistas para realizá-la, propostas voltadas para o ensino-aprendizagem de línguas e descrições de fenômenos do Português do Brasil.

O primeiro artigo acompanha uma trajetória de construção do discurso crítico acadêmico sobre literatura, a partir da análise de textos publicados em revista especializada e do tipo de recepção à obra de Joyce nesse contexto. O segundo analisa, a partir de ferramentas computacionais, possíveis tendências de normalização na tradução para o inglês da obra *As mulheres de Tijucopapo*, de Marilene Felinto, enquanto o terceiro trata da *performance* de tradutores em formação, com base em estudo empírico.

Ainda voltados para uma perspectiva mais aplicada, o quarto estudo lida com possibilidade oferecida por objetos de aprendizagem para o trabalho com leitura, e o quinto analisa a aquisição dos verbos *ser* e *estar* por estudantes de português como segunda língua.

O objetivo do artigo seguinte é descrever os princípios de constituição do *ethos* institucional de um banco em anúncios publicitários e as correlações desse *ethos* com aspectos sociais e ideológicos de dois períodos da recentíssima história do país. Em seguida, temos um estudo que toma as reflexões de Maingueneau sobre a aforização e as diferenças entre a enunciação aforizante e a textualizante para interpretar enunciados destacados do discurso de autoajuda e evidenciar alguns dos seus efeitos de sentido. Há, ainda, nesse conjunto de textos voltados para o estudo do texto e do discurso, um trabalho que observa como a crise do sujeito moderno está implicada nas formas e possibilidades pelas quais o travesti transgride, no corpo, a determinação genético-sexual. Essa investigação procura demonstrar que o processo de mutação do corpo aí envolvido está aliado a uma complexa variação da linguagem de referência a si mesmo.

Em subseção voltada para a descrição linguística, encontramos uma comparação entre propriedades acústicas dos ditongos epentéticos com as dos ditongos vernáculos; a descrição procura explicitar a diferenciação entre eles,

bem como apontar os distintos modos de marcar essa diferenciação. Nessa mesma subseção, o trabalho final investiga o fenômeno de reestruturação no Português Brasileiro, defendendo a hipótese de que o diagnóstico de açamento do clítico não é confiável para revelar a formação de predicado complexo.

Diante de mais um conjunto interessante de estudos, agradeço a todos que contribuíram para a sua elaboração, em especial, a Adélia Mariano Ferreira, Rosane de Sá Amado e todos os integrantes da atual Diretoria do GEL, pelas ações que permitiram superar específicas dificuldades do trabalho neste semestre.

Boa leitura!

*Olga Ferreira Coelho*

Editora Responsável

# APONTAMENTOS SOBRE UMA ANÁLISE DO DISCURSO DA CRÍTICA LITERÁRIA UNIVERSITÁRIA

Grenissa STAFUZZA<sup>1</sup>

**RESUMO:** No presente artigo, tecemos alguns apontamentos sobre uma análise do discurso da crítica literária universitária mostrando uma trajetória de construção do discurso crítico acadêmico especializado na literatura. Para tanto, consideramos a transformação do gênero artigo crítico literário, de autoria de professores universitários, publicados em uma revista especializada, assim como a recepção crítica do escritor James Joyce e de sua obra, ressaltando a sua legitimação na universidade.

**PALAVRAS-CHAVE:** Análise do Discurso. Revista Acadêmica. Artigo Crítico-Literário. James Joyce. *Ulysses*.

## Introdução

“Quem estudar no futuro a evolução da crítica literária entre nós, neste século, não poderá deixar de observar a diferença na conceituação e no seu exercício entre os anos anteriores à década de 50 e os que lhe sucederam”. É com essa orientação que Afrânio Coutinho inicia o tema “Crítica Velha e Nova” em seu artigo *Crítica de mim mesmo*,<sup>2</sup> de 1984, com referência ao filósofo Benedetto Croce (1866-1952), que escreveu *Contributo alla critica di me stesso*, em 1918. É a partir do lugar de professor, crítico literário e ensaísta que buscou acima de tudo a renovação da crítica literária brasileira que, na década de 50, encontrava-se, segundo ele próprio, “dominada pelo impressionismo, velho e sovado, e, pior ainda, transformado ou degenerado

---

<sup>1</sup> Departamento de Letras, UFG, Catalão, GO, Brasil, grenissa@gmail.com

<sup>2</sup> Artigo de livre acesso na web no endereço <http://www.pacc.ufrj.br/literaria/mimmesmo.html>. Acesso em: 22 fev. 2011.

em simples jornalismo, ou achismo, do gostei ou não gostei”, que tomamos a sua sugestão como percurso neste artigo que ora se configura.

Para tal, trataremos da crítica literária universitária (especialmente a biográfica) a partir de um artigo publicado, em 1959 (*Le mysticisme qui plaisait a Joyce – note sur la source première d’Ulysse*<sup>3</sup>), na revista francesa *La Revue des Lettres Modernes – Histoire des Idées et des Littératures (R.L.M.)*, de autoria do professor William Bedell Stanford, escrito em 1951. Desse modo, estabelecemos num primeiro momento os fundamentos de Gustave Lanson para a história e crítica literária na universidade para, em seguida, tratarmos da análise do artigo em questão.

Os artigos que compõem esse quadro de período de crítica literária nesta edição da *R.L.M.* apoiam-se na tradição da história literária, assim como nos alicerces de pesquisas filológicas acerca da obra, observados principalmente pelo tempo em que foram escritos (de 1949 a 1962), sendo que a publicação na língua francesa é entre as décadas de 1956 a 1965. Isso demonstra que, mesmo em 1965, já com o surgimento de outras correntes de crítica literária na universidade e suas publicações teóricas, o mercado editorial tinha espaço para a publicação de pesquisas acadêmicas que visavam à tradição de história literária, à urgência (dada a publicação de *Ulysses* em 1922) em tratar do autor, de sua biografia, bem como em definir elementos estéticos da obra que poderiam ser decorrentes de um processo de modernização da linguagem literária. Nessa época já eram comercializadas no mercado editorial revistas literárias especializadas em determinadas correntes de críticas e teorias literárias e, assim como Derrida,<sup>4</sup> fundamentando-se no desconstrutivismo, tentou dar conta do escritor e seu texto, os professores universitários, voltados para uma memória de crítica literária clássica, também deram a sua contribuição ao modo histórico de se fazer crítica literária, para a literatura joiyana.

---

<sup>3</sup> “O misticismo que agradava Joyce – nota sobre a origem primeira de Ulysses” (nossa tradução do original).

<sup>4</sup> Jacques Derrida também participa enquanto autor de *La Revue des Lettres Modernes*, com uma publicação de um artigo na edição de 1988, “*Scribble*” 1: *Genèse des Textes*. Seu artigo intitula-se “*Scribble* pouvoir/ écrire” (p. 13-24) e tem como matéria de estudo a obra *Finnegans Wake*, de James Joyce.

## Fundamentos de Gustave Lanson para a história e crítica literárias na universidade

Especialmente aqui, faz-se necessário especificar com maior acuidade a relevância da história e da crítica literária, pois, ao final do século XIX, quando a história literária foi instituída como disciplina universitária, esforçava-se para se distinguir da crítica literária, qualificada nessa época como dogmática ou impressionista. Assim, pensamos ser respeitável o debate que se seguiu entre a história literária – tida como uma disciplina erudita – e crítica literária com Lanson, Sainte-Beuve, Taine. A importância também de situar o monumento da *Histoire Littéraire de la France* ressaltando o empreendimento de instituir uma consciência histórica da literatura como instituição social relativa no tempo e dependente do sentimento nacional.

Gustave Lanson (1854-1934) define a história literária, no início do século XX, como uma reconstituição das condições sociais da produção e da recepção literária, programa não realizado, mas firmemente defendido mais tarde por Lucien Febvre, em 1941, e depois por Roland Barthes, em 1960.

Lanson foi um importante estudioso da história da crítica literária francesa, sendo que o seu método apontava a necessidade de estudar crítica literária na universidade. Para Lanson, não havia possibilidade de escrever artigos de jornais, como Sainte-Beuve, ou estudar todas as áreas artísticas possíveis, como Taine: a crítica literária exigia um nível de erudição e de especialidade que forçava o crítico literário a passar sua vida estudando um único autor. Daí o surgimento dos especialistas que hoje dominam a universidade: a estrutura da produção de crítica literária hoje se encontra relacionada com os métodos de Lanson.

Se os críticos da atualidade têm certa ressalva em relação aos métodos de Lanson é porque o estudioso é considerado o precursor do movimento positivista<sup>5</sup> na crítica. No entanto, lembramos que Lanson é menos positivista que Taine e Zola, uma vez que ele não considera que seja possível fazer uma ciência

---

<sup>5</sup> Devemos entender por positivismo em história literária não aquele de Augusto Comte, mas todo o conjunto de técnicas de estabelecimento “positivo” dos fatos literários, segundo as normas oriundas do século XIX e baseadas no pressuposto de que explicar a literatura significava falar de sua origem a partir dos fatos “positivos”, facilmente identificáveis, de autoria, gênese nos fatores exteriores do meio social, histórico, geográfico, biológico. Sílvio Romero é um exemplo de crítico brasileiro que pensava a crítica e a história literária desse modo.

da literatura, tampouco considera que a crítica adquira o *status* de disciplina objetiva. De outro modo, Lanson recusa abertamente o método de Taine, por avaliar a impossibilidade de chegar a fórmulas ou sistemas sobre a criação literária. Assim, ele observa que os estudos de Sainte-Beuve são bem mais interessantes porque seu método é mais impressionista.

Lanson também é respeitável pela dimensão internacional que deu à literatura francesa. Até o final do século XIX, os críticos eram importantes personalidades nacionais, mas a crítica francesa não era considerada vanguarda internacional no campo das artes. Até Lanson, que foi considerado uma personalidade internacional e circulava no meio acadêmico norte-americano, tornando-se muito conhecido também pelo seu texto de *Histoire de la littérature française* (1894),<sup>6</sup> que se transformou em um modelo para livros similares. Os manuais de literatura hoje em dia, por exemplo, são geralmente baseados no modelo de Lanson: divisão por gêneros, por estilos literários, abordagem de questões históricas e sociais. Nesse caso, não vemos mais uma história literária focada no ambiente, como ocorre no caso de Taine, ou preocupada pelo indivíduo, pelo gênio, como no caso de Sainte-Beuve.

Além de sua importância na história literária, podemos dizer que Lanson ocupa um lugar fundamental em outro campo da crítica literária: o do estudo dos manuscritos. Primeiramente, ele expressa a necessidade de um estudo das fontes literárias, ou seja, procurar, nos manuscritos de um determinado autor, a história, ou o evento, no qual ele se inspirou. Desse modo, nos manuscritos de Zola, por exemplo, podemos encontrar um recorte de jornal que ele empregou para criar o enredo de determinado romance. Logo, o estudo das fontes tem ainda origem na necessidade de ligar a literatura à realidade e, assim, destacar que a literatura tem valor por se basear em um fato real. Outro aspecto desse estudo é a busca de influências: ao estudar o manuscrito de Lamartine, por exemplo, podemos encontrar referências a um poema de Victor Hugo e, conseqüentemente, comprovar que ele foi uma influência para Lamartine. Para Lanson, esse procedimento tinha um objetivo bem específico: procurar o que era original em cada autor (LANSON, 1938, p. 425).

Assim, o desenvolvimento de um tipo de crítica literária positivista dominada pela descrição de fatos históricos relacionados com a vida dos autores, pelo relato da história local e dos ambientes sociais em que os autores viveram,

---

<sup>6</sup> Nossa edição: *Histoire de la littérature française*. Paris: Hachette, 1938.

tudo confluindo para um estudo de influências que havia de determinar o perfil literário de um escritor, terminava por formalizar essa metodologia crítica à qual se denominou *lansonismo*.

Todos os mecanismos de interpretação e compreensão da obra de arte literária fundavam-se na pesquisa de dados pessoais sobre os autores, os pormenores de suas vidas, condições de produção das obras, leituras realizadas e o convívio com outros escritores contemporâneos. Esse tipo de prática literária foi base de trabalho de *Histoire de la littérature française* e dos vários estudos que Lanson realizou sobre Bossuet, Boileau, Corneille e Voltaire.

Notamos que essa investigação liga-se ainda a uma perspectiva científica da crítica literária, implicando que as afirmações organizadas em um texto ou artigo crítico devem ser evidenciadas com subsídios da realidade. Sob esses termos, a citação em um manuscrito seria uma prova. Entretanto, sabemos que um literato pode fazer referências a outro autor sem citá-lo explicitamente em seu manuscrito, de modo inconsciente – se considerarmos a característica da heterogeneidade intrínseca ao texto literário. Nos estudos em literatura e crítica literária hoje, raramente fala-se do conceito de influência (exceto em Harold Bloom), sendo esse termo substituído pelo conceito de intertextualidade, ou seja, pressupõe-se que todos os textos estariam em uma rede intertextual, estariam relacionados a outros textos.

Notamos, inclusive hoje, na universidade, tanto de modo empírico quanto tomando como dados de análise os artigos da *La Revue des Lettres Modernes*, a força da influência da história e crítica literária que preconizava Lanson: o uso do método biográfico nas análises de obras literárias, a verificação do contexto histórico-social que se aplica à obra, as “influências” de outros autores na obra do autor em estudo. Isso não significa uma falta de renovação na universidade ou que a continuidade da história literária à *la* Lanson denota o atraso curricular no modo de se fazer crítica. De outro modo, é a força da tradição da história literária na universidade, sendo esse um processo histórico de fazer crítica e, portanto, reconhecido.

## Notas sobre a crítica literária de jornal

Sainte-Beuve (1804-1869), no século XIX, trabalhava uma semana preparando seus artigos, que, pelo valor crítico, o tornaram uma das grandes figuras da história literária da França. A crítica, assim, consistia num elaborado

artigo semanal, estampado nos rodapés ou folhetins de jornais, com a finalidade de prestigiar os livros publicados no momento. A metodologia crítica de Sainte-Beuve fundamentava-se no fato de que a obra de um escritor seria primeiramente todo um reflexo de sua vida e poderia explicar-se por meio dela. Esse método estabelece-se sobre a busca do intento poético do autor (intencionalismo), bem como sobre suas qualidades pessoais (biografismo). Depois disso, vários escritores reproduziram a fórmula de Sainte-Beuve: Anatole France, Émile Faguet, Edmond Jaloux, André Rousseau, entre outros.

No entanto, nesse momento histórico, a crítica praticada no jornal era outra, superficial, baseada no “gostei” ou “não gostei” deste ou daquele livro, não havia um seguimento teórico aprofundado e fundamento. A crítica de jornal precisou sair do jornal para ganhar metodologia, aperfeiçoamento e especialização. O perfil de quem escrevia críticas (e aqui dizemos “crítica” de forma mais superficial e sem, de fato, querer dizê-la por falta de um vocábulo que a denomine melhor, pois o que resulta de colunas de jornal hoje são resenhas de livros e não críticas) era em sua maioria jovens iniciantes nas letras<sup>7</sup> ou mesmo figuras idosas opinantes convencidas da sua verdade, mas que não estudavam os livros, não aprofundavam as leituras, apenas exerciam o direito que adquiriram por qualquer motivo – prestígio ou amizade com o dono de um jornal – e atiravam-se ao combate exercendo de modo catedrático a censura literária, condenando uns e elevando outros. Logo:

Jamais eram trabalhos isentos e objetivos. Conquistavam fama de inteligentes e sabedores, sem que ninguém lhes houvesse presenciado os estudos e se montavam num rodapé de um grande jornal dando as cartas. Eram ferrenhos na distribuição do castigo e da condenação, com a fêrula sempre erguida e o dedo em riste. Ninguém podia com eles, ninguém lhes escapava. Metidos a gênios, só porque todos lhes tinham medo, não passavam de geniosos, como diria Mário de Andrade. (COUTINHO, 1984)

Esse exercício e esse perfil de “crítico” parece que se extinguiram com o jornal moderno. Pode ser que ainda tenha um ou outro que praticam esse ofício, que é para Coutinho, um “simulacro de crítica”, mas que se aproximava mais da resenha. O jornal moderno e factual só se interessa pela notícia ou

---

<sup>7</sup> Podemos citar vários literatos que quando eram universitários iniciantes, e mesmo depois de consagrados no mundo da literatura – o que era comum no século XIX e até meados do século XX –, fizeram disso um exercício de escrita, como o próprio Joyce, Victor Hugo, Émile Zola, Machado de Assis, entre muitos outros.

pelo comentário sobre a atualidade, afastando ou reduzindo a literatura e, conseqüentemente, a crítica. Nesse sentido, ele prefere o breve noticiário sobre livros, no intuito de divulgar as obras para o público a pedido (e mediante o pagamento) de suas editoras. E a velha crítica de jornal se transforma na resenha, geralmente uma nota curta que induz o leitor a se interessar pelo livro e adquiri-lo: o jornal passa a ser também o meio de publicidade e propaganda, o meio de promoção da obra.

Assim, no século XX, Sainte-Beuve cede e a crítica literária muda-se de lugar e de *status*, transferindo-se para as revistas especializadas e universidades que as veem como objeto de ensino, análise e interpretação, considerando-a a partir de um arcabouço teórico e metodológico específico. O que o jornal moderno permite ainda é a resenha, anúncio ligeiramente comentado dos livros, por uma pessoa com maiores informações do que o leitor comum. Portanto, esse método não pode ser considerado como crítica, mas sim prática jornalística aplicada à literatura, exercida por alguém mais apto para a leitura e com maior capacidade de percepção literária.

O resenhador pronuncia em suas resenhas uma impressão, é um impressionista que fornece uma opinião para o público, sem se basear em qualquer código ou critério, sem uma teoria dos valores, sem fundamentos técnicos para consagrar ou condenar uma obra literária.

Sente-se bem a diferença entre crítica literária e resenha quando se recorre ao mundo anglo-saxônico. Para a crítica de um artigo de jornal que trata da publicação dos livros do momento, denomina-se na língua inglesa *review*, *bookreview*, sendo a própria atividade *book-reviewing*. Assim, o *reviewer* é um escritor designado a resenhar os livros de publicação recente. Nos grandes jornais de circulação, essa ocupação é desempenhada de modo rotativo, ou seja, diversos escritores revezam-se na tarefa, de acordo com sua preferência e gosto em relação aos gêneros: há aqueles que preferem resenhar livros de ficção; outros, de política; outros, de poesia; livros de história; filosofia; biografias etc. Nesse sentido, há uma especialização, sendo que os encarregados dos suplementos literários ou colunas de revistas consagradas às resenhas já conhecem as preferências dos escritores colaboradores ao fazerem a distribuição das incumbências.

Desse modo, nenhum colaborador transforma-se em crítico ao escrever os *reviews*, pois se limita a elaborar comentários superficiais, em decorrência da rápida leitura, sem estudo ou profundidade, que são pagos como anúncios

de editoras. Por isso é comum que os autores de livros resenhados escrevam cartas contestando as leituras dos *reviewers*, discutindo-lhes os comentários, contrapondo suas afirmações. Logo, as resenhas têm o seu lugar, mas não são críticas.

A crítica, por sua vez, possui uma concepção de natureza diferente da própria literatura, do fazer literário. A crítica enfrenta a literatura: reveste-se de todo um aparato de trabalho para adentrar na obra literária. A primeira etapa da construção da crítica literária é que o crítico faça leituras aprofundadas, que estude a obra para analisá-la, para estabelecer sua crítica; e isso significa dizer que o crítico possui qualidades que lhe dão a autoridade de estabelecer a crítica, pois ele possui formação para escrevê-la, conhece a história literária e teorias, as técnicas que a poética, a retórica, a estilística, a linguística etc., colocam à sua disposição. E então passa ao julgamento da obra, uma vez que não há crítica sem juízo estético, pois não se trata de uma análise somente descritiva; a análise é também valorativa.

Evidentemente, a crítica é um ato fundamentado, dotado de regras e normas e, por isso, instaurou-se no ensino dos cursos de Letras, na cátedra universitária, veiculando-se em teses, revistas e livros especializados. A chamada crítica universitária é um resultado da vida moderna, da especialização do saber, da sofisticação do conhecimento. Por meio da crítica, do ato crítico sobre a literatura, há o exercício profundo de leitura e reflexão que exigem a análise e o julgamento da literatura.

## **Crítica literária universitária no século XX: duas críticas, um objeto e a eclosão das revistas**

Distintas da crítica de jornal, as duas críticas de que nos fala Barthes revelam tensão na academia: primeiramente por ambas serem especializadas no objeto literário e, em segundo lugar, por ambas estabelecerem-se com propriedade nos cursos de Letras das universidades francesas. Trata-se, designadamente, da crítica universitária e da crítica da interpretação.<sup>8</sup>

---

<sup>8</sup> É pertinente mencionarmos que essa distinção designativa entre “crítica universitária” e “crítica de interpretação” foi convencionalizada. Não significa que a crítica de interpretação esteve ou esteja fora da universidade. Ambas encontram-se na universidade, sendo que a diferença fundamental é que a crítica universitária designa-se dessa forma por ter uma tradição de crítica literária, já a crítica de interpretação possui um vasto repertório pensado no século XX, sendo que sua prática universitária é posterior aos anos 50.

A crítica universitária possui uma tradição legitimada pelo método positivista herdado de Lanson e, conseqüentemente, possui seus fundamentos na história literária. Isso significa dizer que a crítica universitária tem seu programa definido a partir do estabelecimento de fatos biográficos ou literários. A crítica da interpretação, por sua vez, possui representantes bem distantes uns dos outros, como J. P. Sartre, G. Bachelard, L. Goldmann, G. Poulet, J. Starobinski, J. P. Weber, R. Girard, J. P. Richard. O que eles têm em comum é que se ligam a uma das grandes ideologias da época, o existencialismo, o marxismo, a psicanálise, a fenomenologia. Por isso poderíamos também denominar essa crítica de crítica ideológica, opondo-se à crítica universitária (apesar de o positivismo constituir-se também em uma ideologia) que busca ser objetiva, recusando-se a admitir novas teorias e ideologias.

Assim, existem acordos entre as duas críticas: a crítica ideológica é admitida e praticada por professores universitários franceses, pois, por razão de tradição e profissão, o estatuto intelectual confunde-se facilmente com o estatuto universitário; e, por outro lado, a universidade reconhece a crítica da interpretação. A prova disso são as teses de doutoramento que abordam o assunto.<sup>9</sup>

Ao considerarmos a tradição e a força da herança positivista nos cursos de Letras das universidades francesas, concordamos com o que Barthes (2007, p. 150) considera:

As aquisições do positivismo, suas próprias exigências, são irreversíveis: ninguém hoje, qualquer que seja a filosofia que adote, pensa em contestar a utilidade da erudição, o interesse das *mises au point* históricas, as vantagens de uma análise fina das “circunstâncias” literárias, e se a importância concedida ao problema das fontes pela crítica universitária pressupõe já uma certa ideia do que é a obra literária, nada pelo menos pode opor-se a que se trate esse problema com exatidão, uma vez que se decidiu colocá-lo; não existe pois, à primeira vista, nenhuma razão que impeça as duas críticas de se reconhecer e de colaborar entre si: a crítica positivista estabeleceria e descobriria os “fatos” (já que tal é sua existência) e deixaria a outra crítica livre para interpretá-los, ou mais exatamente “fazê-los significar” por referência a um sistema ideológico declarado.

<sup>9</sup> Necessariamente devemos especificar que as teses defendidas nas universidades da França (em especial nos anos 60 e 70, do século XX) que tiveram como fundamento de análise ou de referência teórica a crítica da interpretação eram mais liberalmente aceitas por uma banca de professores examinadores da área da filosofia do que das letras (BARTHES, 2007). Isso significa dizer o quanto a tradição da história literária e da biografia orientava e dominava as leituras dos professores universitários das letras.

No entanto, a relação não é tão pacificadora quanto parece, já que o lugar comum dessas duas críticas é a universidade: se a crítica da interpretação é pensada e praticada por professores universitários intelectuais, ela é ou não admitida e posta em prática também por professores que carregam o mesmo *status*. O que está em questão são as duas ideologias em concorrência: de um lado, o positivismo, que inspira a crítica literária universitária limitando suas leituras às “circunstâncias” da obra, praticando um postulado parcial da literatura quando não questiona a criação literária, colocando-se na posição de ser uma crítica objetiva; e, de outro, a crítica de interpretação, que também pode ser chamada de crítica ideológica por interpretar o texto literário a partir de um outro lugar, seja o histórico, o psicológico, o existencialista, mas que são lugares interpretados na obra literária e interpretáveis também na mentalidade ideológica de dada época.

Dito isto, podemos observar que a crítica universitária recusa implicitamente a crítica de interpretação justamente pelo posicionamento ideológico em que elas se encontram e não porque a crítica universitária seja retrógrada nem porque recuse veementemente o novo por puro receio de perder sua cátedra. Logo, sobre essa matéria de debate, assim esclarece Barthes (2007, p. 159-160):

Já que esses princípios ideológicos diferentes são possíveis *ao mesmo tempo* (e de minha parte, de certo modo, eu subscrevo *ao mesmo tempo* cada um deles), é que sem dúvida a escolha ideológica não constitui o ser da crítica, e que a verdade não é sua sanção. A crítica é outra coisa diversa de falar certo em nome de princípios “verdadeiros”. Portanto, o pecado maior em crítica, não é a ideologia, mas o silêncio com o qual ela é recoberta: esse silêncio culpado tem um nome: é a boa consciência ou, se se preferir, a má-fé. Como acreditar, com efeito, que a obra é um objeto exterior à psique e à história daquele que a interroga e em face do qual o crítico teria uma espécie de direito de extraterritorialidade? Por que milagre a comunicação profunda que a maioria dos críticos postulam entre a obra e o autor que eles estudam cessaria quando se trata de sua própria obra e de seu próprio tempo? Haveria leis de criação válidas para o escritor mas não para o crítico? Toda crítica deve incluir em seu discurso (mesmo que fosse do modo mais indireto e pudico) um discurso implícito sobre ela mesma; toda crítica é crítica da obra e crítica de si mesma; para retomar um trocadilho de Claudel, ela é conhecimento do outro e co-nascimento de si mesmo ao mundo. Em outros termos ainda, a crítica não é absolutamente uma tabela de resultados ou um corpo de julgamentos, ela é essencialmente uma atividade, isto é, uma série de atos intelectuais profundamente engajados na existência histórica e subjetiva (é a mesma coisa) daquele que os realiza, isto é, os assume.

A discussão em torno da função da crítica, do papel do crítico literário permite-nos pontuar, por um lado, questões de linguagem e, por outro, a difusão dessa linguagem especializada em estudos literários para seu público. As décadas de 50 e 60 do século XX mostraram-se férteis para o mercado editorial e o crescente volume de revistas que publicavam estudos sobre literatura nessa época ocorre por decorrência da efervescência intelectual desse período, quando podemos notar o surgimento e a expansão das mais variadas correntes de crítica literária.

Sob essa perspectiva, as revistas constituem o lugar de sociabilidade do conhecimento sobre literatura e linguagem, além de ser o local ideal de confluências, trocas e debates entre grupos de professores estudiosos que influenciaram o pensamento na universidade. Logo, as revistas são os meios maiores de divulgação desses grupos e acabam se dividindo conforme o pensamento do grupo que a fundou ou de seu iniciador. Sobre essa questão, Dosse (2007, p. 359) afirma que:

Entre as revistas que vão transformar o leitorado de ciências humanas em multidão de partidários do estruturalismo pode-se distinguir aquelas que se dirigem ao público especializado de uma determinada disciplina, as que se apresentam como a própria expressão da indisciplinaridade reivindicada e, enfim, as que, vinculadas a uma corrente política, sentem-se “interpeladas” pelo fenômeno e abrem suas páginas para um diálogo com os seus representantes.

Para citar alguns exemplos de revistas e correntes que as nortearam, tem-se o lançamento, em 1956, do primeiro número da revista de Lacan, *La Psychanalyse*, em que se encontra publicado o célebre relatório de Roma, de Lacan, um artigo acerca da função e campo da fala e da linguagem em psicanálise, um artigo de Heidegger e um texto sobre a função da linguagem na descoberta freudiana, de Émile Benveniste. Em 1960, é publicada pelas edições *Seuil* uma revista que depressa se converte na expressão dessa ambição sincrética que o estruturalismo representa: *Tel Quel*. Revista que revela a preocupação de síntese da época uma vez que não procede de nenhuma disciplina em particular entre as ciências humanas. É lançada por escritores e tem por alvo o público intelectual de vanguarda. Como sua epígrafe, *Tel Quel* retoma uma declaração de Nietzsche: “Quero o mundo e quero-o TAL QUAL, e quero-o ainda, quero-o eternamente”.<sup>10</sup> Segundo Dosse (2007, p. 363), acerca desse primeiro número da *Tel Quel*,

<sup>10</sup> *Tel Quel*, nº 1, Paris, Le Seuil, 1960.

A declaração liminar do primeiro número denota uma intenção essencialmente literária [...] Todo esse grupo tem um objetivo essencialmente literário, mas se o termo de ciência é colocado em epígrafe na capa, o projeto visa apropriar-se de todas as formas vanguardistas e modernistas das ciências humanas a fim de promover uma nova escritura. E nesses anos 60 é o estruturalismo que encarna essa modernidade científica, de onde um subtítulo muito abrangente: “Literatura/Filosofia/Ciência/Política”. Mas o objetivo continua sendo literário.

A meta da revista é ser transdisciplinar, sendo sua finalidade influenciar a criação literária, mudar o modo de escritura e de reflexão sobre a linguagem literária, fundamentando a nova estilística nas contribuições do estruturalismo. Logo, a revista coloca-se como um lugar de trocas por excelência, cujo princípio incidiu em pensar a *avant-garde*.

Em 1961, surge a revista francesa de antropologia *L’Homme*, tendo como fundador Lévi-Strauss, que tem como colaboradores Pierre Gourou (um geógrafo) e Émile Benveniste (um linguista). Ainda podemos citar a revista *Communications*, que teve seu nascimento também em 1961, desempenhando um importante papel na difusão das teses estruturalistas. Essa revista foi fruto dos encontros dos membros do *Centre d’Études des Communications de Masse* (Centro de Estudos e de Comunicação de Massa – CECMAS) da 6ª Seção da *École Pratique des Hautes Études* (EPHE), constituído em 1960 por iniciativa de Georges Friedmann. Assim, o comitê de redação da revista era bem diversificado em relação às correntes de pensamento que professavam: Roland Barthes, Claude Brémont, Georges Friedmann, Edgar Morin, Violette Morin.

Já em 1966, ano da cerimônia estruturalista, aparece a revista *La Linguistique*, sob a direção de André Martinet e, nesse mesmo ano, a *Larousse* lança a sua própria revista de linguística, *Langages*, tendo como conselho de redação, Roland Barthes, Jean Dubois, Algirdas-Julien Greimas, Bernard Pottier, Bernard Quemada e Nicolas Ruwet. Podemos considerar a *Langages* como a revista que reuniu os nomes de maior prestígio da linguística moderna, sendo que o encontro dessa equipe que nela trabalhou partiu dos encontros, colóquios e seminários de Besançon.

Dentro do pensamento do Partido Comunista Francês (PCF), podemos destacar o semanário literário, *Les Lettres françaises*, fundado em 1942 e saído de circulação em 1972. Dirigido por Louis Aragon e Pierre Daix, *Les Lettres françaises* revelava os primeiros encontros do PCF com o movimento literário de vanguarda, o estruturalismo e a universidade antes de 1968. A

segunda revista do PCF aberta ao debate foi a *La Nouvelle Critique*, fundada em 1948, que se apresentava como o órgão da ortodoxia comunista em relação às questões de estética e cultura. Em 1967, a revista desfruta de uma “lógica de abertura” e ganha uma relativa autonomia em relação à direção do PCF, tendo a incumbência de examinar cuidadosamente o campo das ciências sociais. Essa busca de novas alianças faz com que os intelectuais do PCF valorizem o lugar de uma história fecundada pelas ciências sociais,

[...] e Antoine Casanova dirige toda uma reflexão coletiva na revista. Publica numerosas intervenções sobre esse tema que serão reimpressas numa coletânea publicada em 1974, *Aujourd’hui l’histoire*, onde ao lado dos historiados comunistas, pode-se ler André Leroi-Gourhan, Jacques Le Goff, Jacques Berque, Georges Duby e Pierre Francastel. (DOSSE, 2007, p. 366-367)

*La Nouvelle Critique* torna-se, desse modo, a partir de 1967, um lugar de debates, de abertura para a modernidade e, conseqüentemente, de confrontação com as teses estruturalistas, uma vez que as discute e as comenta.

Tendo o combate político como prioridade absoluta, preconizando a ideologia maoísta, alguns dos discípulos de Louis Althusser lançam no final de 1965 os *Cahiers marxistes-léninistes*. O sucesso da revista é imediato, sendo divulgada pela União dos Estudantes Comunistas, no entanto, em 1966, o número 8 da revista suscita uma grave crise, sendo bloqueada a sua distribuição, pois não se reconhece mais seu princípio ao elaborar um número inteiramente dedicado aos poderes da literatura. Assim, uma dupla ruptura ocorre nesse ano, entre o grupo liderado por Jacques-Alain Miller para fundar um círculo de epistemologia que vai editar posteriormente *Les Cahiers pour l’analyse* e o que vai atingir a União dos Estudantes Comunistas, no momento em que o setor “pró-chinês” é dissolvido e deve fundar sua própria organização: a União das Juventudes Comunistas Marxistas-Leninistas (UJCML). Assim, a partir do número 9-10 dos *Cahiers marxistes-léninistes*, o diretor da publicação passa a ser Dominique Lecourt e a referência a Althusser é cada vez mais acentuada.

Aqui citamos apenas alguns exemplos de revistas do período de que também faz parte o nascimento da revista que é o foco desta pesquisa – *La Revue des Lettres Modernes - Histoire des Idées et des Littératures* –, com a perspectiva de situar o momento social e histórico da eclosão das revistas especializadas, bem como de considerar se elas baseavam-se em uma disciplina,

em uma área específica ou se buscavam a confrontação com o período e o pensamento dominante da época.

Distintamente da *Tel Quel*, da *La Nouvelle Critique* ou da *Langages*, *La Revue des Lettres Modernes (R.L.M.)* não tinha (nem tem) como fundamento ideológico uma perspectiva vanguardista, ou mesmo de superação política. A revista foi fundada em 1954, sendo fruto de um período consagrado à história das ideias e das literaturas, sob a direção do editor Michel J. Minard (1928-). A revista é produzida pelas *Éditions Lettres Modernes Minard*, situada em Paris, França, e suas publicações são independentes. Dentre os artigos que configuram a revista encontramos contribuições analítico-críticas de professores universitários que também são especialistas, ensaístas, críticos literários e escritores. O que a torna interessante para este estudo é que a sua produção conta com artigos de professores universitários, não tão renomados, nem tão prestigiosos quanto aqueles autores que publicavam nessas célebres revistas. Talvez por isso mesmo a *R.L.M.* permita-nos observar de modo mais marginal a recepção e a entrada de James Joyce na universidade. Isso significa pensarmos na questão da “popularização” do autor e de sua obra, pois quando grandes nomes professorais escrevem sobre determinados literatos – no caso de Derrida, por exemplo, que consagrou James Joyce em alguns de seus artigos – temos o olhar de um especialista sobre aquele autor. No entanto, quando temos a massa de professores universitários produzindo artigos sobre a obra de determinado autor é que podemos enxergar a verdadeira extensão da aceitação do autor na universidade.

## **“Le mysticisme qui plaisait a Joyce – note sur la source première d’Ulysse”, por W. B. Stanford (1959)**

O autor do artigo em análise, o professor irlandês William Bedell Stanford (1911-1984), foi professor de grego em *Trinity College*, em Dublin, Irlanda, sendo ainda reitor dessa mesma instituição no período de 1982 a 1984, quando falece.

Para desenvolver o seu texto, Stanford parte de uma afirmação – encontrada na obra *James Joyce*, de Herbert Gorman (1941, p. 222) – supostamente feita por Joyce em sua estada em Zurique, Suíça, em 1917. De acordo com as referências do autor, ao curso de uma conversa, Joyce teria dito: “Eu tinha doze anos quando estudei a Guerra de Troia, mas somente a história de Ulysses resta

na minha lembrança. Era o misticismo que me agradava” (1959, p. 135).<sup>11</sup> (nossa tradução do original)

Assim, a partir disso, Stanford pretende buscar as “primeiras origens” desse “misticismo” que tanto “agradava” Joyce no que diz respeito à epopeia homérica. Para responder à questão proposta por Stanford em seu artigo, “onde Joyce pôde encontrar esse misticismo que lhe agradava?” (1959, p. 138)<sup>12</sup> (nossa tradução do original), o autor resgata o currículo escolar do programa preparatório de graduação de 1894, do Colégio Belvedere. O curso de literatura inglesa da classe preparatória compreendia os sete primeiros capítulos de *Adventures of Ulysses* (1808), obra destinada aos jovens leitores, do ensaísta inglês Charles Lamb. Revelando dados biográficos de James Joyce, no que diz respeito ao curso mencionado, Stanford recupera a data de 13 de junho de 1894, do período vespertino, no qual, Joyce aos seus 12 anos é submetido, juntamente com seus colegas de classe, a um exame de literatura inglesa. De acordo com o autor do artigo, o exame escolar trazia cinco questões gerais, que nada tinham de místicas, sobre as viagens do herói Ulysses. James Joyce obteve um total de 455 pontos sobre 1200 na prova de literatura inglesa; essa pontuação apresenta-se como medíocre para Stanford, que faz uma comparação com a sua média em latim: 700 pontos sobre 1200.

A pretensão do professor Stanford de se fazer uma crítica biográfica sobre a formação de leitura do jovem James Joyce mostra também que a avaliação medíocre dos escritos de Joyce sobre o texto de Lamb tem a sua origem: “Como que as *Aventuras de Ulisses* de Lamb puderam comunicar ao jovem Joyce um sentido místico que se faz estranho à maneira de Lamb?” (1959, p. 139).<sup>13</sup> (nossa tradução do original)

Segundo Stanford, na primeira frase de seu prefácio, Lamb indica que seu livro é de “alguma sorte” um suplemento a *Télémaque* de Fénelon,<sup>14</sup> obra

<sup>11</sup> No original: “J’avais douze ans quand j’étudiai la Guerre de Troie, mais seule l’histoire d’Ulysse resta dans mon souvenir. C’était le mysticisme qui me plaisait.”

<sup>12</sup> No original: “où Joyce put-il donc trouver ce mysticisme qui lui plaisait?”

<sup>13</sup> No original: “Comment les *Aventures d’Ulysse* (grifo do autor) de Lamb purent-elles communiquer au jeune Joyce un sens mystique qui est tout à fait étranger à la manière de Lamb?”

<sup>14</sup> François de Salignac de la Mothe-Fénelon, conhecido como François Fénelon (1651-1715), foi poeta e escritor francês e também teólogo romano católico. Autor de *Télémaque* (escrito no período de 1693-1694), o autor utiliza-se do mito grego de Telêmaco, filho de Ulysses, para atacar a monarquia absolutista, assim como a dominação ideológica na França de Louis XIV.

de característica profana e humanista. Lamb reconhece, em seu prefácio, ter seu estilo e atitude influenciados por uma “certa versão fora de moda” (1959, p. 139),<sup>15</sup> fazendo alusão à tradução de Chapman,<sup>16</sup> que acabou sendo tirada do arcaico e conseqüentemente do esquecimento, quando o ensaísta faz aparecer dela as riquezas imaginativas, assim como quando o poeta inglês J. Keats escreve um soneto intitulado “On the first looking into Chapman’s Homer”. De acordo com Stanford, foi sem dúvida a indiferença que professoria Pope<sup>17</sup> por seus “mistérios” a causa essencial do abandono dessa tradução de Chapman no século XVIII. Desse modo, o professor Stanford, numa leitura bem mais aprimorada, cuidadosa e aprofundada, explicita o diálogo que Chapman estabeleceu entre a sua obra e as de Lamb e Fénelon – diálogos desconhecidos pelos professores que formavam a banca de examinadores do Colégio Belvedere – explicitando igualmente a correspondência entre os autores e a decorrente influência desse diálogo na leitura do jovem Joyce.

Chapman representa, na análise biográfica de Joyce desenvolvida por Stanford, o plano do misticismo que influencia o texto literário de Lamb, sendo o estudante Joyce considerado pelo autor do artigo um leitor sensível por perceber essa influência. Esse trabalho de “revirar” toda uma documentação escolar do Colégio Belvedere em busca das “origens” do misticismo que tanto agradava Joyce nas obras de Homero aparece como o mote de trabalho do professor crítico, que utiliza em seu artigo uma forma de crítica literária comum ao seu tempo: deixar transparecer as influências de leitura na formação do escritor, vasculhar na história do escritor a procedência de sua formação intelectual. São objetivos que fazem parte de uma “filologia do escritor” que não passa necessariamente pela obra desse escritor.

Após essa revelação de influências de pensamento entre os autores Chapman-Lamb-Joyce, Stanford parte para uma constatação dessa afirmação na obra de Chapman, apresentando o que o autor diz na epístola dedicatória de sua *Odisseia*:

---

<sup>15</sup> No original “une certaine version démodée”.

<sup>16</sup> George Chapman (1559-1634), tradutor, dramaticista e poeta inglês. Traduziu as obras de Homero, *Iliada* (tradução publicada em 1598) e *Odisseia* (tradução publicada em 1616).

<sup>17</sup> Alexander Pope (1688-1744), poeta e crítico inglês, tradutor de Homero. Pope traduziu a *Iliada* no período de 1715 a 1720. Encorajado pela favorável recepção crítica de sua tradução de *Iliada*, traduz a *Odisseia* (publicada em 1725-1726), mas por esta segunda tradução recebeu duras críticas.

Esta poesia universal não é somente fantástica e fictícia; ela contém também verdades das mais materiais e mais doutrinárias; nas quais, se é verdade que o corpo – a saber os fatos literários ou históricos – aparenta-se fictício e incapaz de existir autenticamente, é preciso buscar a significação e a alegoria que estão em sua alma. (1959, p. 140)<sup>18</sup> (nossa tradução do original)

Com isso, o professor evidencia a sua hipótese de que a escrita de Chapman era alimentada pelo misticismo e que Lamb a conserva em sua obra de forma que ele passa despercebido pela banca examinadora de professores do Colégio Belvedere. Exceto a Joyce, que, de acordo com Stanford, não só apenas compreendia, mas também sentia prazer pelo místico que exalava da escritura de Lamb, tendo inclusive expressado esse gosto pelo misticismo em sua obra *Ulysses*.

Se considerarmos que o artigo crítico em análise foi escrito e publicado inicialmente em língua inglesa em 1951<sup>19</sup> e publicado novamente em língua francesa, em 1959, sem novas considerações ou revisão de argumentos, pertencendo a uma edição de uma revista (*R. L. M.*) especializada na divulgação de artigos acadêmicos de crítica literária que trouxe como título de publicação *Configuration Critique I*, três questões devem ser consideradas para tratarmos do funcionamento do discurso da crítica literária acadêmica que se apresenta no artigo em questão: i) a França “dos literatos” recendia o estruturalismo como modelo de análise crítica e, ainda, devemos considerar a visão editorial da revista nessa época; ii) a história literária tinha o lugar sacramentado nos currículos das faculdades de Letras francesas; iii) o título “Configuração Crítica” da edição da *R.L.M.*, para nomear o trabalho da crítica literária universitária de um determinado autor e sua obra, não pressupõe que a obra será posta em análise crítica, pois isso depende de alguns fatores: a formação do professor-autor, as influências acadêmicas e intelectuais, a inserção em correntes literárias da época etc.

<sup>18</sup> No original: “Cette poésie universelle n’est pas seulement fantastique et fictive; elle contient aussi les vérités les plus matérielles et les plus doctrinales; dans lesquelles, s’il est vrai que le corps – à savoir les faits littéraires ou histoire – semble fictif et incapable d’exister réellement, il faut chercher la signification et l’allégorie qui en sont l’âme.”

<sup>19</sup> “The Mysticism that Pleas'd Him: A Note on the Primary Source of Joyce's *Ulysses*”. In: *Envoy: A Review of Literature and Art*. Dublin, v. 5, n. 17, p. 62-69, maio de 1951. Tradução e publicação na *La Revue des Lettres Modernes* com a autorização do autor. É pertinente mencionar que essa informação encontra-se subsequente ao editorial da revista: juntamente com o nome das universidades em que os autores atuam como professores, aparece se o artigo é um artigo que já foi publicado em outra fonte, sua data de publicação inicial e sua língua de origem.

No artigo em estudo, por exemplo, o autor faz uma análise filológica (que não é representativa de uma biografia, mas que ao mesmo tempo não deixa de mencioná-la), considerando primeiramente a urgência de uma pesquisa histórica sobre o escritor James Joyce, seus anos de formação em sua época de colégio e sua sensibilidade de leitor, dispensando, assim, o trabalho da análise da obra do autor Joyce. Como a filologia constitui uma área do conhecimento especializada no tratamento de textos, em que o próprio texto literário ocupa um lugar privilegiado, podemos observar que o trabalho de investigação minuciosa, a partir da análise de documentos estabelecido pelo professor Stanford, revela a tarefa fundamentada na reconstituição e entendimento do enunciado expressado por James Joyce.

Assim, o professor busca basear-se na interpretação histórica dos documentos que surgem como pistas de sua pesquisa filológica: os documentos (currículo do curso, o exame feito por James Joyce, seu boletim de notas) são fontes de pesquisas que apontam as obras pelas quais James Joyce teria sido influenciado em sua leitura e encontrado o “misticismo” que tanto lhe agradava. O estudo filológico feito pelo professor em seu artigo revela um trabalho de escavação do texto, neste caso, dos documentos pesquisados por Stanford, assim como a leitura aprofundada das obras lidas por James Joyce revelando, finalmente, que o misticismo afirmado pelo escritor tinha a sua origem nos diálogos estabelecidos entre os autores dessas obras.

Podemos verificar no artigo em estudo objetivos bem delineados: seu fundamento na pesquisa filológica, a construção biográfica do autor, a análise da história literária e o trabalho de interpretação. Logo, observamos outra questão pertinente à época de escrita e publicação do artigo em estudo: a urgência em reconstituir o mundo em que surgiu a obra coloca em segundo plano a questão sobre as próprias condições de possibilidade de certo tipo de enunciação num determinado momento da história. Isso significa que a aparente falta de leitores da obra e não do escritor Joyce, ou a “tendência” por uma determinada corrente de crítica literária, influenciava os professores a escreverem de acordo com esse modelo de trabalho, sendo que a obra era posta em plano secundário.

Podemos citar como exemplo a adesão do professor-autor em uma determinada corrente de análise de crítica literária, ou ainda a abertura da própria revista e de seus editores (nas edições que elegemos podemos falar de professores editores e professores organizadores convidados) para as

novas correntes do pensamento literário que veicularão com mais força no pós-estruturalismo (após 1960). No entanto, já podemos observar a inserção de outro professor (ref?), autor de um artigo incluso nessa mesma edição em que Stanford publica o seu trabalho, que se situa em uma outra corrente de crítica literária, uma vez que em seu artigo é apresentada uma análise sobre a questão da *poesia e música* presentes na obra *Ulysses*.<sup>20</sup> O professor propõe-se analisar a poesia e a música no texto joyciano, considerando a “adaptação das músicas no texto literário”, “a transposição dos modos de expressão da estrutura musical à estrutura verbal” e “o valor analógico ou simbólico que pode reverter uma composição musical em uma obra literária” (1959, p. 151). Em suma, o que notamos é que não há uma “demarcação de territórios” visível em que os professores-autores situariam os seus trabalhos em dada corrente de crítica literária e não em outra: o que há são “registros” de inserções discursivas em determinadas correntes que são representativas nos artigos críticos – no caso do artigo do professor Stanford, a filologia; no caso do professor Sternfeld,<sup>21</sup> a poética.

Outra questão relevante que deve ser mencionada diz respeito ao editorial dessa edição da *R.L.M.* na qual se encontra o artigo em análise. Nele, o editor da revista, Michel J. Minard, justifica a relevância da apresentação dos artigos críticos sobre James Joyce, dada a importância de “apresentar uma ‘crítica essencial’ de Joyce” (1959, p. 05).<sup>22</sup> Além disso, o editorial revela “a dificuldade ou impossibilidade de se procurar certos textos originais, faltosos, em relação às bibliotecas francesas, inglesas, americanas e irlandesas” (p. 06),<sup>23</sup> sendo a publicação dessas traduções de estudos ingleses sobre James Joyce para o francês uma possibilidade. Isso significa dizer que se iniciava em Paris se não uma crítica fundamental acerca de Joyce e sua obra, ao menos a busca nas universidades norte-americanas de professores motivados a contribuir com essa divulgação de crítica entregando seus artigos crítico-literários já publicados em sua língua de origem (o inglês) para serem traduzidos para o francês e

<sup>20</sup> É o caso do artigo *Poésie et musique dans l’Ulysse de Joyce*, de Frederick W. Sternfeld, escrito em 1956 e publicado nessa mesma edição de *La Revue de Lettres Modernes – Configuration Critique I*, de 1959 (p.151-193).

<sup>21</sup> Na época, professor na *Oxford University*.

<sup>22</sup> No original: “[...] pour assumer la présentation d’une ‘critique essentielle’ de Joyce”.

<sup>23</sup> No original: “[...] difficulté ou impossibilité de se procurer certains textes originaux, défaillance, à l’unisson, de bibliothèques françaises, anglaises, américaines et irlandaises”.

publicados na *R.L.M.* A falta de material crítico sobre James Joyce nas bibliotecas francesas, sendo que *Ulysses* foi publicado em Paris, surge também como uma justificativa para a consagração dessas edições na França.

O editor, ainda, revela no editorial a justificativa em se publicar dois volumes intitulados “Configuration Critique” e o aumento do preço das edições da *R.L.M.*, pois,

os aumentos sucessivos que têm estampado a indústria do livro e do papel, a elevação sensível dos diversos serviços e confecções, os honorários e direitos, a documentação e os *royalties* são de tal ordem, que excluem agora, uma vez que a revista não conta com nenhuma assistência externa, qualquer volume de erudição ou de crítica de mais de 300 páginas a um preço que não seja exorbitante. Nossos amigos nos compreenderão e nos perdoarão essa dicotomia (1959, p. 07).<sup>24</sup>

Dessa forma, o editorial não somente explicitava os objetivos e justificativas da matéria trazida na revista, como também justificava o aumento do valor da edição com as devidas considerações a respeito do mercado editorial e da economia. Raramente se vê, hoje, esse tipo de diálogo com os leitores e, claro, é possível observar isso nas próprias edições da *R.L.M.* subsequentes a essa edição, o que revela uma outra conduta editorial. Um exemplo é a criação de vendas de assinaturas de revistas, ou seja, o leitor passa de comprador a assinante da revista, recebendo-a em sua residência por um preço melhor do que se comprasse mensalmente na livraria de sua universidade ou nas bancas. É uma prática capitalista de modernização da indústria editorial de revistas que trazem benefícios e ganho certo à editora e ao leitor, comodidade e economia.

## Considerações finais

A tarefa de analisar o discurso da crítica literária universitária via *corpus*, formado por artigos crítico-literários de autoria de professores universitários, publicados na *La Revue des Lettres Modernes – Histoire des Idées et des Littératures*, com um recorte pelas décadas de 1956-1965 e 1988-1994, deu-nos

---

<sup>24</sup> No original: “[...] les augmentations successives qui ont frappé l’industrie du livre et du papier, l’élévation générale sensible des divers services et façons, les honoraires et les droits, la documentation et les royalties fon que le prix de revient est désormais tel qu’il exclut de sortir sans aucune aide extérieure quelle qu’elle soit un volume d’érudition ou de critique de plus de 300 pages à un prix qui ne soit pas exorbitant. Nos amis nous comprendront et nous pardonneront cette dichotomie”.

a possibilidade de perceber as correntes literárias vigentes na academia dependendo do período de publicação e de escrita do artigo. Por meio do trabalho de análise podemos refletir sobre a relação entre os gêneros “estudos em literatura” (especificamente o *gênero artigo crítico-literário*) e os gêneros literários (em nossa pesquisa consideramos o gênero romance).

Na análise do artigo crítico-literário em questão, consideramos que se trata inicialmente de posicionamentos de gêneros e que o lugar de autoria é construído historicamente, influenciando, dessa maneira, nos modos de filiações teóricas e práticas discursivas acadêmicas. Como resultado, há a produção de um conhecimento especializado sobre literatura: o gênero artigo crítico-literário, em uma tentativa de apropriação do gênero literário como forma de desvendá-lo, tece formas de conhecimento sobre o texto literário, utilizando para isso mecanismos de escrita crítico-literária. A filiação do professor-autor ao biografismo literário que expressa, por vezes, a ideologia acadêmica de um determinado grupo institucional foi o mecanismo de escrita que baliza o trabalho do professor Stanford.

O estudo sobre a relação entre o gênero artigo crítico-literário e os gêneros literários forneceu-nos a condição de verificar também os procedimentos técnicos editoriais de publicação das edições da revista em estudo, uma vez que tais procedimentos também devem ser considerados quando se trata da produção, publicação e gerência das compilações que trazem os artigos crítico-literários. São eles, em especial: i) a formatação das revistas: apresentação da temática, justificativa da matéria; ii) o aparecimento das temáticas especializadas e das coletâneas: como é o caso das edições que focalizam a crítica genética e a literatura comparada; iii) as notas editoriais: destinadas ao público leitor justificando aumento de valor da edição a partir de uma rápida análise econômica do mercado editorial.

Escolhido o lugar da análise do discurso da crítica literária universitária para este trabalho, tal seja a revista acadêmica especializada produzida por professores universitários, tratamos de crítica literária e universidade visando a configurar os elementos de interesse sobre o *corpus* de análise: James Joyce e sua obra *Ulysses*. Desse modo, estabelecemos uma memória discursiva da produção e publicação de *Ulysses*: como a recepção crítica de James Joyce entendeu a modernidade literária contida em seu romance e, principalmente, o modo de legitimação do autor moderno na universidade; para, assim, pensar o discurso da crítica literária universitária a partir de seu funcionamento.

Nesse sentido, focalizamos uma possível ordem do discurso da crítica literária universitária, em especial, via Foucault (2002), fizeram-se presentes como forma de observarmos a linguagem própria da crítica literária universitária, seus métodos e fundamentos, seus modos de julgamento e apreciação da obra. Voltamos a Lanson e sua metodologia de fazer crítica para a história literária na universidade, como pressuposto instaurador da crítica universitária especializada na academia. Esses métodos e fundamentos, como vimos, estão presentes no artigo crítico-literário do professor W. B. Stanford, *Le mysticisme qui plaisait a Joyce – Note sur la source première d’Ulysse* (1951), pois, no momento de escrita e de publicação do artigo crítico do professor Stanford, a história literária dominava a universidade e os estudos literários, sendo que as críticas eram voltadas para o estudo filológico do autor e obra.

STAFUZZA, Grenissa. Notes on an analysis of the discourse of universitarian literary criticism. *Revista do Gel*, São Paulo, v. 8, n. 1, p. 8-30, 2011.

**ABSTRACT:** *In this article, we offer some notes about an analysis of the discourse of universitarian literary criticism showing a trend of construction of the academic critical discourse specialized in the literature. For this purpose, we consider the transformation of the genre literary critical article, written by academics, published in a specialized journal, as well as the critical reception of James Joyce and his work, emphasizing its legitimation in the university.*

**KEYWORDS:** *Discourse Analysis. Academic Journal. Literary-Critical Article. James Joyce. Ulysses.*

## Referências

BARTHES, R. **Crítica e verdade**. Tradução de Leyla Perrone-Moisés. 3. ed. São Paulo: Perspectiva, 2007.

COUTINHO, A. **Crítica de mim mesmo**. 1984. Disponível em : <<http://www.pacc.ufrj.br/literaria/mimmesmo.html>>. Texto de livre acesso na web. Acesso em: 22 fev. 2011.

DOSSE, F. **A história do estruturalismo – O campo do signo, 1945/1966**. Tradução de Álvaro Cabral. v. 1. São Paulo: EDUSC, 2007.

FOUCAULT, M. **A ordem do discurso**. Tradução de Laura Fraga de Almeida Sampaio. 8. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2002.

GORMAN, H. **James Joyce: his first forty years**. Nova York: Geoffrey Bles, 1941.

LANSON, G. **Histoire de la littérature française**. Paris: Hachette, 1938.

STANFORD, W. B. Le mysticisme qui plaisait a Joyce – Note sur la source première d’Ulysse. **La Revue des Lettres Modernes** – Histoire des Idées et des Littératures Configuration Critique de James Joyce I – PREMIÈRE PARTIE - TOME I. Paris: Lettres Modernes Minard, v. VI, n. 46-48, p. 135-144, 1959.

STAROBINSKI, J. **La relation critique**. Paris: Gallimard, 2001 (edição revisada e ampliada).

## Obras consultadas

FOUCAULT, M. O que é a crítica? Crítica e Aufklärung. Tradução de Antônio C. Galdino. In: BIROLI, Flávia; ALVAREZ, Marcos César (Orgs.). **Cadernos da Faculdade de Ciências e Filosofia de Marília - Michel Foucault: histórias e destinos de um pensamento**. Marília: UNESP, v. 9, n. 1, p. 169-189, 2000.

STAFUZZA, G. B. **O discurso da crítica literária universitária: sobre James Joyce e Ulysses**. 2009. 274f. Tese (Doutorado em Linguística e Língua Portuguesa) – Universidade Estadual “Júlio de Mesquita Filho”, Araraquara, 2009.

# TENDÊNCIAS DE NORMALIZAÇÃO NA TRADUÇÃO PARA O INGLÊS DE *AS MULHERES DE TIJUCOPAPO*

Grace Gonçalves GRIGOLETO<sup>1</sup>

Diva Cardoso de CAMARGO<sup>2</sup>

**RESUMO:** O presente artigo tem por objetivo analisar possíveis tendências de normalização por parte da tradutora Irene Matthews na tradução para o inglês da obra *As mulheres de Tijucopapo*, de Marilene Felinto. A metodologia situa-se no campo dos estudos da tradução baseados em *corpus* (proposta de BAKER, 1993, 1995, 1996, 2000; estudos sobre normalização de SCOTT, 1998; e pesquisas de CAMARGO, 2005, 2007), e no da linguística de *corpus* (estudos de BERBER SARDINHA, 2003, 2004). A pesquisa foi realizada por meio de uma combinação de análises semimanuais e de análises computadorizadas com o auxílio do programa *WordSmith Tools*. Com base em Scott (1998), examinamos a tradução de cinco vocábulos considerados preferenciais da autora, juntamente com seu contexto, em relação a três características de normalização. Os resultados finais mostram que Matthews tende a usar estratégias que podem ser identificadas como características de normalização.

**PALAVRAS-CHAVE:** Tradução Literária. Estudos da Tradução Baseados em *Corpus*. Linguística de *Corpus*. Normalização. Literatura Brasileira Traduzida. Marilene Felinto.

## Introdução

A existência de dificuldades no ato tradutório e o conjunto de soluções apresentadas por tradutores para superá-las têm sido, há muito, motivo de reflexões acerca da linguagem da tradução, destacando-se, entre os teóricos, as considerações de Baker (1993, 1995, 1996, 2000) a esse respeito.

---

<sup>1</sup> Aluna do Programa de Pós-Graduação em Estudos Linguísticos (Estudos da Tradução) da Universidade Estadual Paulista – UNESP. São José do Rio Preto, São Paulo, Brasil. [gracegrigoletto@yahoo.com.br](mailto:gracegrigoletto@yahoo.com.br)

<sup>2</sup> Professor Adjunto do Departamento de Letras Modernas da Universidade Estadual Paulista – UNESP. São José do Rio Preto, São Paulo, Brasil. [diva@ibilce.unesp.br](mailto:diva@ibilce.unesp.br)

Por apresentar características típicas, Baker (1993) advoga que o texto traduzido é autônomo em relação ao original e defende a existência da natureza de uma linguagem própria da tradução. Uma vez que o processo tradutório é mediado por fatores como: i) cultura, conhecimento e ponto de vista do tradutor; ii) a época em que o ato tradutório ocorre; iii) normas de editoração e publicação em evidência no país alvo, entre outras, torna-se possível observar tendências e estratégias apresentadas pelo tradutor no texto-meta (TM).

O fato de envolver duas línguas e, principalmente, duas culturas faz com que, na tradução literária, o tradutor utilize recursos para tentar dar conta de divergências que se apresentam durante o ato tradutório, os quais podem ser identificados, por exemplo, como traços de normalização. A normalização, de acordo com Baker (1996, p. 183) e Scott (1998, p. 112), é a tendência de se traduzir textos originais adaptando-os a padrões típicos da língua e cultura de chegada. Com base na relação estabelecida entre as duas culturas envolvidas, o tradutor toma decisões durante o processo tradutório. Essa mediação privilegia, por vezes, o texto-fonte (TF), causando certo estranhamento ao leitor, mas pode também se voltar para a cultura de chegada e tornar a leitura do TM menos complexa para o público-alvo.

Com o intuito de observar tais tendências e estratégias, selecionamos como *corpora* de nossa pesquisa a obra *As mulheres de Tijucoapapo*, escrita por Marilene Felinto (2004), e a respectiva tradução para o inglês *The women of Tijucoapapo*, realizada por Irene Matthews (1994).

O objetivo de nossa pesquisa é observar aproximações e distanciamentos entre a obra original e a tradução no tocante a aspectos linguísticos e literários referentes i) ao uso de vocábulos resultantes de padrões recorrentes e preferenciais da autora, assim como quanto a padrões de uso recorrente e preferencial da tradutora; e também quanto ii) a traços identificados como características de normalização no texto-meta, a saber: comprimento de sentenças, pontuação e alterações em estruturas complexas.

## Fundamentação teórica

Nota-se, nos estudos da tradução mais recentes, investigações que tendem a uma abordagem que “conecta estruturas e sistemas da língua a estrutu-

ras e sistemas no contexto de situação”<sup>3</sup> (FIRTH, 1968, apud BAKER, 1993, p. 237), o que difere de simples comparações realizadas anteriormente entre o TF e o TM a fim de julgar uma tradução como “boa” ou “ruim”.

Com a mudança de foco nos estudos da tradução, a noção de equivalência passa a ser vinculada ao uso e ao contexto das línguas. Segundo Haas (1968, apud BAKER, 1993, p. 237), a equivalência de significado entre duas expressões se dará somente quando “houver correspondência entre seus usos”.<sup>4</sup> A consolidação dessa nova abordagem, partindo do que os tradutores realmente fazem nos textos traduzidos – tirando o foco do original – e baseada em *corpora*, fornece instrumentos capazes de permitir uma observação mais pormenorizada dos textos traduzidos.

De acordo com Berber Sardinha, a linguística de *corpus* se ocupa

[...] da coleta e exploração de corpora, ou conjunto de dados linguísticos textuais que foram coletados criteriosamente com o propósito de servirem para a pesquisa de uma língua ou variedade linguística. Como tal dedica-se à exploração da linguagem através de evidências empíricas extraídas por meio de computador. (BERBER SARDINHA, 2000, p. 325)

O surgimento dessa abordagem linguística no início dos anos 1990 ocasionou vários efeitos positivos, dentre os quais Baker (1993) destaca: a oportunidade dos teóricos observarem o objeto de seu estudo e explorarem o que o diferencia de outros objetos de estudo; a possibilidade de explorar, em uma escala maior do que era possível anteriormente, os princípios que regem o comportamento tradutório e as amarras em que opera; e, sobretudo, a possibilidade de identificar características do texto traduzido que ajudarão a entender o que é e como funciona a tradução.

De acordo com Baker (1996, apud CAMARGO, 2007, p. 14), essa nova perspectiva possibilitaria “a identificação de tipos de comportamento linguístico que são específicos para textos traduzidos [...] os quais são gerados pelo processo de mediação durante a tradução”.<sup>5</sup>

<sup>3</sup> [...] *connects structures and systems of language to structures and systems in the context of situation.* [nossa tradução]

<sup>4</sup> [...] *there is correspondence between their uses.* [nossa tradução]

<sup>5</sup> To identify types of linguistic behavior which are specific to translated text, [...] which are generated by the process of mediation during translation. [tradução de Camargo]

## Método e formas de análise

Para a realização do presente estudo, utilizamos o programa *WordSmithTools* versão 4, mais especificamente no que diz respeito a três ferramentas por ele disponibilizadas, sendo elas: *WordList*: responsável por produzir uma lista de todas as palavras que ocorrem no texto organizando-as por ordem de frequência ou alfabeticamente, bem como gerando cálculos estatísticos; *KeyWords*: com a função de comparar a lista de frequência de um determinado *corpus* com um *corpus* de referência a fim de identificar quais palavras do *corpus* de estudo são relevantes em relação a textos gerais; e *Concord*: capaz de gerar linhas de concordância, que são listas de palavras acompanhadas de seu cotexto (palavras ao redor).

Em nossa pesquisa, investigamos *corpora* paralelos – um texto original em língua fonte e sua respectiva tradução em língua meta – em formato eletrônico na direção português → inglês. Aplicando a metodologia de pesquisa com base nos estudos da tradução baseados em *corpus* e nos princípios da linguística de *corpus*, identificamos, primeiramente, os cinco vocábulos considerados preferenciais da autora para que tivéssemos uma referência para a escolha de exemplos a serem analisados com base em aspectos de normalização. Os vocábulos são: “homem”, “mulheres”, “chuva”, “amor” e “égua”. Em cada um dos exemplos que utilizaremos na análise a seguir, figura ao menos um desses vocábulos, que se encontram em *itálico*, assim como as partes que merecem maior atenção nas observações que fazemos sobre aspectos de normalização na tradução para o inglês.

## Análise dos resultados

Com base na lista de frequência de palavras e na lista de palavras-chave do *corpus* em português, apresentamos uma análise desses vocábulos recorrentes e preferenciais de Felinto, significativos na escrita da autora.

Tomamos por base a tese de Scott (1998) para examinar as traduções de Matthews no tocante a três aspectos de normalização, sendo eles: comprimento de sentenças, pontuação e alterações em estruturas complexas. Como já mencionado anteriormente, a normalização refere-se à tentativa de se aproximar o TM do público-alvo, isto é, de evitar o estranhamento no leitor procurando privilegiar, no TM, características da língua e da cultura de chegada.

## Comprimento de sentenças

Scott (1998) menciona que diferenças no comprimento de frases nos TFs com relação a sua tradução nos TMs têm merecido a atenção de pesquisadores já há algum tempo. Segundo a autora, essas diferenças poderiam estar relacionadas tanto a aspectos intrínsecos das línguas envolvidas quanto a uma tendência de explicitação por parte dos tradutores.

Para ilustrar o primeiro caso, Scott cita a pesquisa de Vasquez-Ayora (1977, apud SCOTT, 1998, p. 139), que defende, como fator determinante para maior extensão do TM, a estrutura e as características intrínsecas das línguas em questão. No caso, a pesquisa de Vasquez-Ayora se refere ao par linguístico inglês-espanhol. Segundo o autor, a diferença se daria, principalmente, em virtude de distinções envolvendo o uso de advérbios, verbos, adjetivos e preposições nas duas línguas. Devido à semelhança entre as línguas portuguesa e espanhola, poderíamos dizer que o mesmo conceito se aplicaria no tocante ao par de línguas inglês-português.

No que diz respeito às diferenças resultantes de explicitação; Scott aponta os estudos de Baker (1996, p. 180), que supõe, com base em evidências empíricas, que a maior extensão dos TMs se deve a explicitações presentes na tradução.

Em nossa investigação encontramos os seguintes exemplos que poderiam ser evidenciados como traços de normalização:

- (1) TF – “*O fato é que aqui vou eu, mulher sozinha pela estrada. Meu começo ficou lá para trás serras e serras.*” (p. 78)
- (2) TM – “*The fact is that here am I, a woman alone on the highway. My beginning stayed back there behind a whole range of mountain ranges.*” (p. 44)

No trecho acima, observamos que a sentença no TF contém 20 palavras, ao passo que no TM apresenta 25 palavras, mostrando um acréscimo de 25%. Esse fato se daria em virtude das diferenças entre as línguas portuguesa e inglesa.

O aumento no número de palavras também pode ser visto em diversos outros trechos, o que, em algumas ocasiões, poderia retratar uma tentativa de Matthews de facilitar a leitura para o público norte-americano. Vejamos o exemplo a seguir:

- (3) TF – “*Os macacos acertaram o tiro no lombo da minha égua que relinchou ferida [...]*” (p. 164)
- (4) TM – “*The monkeys hit their mark in the side of my mare who whinnied aloud as she was wounded [...]*” (p. 103)

Como podemos notar, Felinto lança mão de uma linguagem mais concisa ao descrever a situação do animal após o tiro. São utilizadas apenas 13 palavras no TF.

Matthews, por outro lado, se estende, explicitando pronomes e verbos na tradução. São 18 palavras na tradução para a língua inglesa, representando um aumento de 38,4%.

No fragmento abaixo, nota-se uma variação de 16 para 24 palavras, isto é, o TM resulta 50% maior que o TF. Observemos:

- (5) TF – “*Quando você morreu, eu arranjo outros homens ou respeito sua morte usando luto por algum tempo?*” (p. 86)
- (6) TM – “*When you died, do I fix myself up with other men, or do I respect your death by going into mourning for a while?*” (p. 50-51)

Embora esse trecho seja, dentre os três exemplos selecionados, o que teve mais palavras acrescidas, em termos de significado ele foi o que mais se manteve próximo ao texto de Felinto. Dessa forma, poderíamos supor que a variação no número de palavras, enquanto característica da normalização, não implicaria necessariamente mudança no sentido original do texto.

## Pontuação

Uma das características do texto literário é o emprego diferenciado da pontuação. Por se tratar de um espaço criativo, autores dispõem de certa liberdade para pontuar, podendo conferir dinamismo, tédio, hesitação, ansiedade, entre outros, à sua escrita. Segundo May (1997, apud SCOTT, 1998, p. 147), o uso da pontuação se tornou um meio de auxiliar romancistas em seus esforços para imitar a fala.

Para o tradutor, a pontuação pode funcionar como ferramenta para aproximar o TF do público-alvo, como mostra o exemplo abaixo:

- (7) TF – “Sou eu quem morre agora. *Deixa-me ir aqui pelo campo ao menos, eu, égua sem cavalo nem potro.* Eu não quero mais ninguém nem o mundo.” (p. 85)
- (8) TM – “It’s me who’s dying now. *At least let me run around here in the field, myself: a mare with neither a stallion nor a foal. I don’t want anyone any more nor the world.*” (p. 49)

No trecho acima, Felinto se utiliza de vírgulas para separar as frases. Embora esta não seja uma estrutura comum para nós, brasileiros, não se mostra difícil compreender as palavras da autora.

Matthews, no entanto, opta pela utilização de dois pontos. Tal modificação poderia ser vista como traço de normalização, uma vez que o uso dos dois pontos sinaliza o início de uma explicação do que é mencionado anteriormente.

Vale também lembrar que sistemas linguísticos distintos fazem uso diferenciado da pontuação. Em nosso *corpus* de estudo, podemos citar o uso de travessão para introduzir a fala das personagens, enquanto que, no inglês, as aspas são utilizadas. Vejamos:

- (9) TF – “— *O bando de Lampião foi a seu encontro e a seu encalço ao descobrir a égua morta na campina próxima à estrada...* — disse a mulher que me tocara a testa.” (p. 180)
- (10) TM – ““*Lampião’s gang went to to meet you and look for you when they found your mare dead in the fields near the road...*,” said the woman who had touched my head.”” (p. 112)

Nos trechos acima, vemos que Felinto utiliza o travessão para introduzir a fala da personagem.

Matthews, diferentemente, lança mão de aspas para o mesmo fim. Embora escritores brasileiros também façam uso de aspas quando se trata de discurso direto, o uso do travessão ainda se mostra predominante.

Em diversos trechos da obra, verificamos também que determinada pontuação no TF poderia exigir maior atenção por parte da tradutora, conforme exemplo abaixo:

- (11) TF – “Porque eu sempre dizia que mataria, de peixeira ou foice, *Analice, a mulher de meu pai*, no dia em que a encontrasse.” (p. 53)
- (12) TM – “Because I always said I would take a long knife or a sickle and kill *Analice — my father’s woman* — the day I met her.” (p. 25)

No trecho acima, a linguagem contínua de Felinto reúne numerosas informações em um só parágrafo. A autora se utiliza de vírgulas para enfatizar o modo como Rísia mataria a mulher de seu pai, Analice, dando um tom mais forte e seco à sua fala.

Notamos que Mathews opta por manter somente o aposto “*my father’s woman*” separado por travessões, na tentativa de tornar o TM mais claro para o leitor norte-americano.

Em outro trecho, Felinto brinca com a linguagem e escreve com naturalidade algo que deixa uma interrogação também nos falantes da língua portuguesa. Vejamos:

- (13) TF – “Todas as ideias me remetem às mulheres de Tijucopapo. *Vou iniciar as pessoas nas mulheres de, antes que eu me frustrate. Antes que eu me frustrate: as mulheres de. Em cor vermelha de muitas cores.*” (p. 79)
- (14) TM – “Every thought reminds me of the women of Tijucopapo. *I’m going to introduce people to the women of..., before I lose the track. Before I lose the track: the women of. Colored in red in many shades.*” (p. 45)

No trecho extraído do TF, notamos que Felinto interrompe a frase com uma vírgula. Tal estrutura pode causar estranhamento ao leitor brasileiro, pois seria natural que este esperasse um complemento. A princípio, o leitor poderia crer até mesmo em um erro de impressão. No entanto, a autora repete a mesma estrutura em seguida, reforçando se tratar de um recurso estilístico.

Mathews, por sua vez, parece preferir ajustar a pontuação de forma que seria menos estranha para seus conterrâneos, fazendo uso de reticências.

No excerto a seguir, Felinto enfatiza o verbo “repetir” justamente pela sua reiteração, logo em seguida, do verbo. Vejamos:

- (15) TF – “[...] Nós retiramos das praias ainda maravilhosas de Boa Viagem para o Brás apodrecendo de São Paulo, *repito. Repito* que foi coisa de deixar a paisagem que é um mar para bater os olhos nos fundos dum hotel do Brás onde um *homem* se masturba num tanque de lavar roupa [...]” (p. 104)
- (16) TM – “[...] *I repeat: we withdrew from the still-beautiful beaches of Boa Viagem for rotten old Bras in São Paulo. And I'll repeat that it was a matter of leaving behind the landscape of the sea and unloading our traveling eyes in the depths of a hotel in Bras where a man is masturbating into a washtub.*” (p. 62)

Felinto posiciona o verbo no final da frase e utiliza vírgula para separá-lo do restante, enquanto Matthews faz uso de dois pontos e inverte a posição do verbo. Além disso, a explicitação do sujeito torna-se necessária na língua inglesa.

Habitualmente, os dois pontos são utilizados com a intenção de introduzir um esclarecimento, e Matthews os utiliza com recorrência, como se nota nas seguintes frases:

- (17) TF – “[...] e morar na miserável vila da usina de açúcar, *contanto que o que eu tenha seja amor o suficiente para me dar forças e me levar a descobrir.*” (p. 91)
- (18) TM – “[...] and live in that miserable sugar mill shantytown: *just as long as what I have is enough love to give me strength and lead me into discovering.*” (p. 54)
- (19) TF – “[...] e quem me espera na varanda são meu filho e Jonas, o *amor.*” (p. 143)
- (20) TM – “[...] and waiting for me on the verandah are my son and Jonas: *love.*” (p. 90)

Como se pode perceber em vários exemplos citados até o momento, Felinto faz uso acentuado de vírgulas em seu texto. Em diversas ocorrências a autora parece evitar entrecortar seu discurso com outras pontuações, intensificando

a fluidez do pensamento da protagonista. A tradutora, no entanto, privilegia a explanação por meio do uso dos dois pontos.

Embora a busca nas duas obras digitalizadas não tenha indicado diferença significativa no número de vírgulas no TF em relação ao TM, 2.132 e 2.131 respectivamente, nota-se que a forma como a pontuação é empregada é diferente nos dois textos, como se vê no exemplo abaixo:

- (21) TF – “O *homem* falava com a calma resignada dos que planejam uma guerra por uma causa justa: — *Então, essa é uma guerra de conquista...* — continuava ele.” (p. 157)
- (22) TM – “The man spoke with the resigned calm of those who plan a war for a just cause: ‘*So, this is a war of conquest...*,’ he was saying.” (p. 98)

Felinto não utiliza a vírgula, prolongando o efeito das reticências, já acentuado pelo uso do verbo “continuar”, que aparece em seguida.

Matthews, por outro lado, utiliza esse recurso com a intenção de sinalizar o fim da fala do personagem.

Em outros casos, a vírgula aparece no TM entrecortando a fala dos personagens:

- (23) TF – “[...] — Como se sente?  
— Bem... Estou em Tijucopapo?  
— *Está... está em Tijucopapo.*  
— *E esse homem... Lampião? [...]*” (p. 180)
- (24) TM – “[...] How do you feel?”  
“Fine ... Am I in Tijucopapo?”  
“*Yes you are ..., you’re in Tijucopapo.*”  
“*And that man ..., Lampião?*” (p. 112-113)

Novamente Felinto opta por manter a naturalidade da linguagem oral, prolongando o efeito da frase com o uso das reticências. No TM, entretanto, a vírgula entrecorta o discurso, evitando que termos semelhantes permaneçam na mesma oração.

Em outros trechos, ainda que não haja pontuação no TF, no TM aparecem travessões utilizados para, possivelmente, tornar tais passagens mais claras:

- (25) TF – “Recife se incendieia, embebedada no sol de si mesma se sufoca, do mesmo jeito como se alaga – seduzida pelas águas dos seus rios que sucumbem ao fascínio da *chuva e se afoga, e se entrega.*” (p. 152)
- (26) TM – “ Recife was on fire, hallucinated under its own sun, suffocating, in the same way that it gets flooded – seduced by the waters of its rivers that succumb to the enchantment of the *rain – and it suffocates, and it surrenders.*” (p. 95)

A coloquialidade presente no TF é minimizada com a adição de um travessão no TM, facilitando o entendimento do leitor.

No trecho que segue, observamos que a mudança na pontuação confere outro tom à fala de Rísia:

- (27) TF – “Não, *eu não me deitaria com qualquer homem* nem sabendo que o que eu perdia era amor talvez, em suas multifolhas.” (p. 113)
- (28) TM – “No, *I wouldn't sleep around with another man*, not even if I knew that what I was losing out on might be love, in all its many aspects.” (p. 68)

A falta da pontuação no TF enfatiza a fala de Rísia, conferindo-lhe maior assertividade, além de indicar que ela fala sem hesitação. No TM, contudo, a pausa acrescentada pela vírgula poderia sugerir que a personagem tenha pensado por um instante antes de expressar sua opinião.

Em outro exemplo, a substituição da vírgula presente no TF por um ponto e vírgula no TM reforça a mudança de sujeito, assim como o acréscimo do pronome “*we*”:

- (29) TF – “[...] amazonas defendendo-se não se sabe bem de quê, *só se sabe que do amor.*” (p. 180-181)
- (30) TM – “[...] amazons, defending themselves no one quite knows from what; *all that we know is, from love.*” (p. 113)

O processo inverso ocorre no exemplo abaixo, em que a vírgula do TF é suprimida no TM. Todavia, seguindo as regras gramaticais da língua inglesa, Matthews acrescenta o pronome “*I*” à frase:

(31) TF – “Mas, *o que fazer em dias de chuva?*” (p. 61)

(32) TM – “But *what could I do on rainy days?*” (p. 31)

Observamos que o TF é expresso de modo mais impessoal, sem se referir explicitamente à pessoa de Rísia. Por outro lado, o TM sugere maior aproximação entre narrador e leitor. Para que isso ocorra, um número maior de vírgulas é empregado, conforme exemplo abaixo:

(33) TF – “[...] *Pois eu amava esse homem e, de repente...*” (p. 81)

(34) TM – “[...] *You know, I loved that man and, all of a sudden...*” (p. 47)

No TF o discurso é mais fluido, pois Felinto prioriza o ritmo da oralidade. Assim, a interferência da pontuação no TF é mínima. No TM, contudo, as vírgulas são empregadas na tentativa de deixar a história narrada por Rísia o mais clara possível. No caso abaixo, por exemplo, são utilizadas no TM duas vírgulas a mais que no TF, as quais enfatizam a preposição “*except*”:

(35) TF – “[...] *defendendo-se não se sabe bem de quê, só se sabe que do amor.*” (p. 80)

(36) TM – “[...] *defending themselves no one knows exactly from what, except, as we know, from love.*” (p. 45-46)

O uso da vírgula no TM poderia pressupor a facilitação do entendimento do leitor, à medida que organiza o discurso, como podemos observar também nos seguintes exemplos:

(37) TF – “*Às vezes eu confundo as vilas dizendo que é na Poti que nascem essas mulheres dadas como minha mãe.*” (p. 47)

- (38) TM – “*Sometimes I confuse the towns, saying that it was in Poti that those women who were given away like my mother were born.*” (p. 23)
- (39) TF – “*Em vez de amor sai morte de sua cartola negra.*” (p. 87)
- (40) TM – “*Instead of love, it’s death that comes out of his black top hat.*” (p. 51)
- (41) TF – “*Eu, sempre que estive em plena chuva, eu tive um sentimento me empurrando como barquinho para lugares longínquos que é como um lugar onde nunca fui e preciso ir para me afastar dessa melancolia toda molhada que me escorrega os pés em poças d’água.*” (p. 59)
- (42) TM – “*Whenever I was caught in heavy rain, I had a feeling propelling me like a little boat toward far-off places, as if to a place I’ve never been and need to reach to get away from this saturated melancholy that sloshes my feet through puddles of water.*” (p. 29)

Felinto descreve o estado mental de Rísia, ora confuso, ora ansioso, ora atormentado e, por essa razão, o TF é menos entrecortado, pois representa o emaranhado de ideias que afeta a protagonista. No TM, no entanto, a vírgula seria usada como forma de evitar possíveis ambiguidades.

Por outro lado, há momentos em que a linguagem de Felinto se torna mais poética e o uso de vírgulas se faz necessário para conferir maior serenidade à fala de Rísia. Porém, a especificidade do discurso de Felinto perde-se no TM, dessa vez com a supressão da pontuação, conforme o exemplo seguinte:

- (43) TF – “*É lá, no meio da massa, que ele fica, o amor.*” (p. 126)
- (44) TM – “*It’s there, in the middle of the forest, that love is found.*” (p. 78)

Da mesma forma, a alteração de pontuação, embora ajude a deixar o TM menos ambíguo, descaracterizaria, de certa forma, o TF. No exemplo abaixo, além da pontuação diferenciada, tem-se o acréscimo da conjunção “*and*”:

- (45) TF – “*Meu sentimento muitas vezes é assim de chuva molhado, pingado.*” (p. 58)

- (46) TM – “My feelings are often like the *rain – damp and dripping*.” (p. 29)

Em outros casos, notam-se mudanças morfológicas. No TF, Felinto utiliza o substantivo “*liberdade*”. Já no TM, além do acréscimo da vírgula, vê-se a transformação do vocábulo em um adjetivo, “*liberated*”:

- (47) TF – “Todo fim de tarde saímos, minha égua e eu, a cavalgar pelos arredores de Pedra Branca *numa liberdade de chuva caindo e penetrando a terra*.” (p. 143)

- (48) TM – “Late every afternoon we go out, my mare and I, for a ride around the outskirts of Pedra Branca, *liberated in the rain as it falls and penetrates the earth*.” (p. 90)

No exemplo seguinte, o substantivo “ironia” do TF é transformado no advérbio “*ironically*” no TM. Além disso, ambas as vírgulas são substituídas por travessões:

- (49) TF – “[...] Quando você morreu eu desembesto campina afora como égua acuada. *E, ironia, eu corro de novo a liberdade das minhas pernas de égua*.” (p. 84)

- (50) TM – “[...] When you died I take off into the fields like a startled mare. *And – ironically – I’m running once more with the freedom of my mare’s legs*.” (p. 48)

Assim, podemos dizer que a mudança na pontuação reflete não somente uma facilitação da leitura para o público-alvo, mas também opera mudanças morfológicas que se fazem necessárias perante a pontuação diferenciada.

## **Alterações em estruturas complexas**

Scott (1998) enfatiza que a coordenação de frases, ao contrário da subordinação, facilita a compreensão de textos. Por esse motivo, evitar-se-ia o uso de orações subordinadas dando-se preferência a orações coordenadas nos TMs. No trecho abaixo, observa-se que Matthews dá preferência à estrutura

padrão, transformando a voz passiva sintética (ou voz passiva pronominal) presente no TF em voz ativa no TM:

- (51) TF – “Talvez eu esteja indo me casar. Porque esse poder que tenho de matar um me apavora. Só um homem, um filho e uma casinha branca poderão, senão extinguir, pelo menos domar esse poder em mim. E (vou até falar baixo) esse é o mesmíssimo poder que me torna capaz de virar uma prostituta, uma homossexual, uma louca, uma bêbada, uma bandida, uma marginal. E, não, eu não sou de aguentar a margem da vida. Na margem sou fio que se quebra. Na margem só ficam os fortes. Sou fraca, fina e frágil. Mas, se eu fosse homem, ou se o permitissem às mulheres, eu iria à guerra. Serei sempre uma voluntária à guerra *até que se mate em mim esse poder meu* para qualquer coisa do resto que não seja uma *mulher* casada numa casinha branca.” (p. 24)
- (52) TM – “Maybe I’m traveling to get married. Because that power I have of killing someone terrifies me. Only a husband, a child, and a little white house could, if not extinguish, at least control that force in me. And (I’m going to whisper this) that’s the very same force that makes me capable of being a prostitute, a homosexual, a madwoman, a drunkard, an outlaw, an outsider. And, no, I’m not the type to put up with living on the outside edges of life. On the edges, I’m a thread that will break. On the edges, only strong people remain. I’m weak, delicate, fragile. But, if I were a man, or if women were allowed to, I’d go off to war. I’ll volunteer for every war *until they kill that force in me* for anything else besides being a married *woman* in a little white house.” (p. 05)

É possível notar que, no TF, Felinto não enfatiza “quem” irá matar esse seu poder. O foco está no acontecimento e não em quem irá praticá-lo. Temos a impressão de que, se tal “poder para qualquer coisa” morrer, será algo natural, e não resultado da ação de alguém. Mesmo porque Rísia esclarece que talvez somente “um homem, um filho e uma casinha branca” poderão tirar esse sentimento dela, mas tal afirmação não está ligada à frase que se encontra na voz passiva. Dessa forma, a explicitação do agente no TM parece vaga, sem relação com nenhum dos elementos mencionados anteriormente.

Em outra ocasião, a particularidade do discurso de Felinto se dilui também em virtude da facilitação de leitura do TM:

- (53) TF – “Quanto a Jonas, era um dia de *chuva* o em que *Jonas resolveu se morrer de mim.*” (p. 182)
- (54) TM – “As for Jonas, it was a *rainy day* when *Jonas decided to die for me.*” (p. 114)

No TF, Felinto mantém a especificidade de sua escrita acrescentando um pronome ao verbo intransitivo “morrer”. A mudança do TM, todavia, evidencia um sujeito (*Jonas*), sua ação (*to die*) e sobre quem essa ação incide (*me*), fato esse que modifica o sentido expresso no TF.

Enquanto entendemos que, no TF, Jonas decidiu se afastar de Rísia, não a amar mais, no TM entende-se que Jonas decidiu morrer por ela.

Há também outro exemplo em que a estrutura sintática incomum do TF é modificada no TM:

- (55) TF – “Saio, *uma mulher*, dessa cidade.” (p. 95)
- (56) TM – “I’m leaving that city, as a *woman.*” (p. 56)

Como se pôde observar, o deslocamento do predicativo do sujeito para o fim da frase no TM, acrescido da conjunção “*as*”, facilita a compreensão do leitor norte-americano.

## Considerações finais

A partir dos cinco vocábulos selecionados para o estudo, tomamos por base Scott (1998) para analisar aspectos de normalização presentes no TM. Examinamos três aspectos, mais especificamente: comprimento de sentenças, pontuação e alterações em estruturas complexas.

Com relação ao comprimento de sentenças, o TM mostrou uma variação significativa no acréscimo de palavras em alguns dos exemplos analisados. Vale lembrar que, ao observar a obra como um todo, o TF é constituído de 35.405 palavras, enquanto que o TM apresenta número consideravelmente

maior, 42.226. Esses índices evidenciarão uma tendência à normalização por parte da tradutora, uma vez que o aumento de palavras pode ser visto como estratégia de facilitação da leitura.

No que diz respeito à pontuação, observou-se que as mudanças encontradas poderiam estar voltadas a uma melhor compreensão do leitor do TM, algumas vezes, porém, diminuindo os traços de oralidade característicos do TF. As ocorrências se deram, principalmente, pela substituição da vírgula por dois pontos ou travessão para a inserção de explicações. Por outro lado, o uso de vírgulas no TM também foi bastante significativo, servindo para melhor organização do conteúdo dentro das frases.

Quanto às alterações em estruturas complexas, notou-se que, principalmente nos períodos mais longos, a tradutora dá preferência à estrutura padrão, transformando voz passiva em voz ativa ou modificando estruturas sintáticas incomuns do TF. Notou-se também que a utilização desse recurso modifica o sentido de algumas passagens do TF.

Em uma apreciação geral, podemos dizer que, embora tenhamos notado uma tentativa por parte da tradutora Irene Matthews em manter o estilo de Felinto, foram significativos os traços de normalização encontrados no TM. Acreditamos que um estudo ainda mais detalhado dos *corpora* possa permitir a identificação de outros traços de normalização.

GRIGOLETO, Grace Gonçalves; CAMARGO, Diva Cardoso de. Tendencies of normalization in the translation to English of *As mulheres de Tijucopapo*. **Revista do Gel**, São Paulo, v. 8, n. 1, p. 31-48, 2011.

**ABSTRACT:** *The present essay aims at observing possible tendencies of normalization by the translator Irene Matthews in the translation to English from *As mulheres de Tijucopapo*, by Marilene Felinto. The methodology employed is that of corpus-based translation studies (proposed by BAKER, 1993, 1995, 1996, 2000; SCOTT's study concerning normalization, 1998; and CAMARGO's research studies, 2005, 2007), and that of corpus linguistics (BERBER SARDINHA's studies, 2003, 2004). The investigation was carried out by means of a combination of semi-manual and computerized analyses using the computer software WordSmith Tools. Based on Scott (1998), we analyzed the translation of five words considered to be preferred by the author, as well as their co-text, in relation to three normalization features. The final results obtained in this study show that the translator Irene Matthews tends to use strategies that may be identified as features of normalization.*

**KEYWORDS:** *Literary Translation. Corpus-based Translation Studies. Corpus Linguistics. Normalisation. Translated Brazilian Literature. Marilene Felinto.*

## Referências

- BAKER, M. Corpus Linguistics and Translation Studies: Implications and Application. In: BAKER, M.; FRANCIS, G.; TOGNINI-BONELLI, E. (Eds.). **Text and Technology**: in Honour of John Sinclair. Amsterdam: John Benjamins, 1993. p. 233-250.
- \_\_\_\_\_. Corpora in Translation Studies: An Overview and Some Suggestions for Future Research. **Target**, v. 7, n. 2, p. 223-243, 1995.
- \_\_\_\_\_. Corpus-based Translation Studies: The Challenges that Lie Ahead. In: SOMERS, H. (Ed.). **Terminology, LSP and Translation Studies in Language Engineering**, in honour of Juan C. Sager. Amsterdam: John Benjamins, 1996. p. 177-186.
- \_\_\_\_\_. Towards a Methodology for Investigating the Style of a Literary Translator. **Target**, v. 12, n. 2, p. 241-266, 2000.
- BERBER SARDINHA, T. Linguística de corpus: histórico e problemática. **DELTA**, v. 16, n. 2. São Paulo, 2000, p. 323-367.
- \_\_\_\_\_. Uso de corpora na formação de tradutores. **DELTA**, São Paulo, v. 19, nº especial, p. 43-70, 2003.
- \_\_\_\_\_. **Linguística de Corpus**. São Paulo: Manole, 2004.
- CAMARGO, D. C. **Padrões de estilo de tradutores**: um estudo de semelhanças e diferenças em *corpora* de traduções literárias, especializadas e juramentadas. 2005. 512f. Tese (Livre-Docência em Estudos da Tradução) - Instituto de Biociências, Letras e Ciências Exatas, Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, São José do Rio Preto.
- \_\_\_\_\_. **Metodologia de pesquisa em tradução e linguística de corpus**. São Paulo: Cultura Acadêmica; São José do Rio Preto, SP: Laboratório editorial do IBILCE, UNESP, 2007.
- FELINTO, M. **As mulheres de Tijucopapo**. 3. ed. Rio de Janeiro: Record, 2004. 188 p.
- \_\_\_\_\_. **The Women of Tijucopapo**. Tradução de Irene Matthews. Lincoln: University of Nebraska Press, 1994. 132 p.
- SCOTT, M. N. **Normalisation and Reader's Expectation**: A Study of Literary Translation with reference to Lispector's *A Hora da Estrela*. 318 f. 1998. Tese (Doutorado em Filosofia) - Universidade de Liverpool, Liverpool.

# SUBSÍDIOS DA LINGUÍSTICA SISTÊMICO-FUNCIONAL PARA A ABORDAGEM DE TRADUÇÕES DE TRADUTORES EM FORMAÇÃO

Camila Nathália de Oliveira BRAGA<sup>1</sup>  
Adriana Silvina PAGANO<sup>2</sup>

**RESUMO:** Este trabalho analisa o desempenho de tradutores em formação, com base em produções textuais registradas em um estudo empírico. Cinco estudantes da FALE/UFMG participaram dessa pesquisa. Eles realizaram três tarefas de tradução envolvendo três textos de diferentes tipos textuais, selecionados de acordo com um grau de dificuldade crescente no que tange às relações lógico-semânticas de complexos oracionais (HALLIDAY; MATTHIESSEN, 2004). Para este estudo focalizaram-se os complexos oracionais de textos originais que se mostraram problemáticos para os sujeitos de acordo com o número e a duração das pausas registradas durante as tarefas. Os resultados permitiram que os sujeitos fossem colocados em diferentes estágios no *continuum* tradutor novato-experto (ALVES; GONÇALVES, 2007) com base nas traduções produzidas, no monitoramento da tarefa, na reflexão sobre os problemas encontrados e decisões tomadas para resolver os problemas.

**PALAVRAS-CHAVE:** Estudos da Tradução. Linguística Sistêmico-Funcional. Complexos Oracionais. Processo Tradutório. Competência Tradutória. Tradutores em Formação.

## Introdução

No âmbito do LETRA (Laboratório Experimental de Tradução/Fale/UFMG), diversas pesquisas têm sido realizadas explorando diferenças entre o desempenho de tradutores novatos e expertos, sobretudo no que diz respeito a

---

<sup>1</sup> Doutoranda em Linguística Aplicada, Programa de Pós-Graduação em Estudos Linguísticos, UFMG, Belo Horizonte, MG, Brasil. [camilanb@gmail.com](mailto:camilanb@gmail.com)

<sup>2</sup> Faculdade de Letras, UFMG, Belo Horizonte, MG, Brasil. [adriana.pagano@gmail.com](mailto:adriana.pagano@gmail.com)

evidências de metarreflexão e de metalinguagem nos dois grupos de sujeitos (ALVES, 2005; ALVES; GONÇALVES, 2007; ALVES; MAGALHÃES, 2004; MAGALHÃES; ALVES, 2006). Numa perspectiva de abordagem da competência em tradução enquanto “conhecimento passível de ser adquirido e desenvolvido num continuum desde o estágio aprendiz ao experiente” (ALVES, 2005) e através de uma metodologia de triangulação de dados (ALVES, 2001, 2003), as pesquisas vêm apontando o perfil do tradutor experiente como sendo associado a um desempenho caracterizado por conhecimentos que lhe permitem identificar aspectos discursivos relevantes do texto de partida para a construção do texto de chegada. Já o tradutor novato precisa desenvolver esse comportamento e esses conhecimentos para ter um desempenho semelhante ao do tradutor experiente.

A aparente dicotomia dos rótulos *novato* e *experiente*, todavia, representa dois extremos de um *continuum* que abrange os estágios iniciais e avançados do desenvolvimento do conhecimento experiente em tradução e que, como estudos mostram, precisa ser investigado para se ter uma caracterização dos estágios intermediários entre os supostos extremos. Esta pesquisa examina o perfil de estudantes de uma disciplina de Tradução da FALE/UFMG, aqui considerados tradutores em formação, tendo em vista aspectos do processo e do produto tradutórios com base em dados obtidos em três coletas de dados ao longo de um semestre letivo. Para tanto, são observados aspectos de sua produção textual a partir de uma análise de complexos oracionais que se apresentam como problemáticos dado o número e a duração das pausas registradas quando da execução da tarefa tradutória, bem como da verbalização sobre esses problemas nos relatos retrospectivos.

Os complexos oracionais, conforme a literatura aponta, envolvem relações semânticas entre orações com maior ou menor grau de explicitação (DOWNING; LOCKE, 1992, p. 282). A escolha de relações de expansão e/ou projeção, bem como a presença de orações hipotáticas e/ou encaixadas, completas ou reduzidas, está relacionada, segundo Downing e Locke, à expressão linguística de situações complexas, o que pode ser associado à complexidade textual. Pesquisas anteriores no âmbito do LETRA (CAMPOS; ALVES, 2005) também comprovaram que as maiores dificuldades apresentadas por tradutores em formação na resolução de tarefas de tradução podem ser correlacionadas com a presença de complexos oracionais, que muitas vezes demandam interpretação de relações lógicas mais complexas, levando a traduções problemáticas.

## Metodologia

Os textos traduzidos durante as tarefas foram produzidos com a utilização do *software* Translog, que possibilita a gravação e posterior visualização de todos os toques no teclado do computador e todos os movimentos do *mouse*. Foram coletados, também, relatos dos sujeitos enquanto assistiam à visualização de sua tarefa tradutória através da função *replay* do Translog, guiados por entrevista semi-estruturada, e gravados em arquivos de áudio, nos quais buscou-se investigar instâncias de metarreflexão e de metalinguagem na fala dos sujeitos. Foram selecionados para as tarefas três textos breves originalmente escritos em língua inglesa, completos e/ou independentes, de diferentes tipos textuais.

Para esta pesquisa foram selecionados cinco alunos da disciplina Tradução II, da Faculdade de Letras da UFMG, que assinaram um documento consentindo em ser sujeitos da pesquisa. A turma em questão foi selecionada devido ao fato de se tratar de um grupo pequeno de alunos, o que facilitaria o acompanhamento dos mesmos ao longo do semestre. As coletas de dados aconteceram em três etapas, nos meses de abril, maio e junho de 2006, a fim de acompanhar o desenvolvimento dos sujeitos no decorrer da disciplina. Antes da primeira coleta de dados, os alunos preencheram um questionário destinado à obtenção de dados considerados relevantes para este estudo, tendo-se em vista o modelo de Competência Tradutória de PACTE (2003) e suas subcompetências. Foram feitas perguntas como tempo de aprendizagem de língua inglesa, estadia em país de língua inglesa e obtenção prévia de créditos em disciplinas diretamente relacionadas à tarefa tradutória e à produção escrita. As respostas dos sujeitos caracterizaram uma amostra homogênea.

Para a análise do produto tradutório foram observados todos os complexos oracionais dos textos de partida e das traduções produzidas pelos sujeitos. As orações foram anotadas para posterior comparação e, em seguida, foram escolhidas algumas unidades que possuíam complexos oracionais mais intrincados e que suscitaram pausas mais longas dos sujeitos para serem analisadas com fins de correlação com os dados processuais desta pesquisa. Após a escolha das unidades e a anotação dos complexos oracionais, utilizou-se o *software* RSTools versão 3.45 para a geração dos diagramas apresentados nesta pesquisa. Ajustes posteriores aos diagramas gerados automaticamente foram feitos com o *software* Mayura Draw versão 4.3. Os símbolos utilizados na anotação dos

complexos oracionais deste trabalho são os mesmos utilizados pela Gramática Sistêmico-Funcional (HALLIDAY; MATTHIESSEN, 2004).

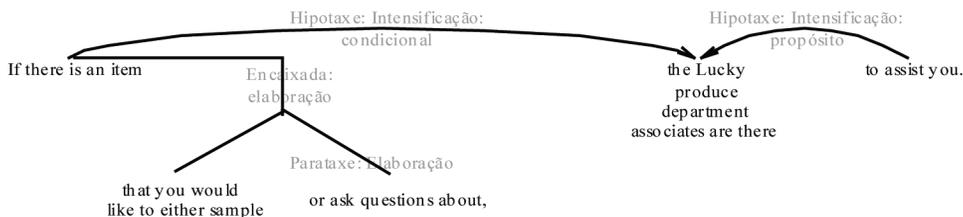
## Análise de dados

O Texto 1 desta pesquisa, “Food Guide Pyramid”, é um texto do tipo “panfleto de supermercado” e contém informações nutricionais e propaganda do supermercado em questão, Lucky Stores, Inc., buscando promover a ideia de que aquele é um bom lugar para se fazer compras de alimentos saudáveis e variados. O texto possui 274 palavras e 20 períodos, sendo 14 deles complexos oracionais. Nesses complexos oracionais, há 8 orações encaixadas, 9 orações em relação de parataxe e 9 orações em relação de hipotaxe; quanto à relação lógico-semântica, há apenas expansão. Braga e Pagano (2007) analisaram 6 unidades do Texto 1, das quais apenas uma será apresentada a seguir, sendo TP a oração no texto de partida e S1 a S5 as traduções feitas pelos sujeitos.

TP	<u>xβ</u> If there is an item [[=1 that you would like to either sample    =2 or ask questions about]],    α the Lucky produce department associates are there    <u>xy</u> to assist you.
S1	<u>xβ</u> Se algo lhe chamar atenção,    <u>1</u> experimente uma amostra    =2 ou pergunte sobre o mesmo.
S2	<u>x1β</u> Se você deseja uma amostra    =1α ou <u>fazer</u> perguntas sobre determinado produto,    2α os responsáveis pelo setor de <u>horti-fruti</u> do supermercado <u>Lucky</u> estarão lá    <u>x2β</u> para te atender.
S3	<u>xβ</u> Se houver algum item [[=1 que você queira experimentar    =2 ou sobre o qual deseja obter mais informações]],    α nossas "garotas <u>hortifruti</u> " estarão lá    <u>xy</u> para ajudar.
S4	<u>xβ</u> Se houver algum item [[=1 que <u>voce</u> gostaria de experimentar    =2 ou saber mais a respeito]],    α os promotores de venda estão prontos    <u>xy</u> para te auxiliar.
S5	<u>xβ</u> Se tiver algum item [[=1 que <u>voce</u> gostaria de uma amostra    =2 ou quiser saber mais alguma coisa]],    α o <u>Lucky</u> e seus associados <u>estaraao</u> lá    <u>xy</u> pra atender vocês.

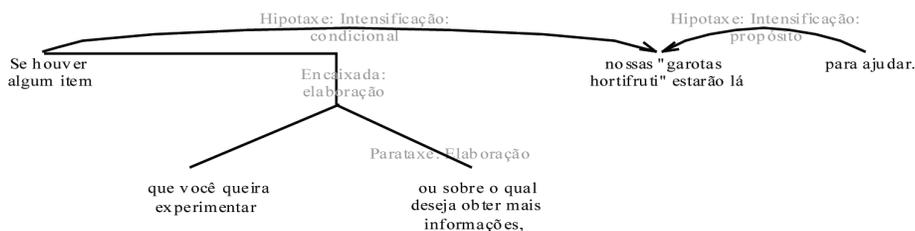
**Figura 1** – Unidade de análise T1

No texto de partida desta unidade de análise encontramos uma oração principal ('the Lucky produce department associates are there') com duas orações hipotáticas ('If there is an item that you would like to either sample or ask questions about' e 'to assist you'), sendo a segunda delas uma oração reduzida. Dentro da primeira oração hipotática há uma oração encaixada elaborando 'an item' que consiste em duas orações em relação de parataxe.



**Figura 2** – TP Unidade de análise T1

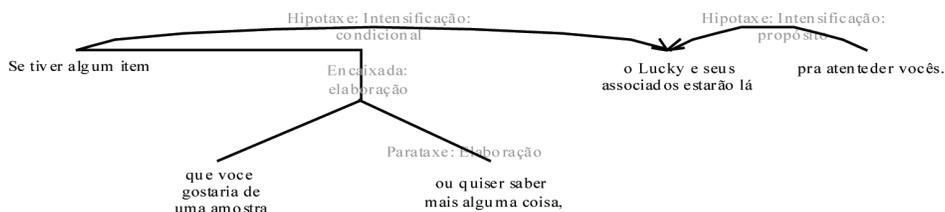
Os sujeitos S3, S4 e S5 optaram por um complexo oracional similar ao texto de partida, tanto em relação à taxa (uma oração principal com duas orações dependentes), quanto em relação às relações lógico-semânticas (uma intensificação condicional, duas elaborações e uma intensificação de propósito).



**Figura 3** – S3 Unidade de análise T1



**Figura 4 – S4 Unidade de análise T1**



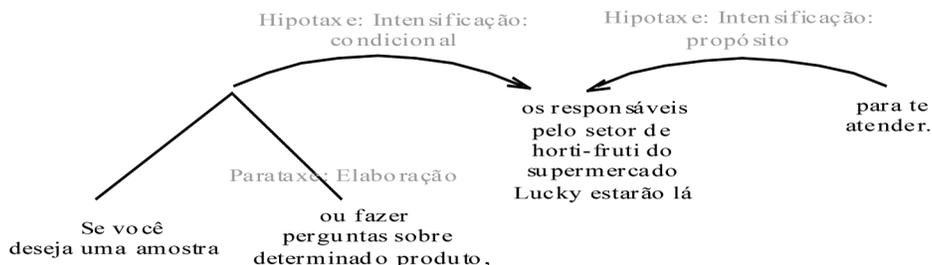
**Figura 5 – S5 Unidade de análise T1**

O sujeito S1, por sua vez, optou por uma oração principal paratática de elaboração na qual o Sujeito é o leitor interpelado (modo imperativo) e uma relação hipotática de intensificação condicional.



**Figura 6 – S1 Unidade de análise T1**

S2 optou por uma estrutura hipotática de intensificação condicional dependente de ‘os responsáveis... estarão lá’, uma hipotática de intensificação de propósito (‘para te atender’) também dependente de ‘os responsáveis... estarão lá’, e uma oração paratática que elabora ‘se você deseja uma amostra’.



**Figura 7** – S2 Unidade de análise 05/T1

Apenas S3 comentou, no protocolo verbal, sobre dificuldades em relação à tradução desse complexo oracional e evidenciou preocupação com a “gramaticalidade” do texto de chegada:

**Relato 1 (S3/T1):**

Aqui, por exemplo: *if there is an item that you would like to either sample or ask questions about*. Aí no português eu precisei colocar *se existe algum item, se existe algum alimento que você gostaria de experimentar ou sobre o qual você gostaria de saber mais*, então eu precisei trazer esse referente *sobre o qual* para frente, o que ficou diferente do inglês, porque uma coisa que seria automática, que poderia ser por exemplo: *se existe algum alimento que você gostaria de experimentar ou sobre o qual perguntar sobre*. Só que aí, assim, seria aceitável, não é? A pessoa ia entender, mas não ia ficar gramaticalmente ok. Então eu precisei trazer isso para frente.

O Texto 2, “Castro denies claims he has \$900m fortune: ‘Why would I want money?’”, é um texto do tipo reportagem jornalística, publicado no sítio do jornal inglês *The Independent* ([www.independent.co.uk](http://www.independent.co.uk)), e noticia a reação de Fidel Castro ao saber que seu nome figurava na lista das dez personalidades mais ricas do mundo. O artigo possui 219 palavras e 13 complexos oracionais. Há 10 orações encaixadas, 3 orações em relação de hipotaxe e 6 orações em relação de parataxe; quanto à relação lógico-semântica, diferentemente do Texto 1, onde só havia relação de expansão, há 3 projeções, todas elas diretas, ou seja, em relação de parataxe com a oração projetante, aumentando a complexidade da tarefa. Por se tratar de uma notícia específica recém-divulgada na mídia na ocasião da coleta de dados, os sujeitos não tinham conhecimento do tema, como pode ser visto no relato do Sujeito 2:

**Relato 2 (S2/T2):**

A única coisa que eu sabia é que os Estados Unidos vivem criticando o Fidel Castro e tal. Mas essa questão de que ele ia sair na revista *Forbes* entre os mais ricos e dos dez mais ricos eu não sabia, então foi novidade para mim.

Semelhantemente à Tarefa 1, foram selecionadas unidades de análise com base em ocorrências de pausa e recursividade. Os relatos retrospectivos foram utilizados para evidenciar dúvidas e/ou problemas dos sujeitos durante a fase de redação.

TP	1 He said:    "2 "Why would I want money, especially now [[=that I'm going to be 80 years old]]?    "3 $\alpha$ Why would I want money now,    x"3 $\beta$ if I never wanted it before?"
S1	1 "Por que eu iria querer dinheiro, justamente agora [[=que estou beirando os 80 anos?]]    "2 $\alpha$ Por que agora    x"2 $\beta$ se eu nunca quis antes?"     3 – disse ele.
S2	1 Ele afirmou:    "2 "Por que eu ia querer dinheiro, justamente no momento [[=em que estou chegando aos 80 anos de idade]]?    "3 $\alpha$ Por que eu ia querer dinheiro agora,    x"3 $\beta$ se eu nunca quis?"
S3	1 Ele disse:    "2 "Por que eu quereria dinheiro, especialmente agora [[=que estou com quase 80 anos]]?    "3 $\alpha$ Por que eu quereria dinheiro agora,    x"3 $\beta$ se eu nunca quis antes?"
S4	1 Ele perguntou:    "2 "Pra que iria eu querer dinheiro, <u>especialmente</u> agora [[=que já estou com quase 80 anos de idade]]?    "3 $\alpha$ Pra que eu iria quer dinheiro agora,    x"3 $\beta$ se eu nunca quis antes?"
S5	1 Ele disse:    "2 "Pra quê eu ia querer dinheiro? <u>ainda</u> mais agora [[=que vou completar 80 anos]]?    "3 $\alpha$ Pra quê eu ia querer dinheiro agora    x"3 $\beta$ se eu <u>nao</u>

**Figura 8** – Unidade de análise T2

A unidade de análise T2 possui grande complexidade devido a uma configuração complexa de projeção. O complexo oracional é composto por uma oração projetante e duas orações projetadas. A primeira oração projetada contém uma oração encaixada ('that I'm going to be 80 years old') e a segunda oração possui uma oração hipotática onde a oração dependente intensifica a oração principal em relação de condição.

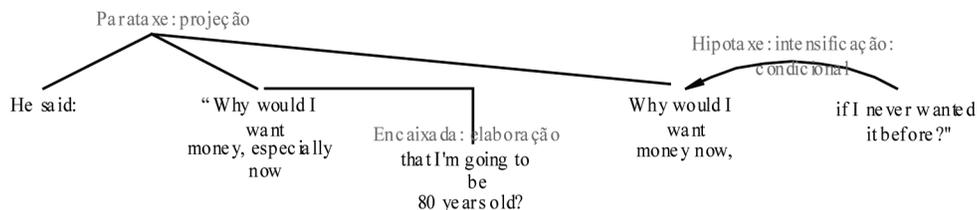


Figura 9 – TP Unidade de análise T2

S1 opta por um complexo oracional semelhante, mas inverte a ordem da oração projetante.

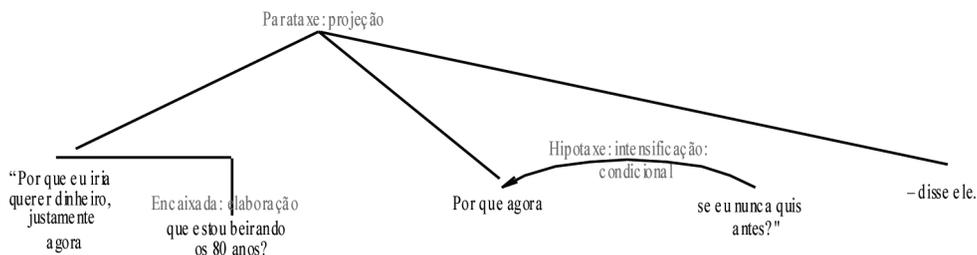


Figura 10 – S1 Unidade de análise T2

Os sujeitos S2 e S3 optaram por um complexo oracional análogo ao texto fonte.

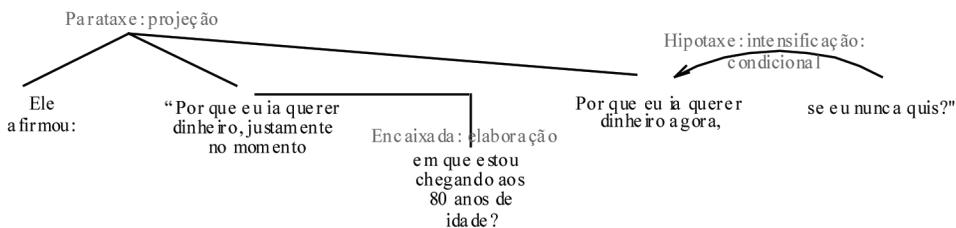
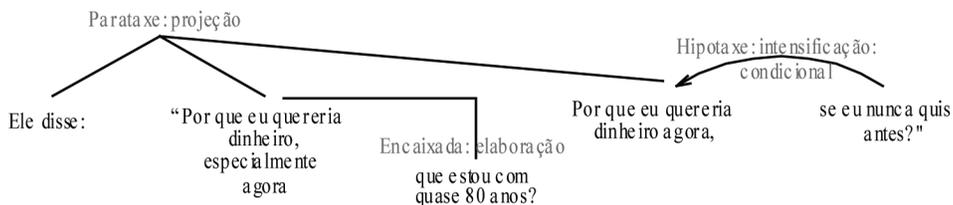
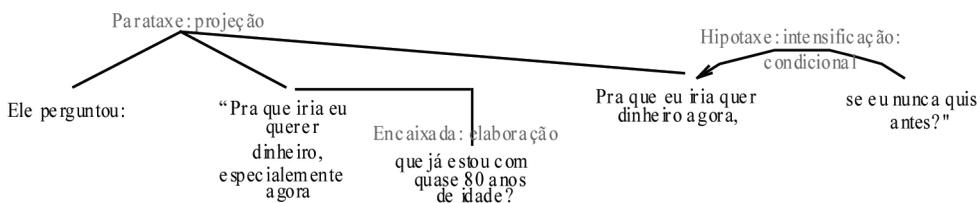


Figura 11 – S2 Unidade de análise T2

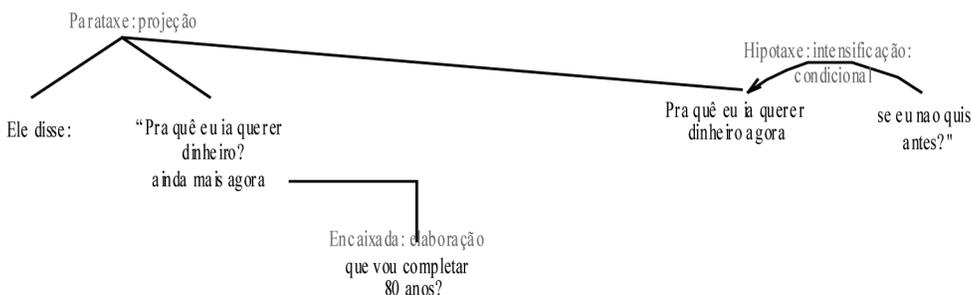


**Figura 12** – S3 Unidade de análise T2

S4 e S5 optaram pelo marcador de propósito ‘pra que’.



**Figura 13** – S4 Unidade de análise T2



**Figura 14** – S5 Unidade de análise T2

Ao falar sobre esta unidade, S1 explicitou suas dificuldades em relação ao complexo oracional:

**Relato 3 (S1/T2):**

A citação dele, no texto de partida está *he said* como, introduzindo a fala, o discurso dele, e eu coloquei isso no final. Eu já iniciei com as aspas, o discurso, e coloquei o *he said, disse ele* no final. [...] eu acho que de certa maneira soaria menos estranho, seria... acho que se eu tivesse colocado *disse ele* introduzindo o discurso seria mais atípico. Talvez isso geraria um certo estranhamento.

Apesar de S1 demonstrar metarreflexão neste relato, podemos observar que sua metalinguagem ainda é insuficiente, uma vez que ele utiliza impressões pessoais como ‘estranho’ para falar do complexo oracional. Como pode ser observado, apesar de suscitarem pausas quando de sua tradução, os complexos oracionais não foram mencionados nos relatos retrospectivos, os quais focalizaram escolhas de itens lexicais, prioritariamente.

O Texto 3, “A Mother’s touch”, é um artigo de divulgação científica e foi publicado na revista eletrônica *Discover* ([www.discovermagazine.com](http://www.discovermagazine.com)). O texto divulga resultados de uma pesquisa que revelou que os cuidados maternos que fêmeas de camundongo recebem, quando filhotes, das suas mães têm impacto sobre os cuidados maternos que elas darão às suas crias do sexo feminino. O artigo possui 268 palavras e 15 complexos oracionais. Há 7 orações encaixadas, 13 orações em relação de hipotaxe e 6 orações em relação de parataxe. Quanto às relações lógico-semânticas, há 12 projeções, um número relativamente grande se comparado aos textos anteriores, os quais não possuíam projeção (Texto 1) ou possuíam um número pequeno de projeções (Texto 2), evidenciando aumento de complexidade do Texto 3 em relação aos demais. Dessas projeções, 8 delas são indiretas, ou seja, em relação de hipotaxe com a oração projetante. Assim como o Texto 2, o Texto 3 consiste em uma notícia específica, desta vez um resultado de uma pesquisa recém-concluída e divulgada em um veículo internacional. Nenhum dos sujeitos conhecia a pesquisa, apesar de alguns acharem o resultado óbvio:

**Relato 4 (S1/T3):**

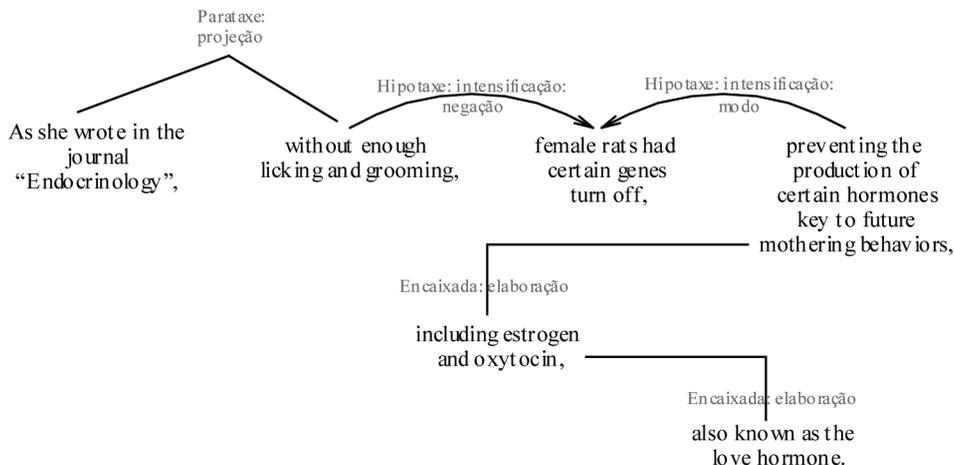
[...] o tema que trazia o texto para mim era novo, assim, aparentemente era uma coisa óbvia que o comportamento da mãe com os filhos influencia no comportamento dos filhos quando eles se tornarem pais. Mas especificamente essa experiência eu não tinha ouvido falar.

A análise de um dos complexos oracionais a seguir mostra como os sujeitos lidaram com o mesmo em suas tarefas de tradução:

TP	1 As she wrote in the journal "Endocrinology",    "2 $\beta$ without enough licking and grooming,    "2 $\alpha$ female rats had certain genes turn off,    "2 $\alpha\gamma$ preventing the production of certain hormones key to future mothering behaviors, [[=including estrogen and oxytocin, [[=also known as the love hormone. ]]]
S1	x1 $\beta$ Em seu artigo [[=intitulado "Endocrinology" (Endocrinologia)],    1 $\alpha$ Champagne diz    1 $\alpha$ " $\gamma$ x $\beta$ que se essas ações não forem regulares,    1 $\alpha$ " $\gamma$ $\alpha$ os ratos fêmea <u>inativizam</u> certos genes,    1 $\alpha$ " $\gamma$ = $\gamma$ inibindo assim a produção de determinados hormônios chave (como o <u>estrogênio</u> e a <u>oxitocina</u> , [[=também conhecidos como hormônios do amor)],    1 $\alpha$ " $\gamma$ = $\delta$ o que determinará o futuro comportamento materno como o <u>estrogênio</u> e a <u>oxitocina</u> , [[=também conhecidos como hormônios do amor]].
S2	1 De acordo com o que ela escreveu no periódico " <u>Endocrinology</u> ",    "2 $\alpha$ sem lambidas e cuidados o suficiente, ratos <u>fêmeas</u> tinham certos genes desativados,    "2= $\beta$ evitando a produção de certos hormônios [[=que são chave nos comportamentos maternos no futuro.]]
S3	1 De acordo com o que <u>Champagne</u> escreveu na publicação "Endocrinologia",    "2 $\alpha$ as fêmeas [[=que não foram suficientemente lambidas e limpas ]] tiveram certos genes retraídos,    =2 $\beta$ impossibilitando a produção de alguns hormônios fundamentais para o seu futuro comportamento materno.
S4	1 Como ela aponta no artigo [[=que escreveu para o periódico " <u>Endocrinology</u> ,"]]    "2 $\alpha$ sem o suficiente cuidado e contato da mãe, ratos fêmeas tiveram certos genes atrofiados.    "2= $\beta$ impedindo a produção de certos hormônios determinantes para o futuro comportamento materno,    "2= $\beta$ = $\gamma$ o que também afeta os hormônios estrógenos e <u>oxitocina</u> , [[=conhecidos ironicamente como hormônios do amor]].
S5	1 Como explicado no periódico " <u>Endocrinology</u> ",    "2 $\alpha$ sem o cuidado <u>necessário</u> , as <u>ratazanas</u> tem certos genes apagados,    =2 $\beta$ impedindo a <u>produção</u> de certos <u>hormônios</u> importantes para futuros comportamentos maternos,    "2= $\beta$ = $\gamma$ incluindo <u>estrogenio</u> e <u>oxitocina</u> , [[=também conhecido como " <u>hormonio</u> do amor"]].

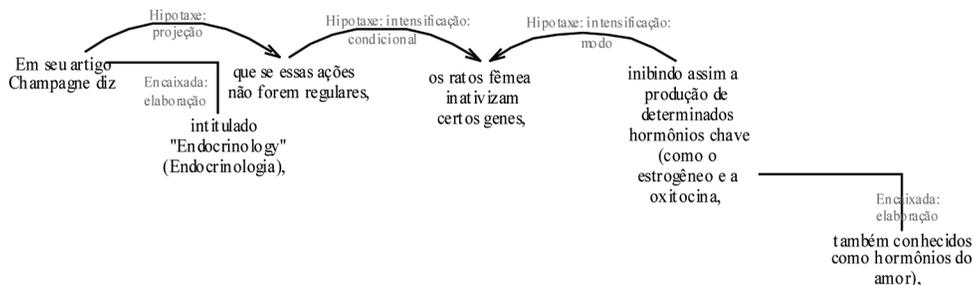
**Figura 15** – Unidade de análise T3

A unidade T3 é um complexo oracional que suscita várias dúvidas ao ser traduzida devido ao fato de conter várias orações hipotáticas e encaixadas e relações lógico-semânticas de projeção e expansão. No texto de partida, o complexo é formado por uma oração projetante e uma oração projetada, em relação paratática. A oração possui três orações em relação de hipotaxe. A primeira oração é hipotática e intensifica a oração principal de forma negativa; a segunda oração é a oração principal; a terceira oração intensifica a oração principal em uma relação de modo e possui uma oração encaixada que elabora 'future mothering behaviors'. A oração encaixada contém outra oração encaixada que, por sua vez, elabora 'estrogen and oxytocin'.



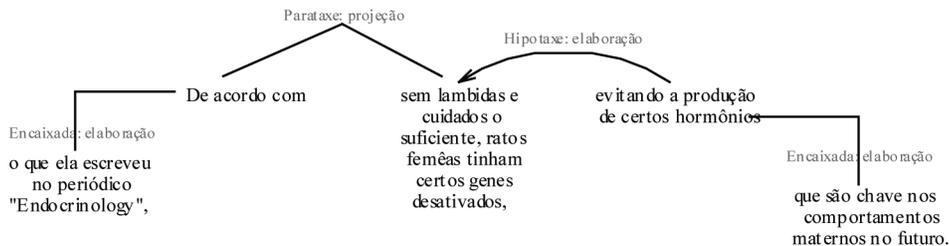
**Figura 16** – TP Unidade de análise T3

A tradução de S1 inicia com uma oração hipotática que intensifica a oração principal em relação espacial e esta oração hipotática contém uma oração encaixada, que elabora ‘artigo’. Em seguida vem a oração principal, que é uma projetante. A oração projetada tem uma relação hipotática com a oração projetante e se inicia com uma oração dependente, que intensifica a oração principal em relação de condição. Em seguida vem a oração projetada principal (‘os ratos fêmea inativizam certos genes’), que é intensificada em uma relação de maneira. Essa oração intensificadora contém uma encaixada, que elabora ‘estrogênio e oxitocina’. A última oração hipotática elabora a oração anterior e contém uma oração encaixada que elabora ‘estrogênio e oxitocina’. A tradução de S1 contém um problema de edição, uma vez que, ao copiar e colar, algumas estruturas se repetem, que não estão aqui transcritas por questões de espaço, mas podem ser vistas na Figura 17.



**Figura 17** – S1 Unidade de análise T3

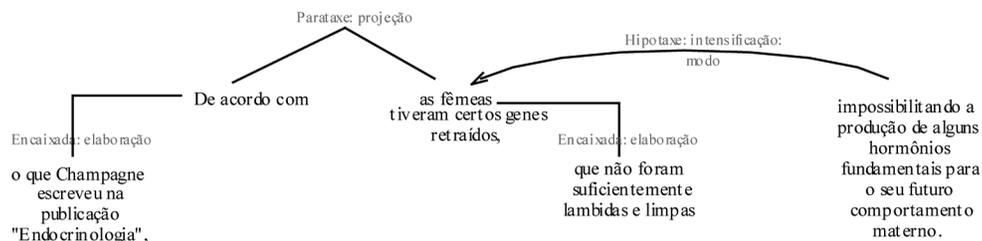
A tradução de S2 possui duas orações principais em relação de parataxe, sendo a primeira uma oração projetante e a segunda, uma oração projetada. A oração projetada é a oração principal que contém uma oração dependente em relação de elaboração. A oração hipotática, por sua vez, contém uma oração encaixada que elabora ‘certos hormônios’ e ‘De acordo com’ é elaborada pela oração encaixada ‘o que escreveu no periódico “Endocrinology”’.



Entre estes hormônios estão o estrógeno e a ocitocina, que é também conhecida como “o hormônio do amor”.

**Figura 18** – S2 Unidade de análise T3

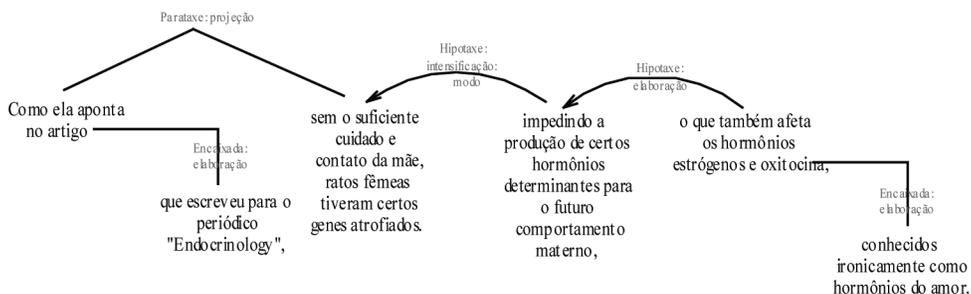
S3 traduziu a unidade como um complexo oracional que contém duas orações principais, onde a primeira projeta a segunda. A segunda contém duas orações em relação de hipotaxe, onde a oração dependente elabora a oração principal. Além disso, há duas orações encaixadas: uma elaborando ‘as fêmeas’ e outra elaborando ‘De acordo com’.



Entre esses hormônios estão o estrogênio e a oxitocina, também conhecida como “o hormônio do amor”.

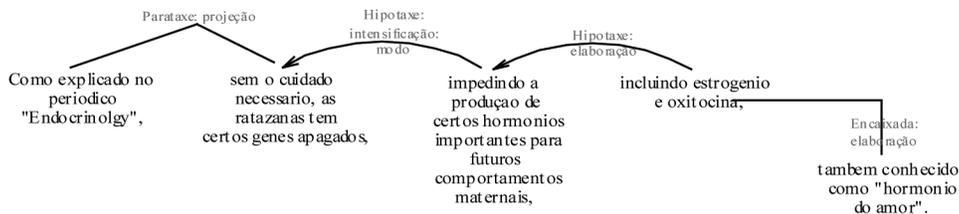
**Figura 19** – S3 Unidade de análise T3

S4 também optou por um complexo oracional análogo ao texto fonte: duas orações principais em relação paratática. Entretanto, elaborou uma estrutura um pouco mais complexa. A oração projetante contém uma encaixada que elabora ‘no artigo’ e a oração projetada, por sua vez, possui duas orações dependentes: a primeira elabora a oração principal e a segunda elabora a primeira oração hipotática. Além disso, há uma outra oração encaixada, elaborando ‘hormônios estrógenos e oxitocina’.



**Figura 20** – S4 Unidade de análise T3

S5 traduziu como um complexo oracional composto por duas orações principais, onde a segunda é uma oração projetada. A oração projetada contém uma oração principal, uma hipotática que elabora a oração principal e uma segunda oração hipotática que elabora a primeira. Além disso, há uma encaixada que elabora ‘estrogênio e oxitocina’.



**Figura 21** – S5 Unidade de análise T3

Os sujeitos S1, S2 e S3 falaram a respeito da dificuldade em traduzir o complexo oracional, mas não especificaram o motivo da dificuldade. S1 apenas diz que o complexo oracional do texto de partida não “soaria bem” no português brasileiro:

**Relato 5 (S1/T3):**

Esse *preventing the production of certain hormones key to future mothering behaviors, including estrogen and oxytocin*. Que se eu mantivesse a mesma ordem, acho que não soaria bem no português brasileiro, então eu tive de dar algum outro jeito. Então essa parte eu achei um pouco difícil.

S2 fala de uma dificuldade em traduzir o início do complexo oracional:

**Relato 6 (S2/T3):**

Ah, e também a expressão inglesa, uma frase em inglês mais ou menos no meio do texto: *As she wrote in the journal Endocrinology*. Esse *as she wrote* em português... eu senti um pouco de dificuldade em traduzir essa frase em português. Eu tive um pouco de dificuldade porque ela começa em inglês dessa forma: *as she wrote in the journal*. Tive um pouco de dificuldade para traduzir isso. Eu traduzi como: *De acordo com o que ela escreveu no periódico*. Isso que eu traduzi.

S3, além de falar da mesma dificuldade que S2, fala da necessidade que sentiu de criar mais uma oração em sua tradução.

**Relato 7 (S3/T3):**

Aqui eu achei que ficaria uma frase muito longa em português: De acordo com o que Champagne escreveu na publicação Endocrinologia. Então quando chegou aqui em comportamento materno... eu quebrei e fiz uma outra sentença, uma outra oração, uma outra frase. Eu achei que ficaria muito grande, ia dificultar a leitura. Aí eu preferi cortar em duas frases diferentes.

Como pôde ser observado, apesar de suscitarem pausas quando de sua tradução, os complexos oracionais são pouco mencionados nos relatos retrospectivos, que focalizam escolhas de itens lexicais, prioritariamente. Entretanto, se compararmos os protocolos das três tarefas, parece ter havido um aumento no número de verbalizações que focalizam os complexos oracionais. Além disso, como podemos observar, quando os sujeitos possuem metarreflexão sobre esse aspecto do texto, muitas vezes lhes falta metalinguagem. Entretanto, quando comparamos a primeira com a terceira fase do estudo, podemos observar um aumento no número de verbalizações dos sujeitos sobre os problemas encontrados ao traduzir os complexos oracionais.

## Discussão dos dados

Quando comparamos as descobertas desta pesquisa com descobertas de pesquisas anteriores sobre o processo e o produto tradutórios, podemos observar que os sujeitos analisados aqui mostram desempenho característico de tradutores novatos, conforme vem sendo relatado pela literatura.

Alves (2003), estudando 17 tradutores novatos, aponta que no desempenho dos sujeitos ocorrem pausas curtas quando aparecem problemas e que as soluções para esses problemas são buscadas imediatamente. Na presente pesquisa, as pausas feitas pelos sujeitos, apesar de não terem sido foco direto de análise, mostraram-se longas, tanto para a realização de consultas a dicionários e *corpora* quanto para a tomada de decisão em relação aos complexos oracionais, como pôde ser verificado em alguns protocolos lineares apresentados na seção de análise de dados. Alves (2003) também aponta que, entre tradutores novatos, o processamento é pouco reflexivo. O que verificamos nesta pesquisa, entretanto, é que alguns sujeitos possuíam um processamento reflexivo, faltando-lhes apenas metalinguagem baseada em uma teoria linguística para a expressão de sua metarreflexão.

A partir das observações feitas, pode-se concluir que as diferenças, embora sutis, entre os sujeitos desta pesquisa e os sujeitos anteriormente mapeados como novatos pela literatura devem-se ao fato do *status* diferenciado do estudante de tradução no *continuum* novato-experto. Uma limitação da presente pesquisa é o tempo reduzido de exposição dos sujeitos aos conteúdos sobre análise textual (um semestre). Com base em Schmidt (2005), a expectativa poderia ser de um impacto maior em um período de estudo mais dilatado.

## Conclusões

Quando observamos a produção textual focalizando os complexos oracionais, constatamos aspectos claramente diferenciados e pontos comuns entre os dois grupos de sujeitos desta pesquisa. Quantitativamente, os sujeitos que mais verbalizam sobre suas dificuldades e conseqüentemente são cientes de problemas são S1, S2 e S3. S4 problematiza os complexos oracionais apenas em uma ocasião, enquanto S5 não citou dificuldades relacionadas a esse aspecto. Considerando o número total de pausas e complexos analisados, como pôde ser observado, apesar de suscitarem pausas quando da sua tradução, os complexos oracionais foram pouco mencionados nos relatos retrospectivos, os quais focalizaram escolhas de itens lexicais, prioritariamente.

Em relação ao impacto deste trabalho no âmbito do LETRA, esta pesquisa corrobora estudos já realizados, reafirmando a necessidade de se observar mais detalhadamente o perfil de tradutores expertos para se obter dados adicionais aos já relatados. No que diz respeito ao aporte de análise de produção textual sob a perspectiva dos complexos oracionais que suscitam problemas na execução de tarefas, esta pesquisa revela a necessidade de se contar com descrições da língua portuguesa que possam embasar as análises, sobretudo em nível de registro. Isso nos permitiria fazer observações mais justificadas sobre as escolhas dos sujeitos, seja em nível lexical, seja em configurações de complexos oracionais.

**Agradecimentos:** Agradeço à CAPES pelo apoio financeiro durante o desenvolvimento desta pesquisa.

BRAGA, Camila Nathália de Oliveira; PAGANO, Adriana Silvina. Using Systemic Functional Linguistics to analyze textual production of translation students. **Revista do GEL**, São Paulo, v. 8, n. 1, p. 49-68, 2011.

**ABSTRACT:** *This work analyses the performance of translation students based on their text production registered in an empirical study. Five students from FALE/UFMG participated of this research. They performed three translation tasks involving three texts of different text types, selected on the basis of increasing complexity concerning logic-semantic relations of clause complexes (HALLIDAY; MATTHIESSEN, 2004). For the present analysis, we focused on clause complexes of the original texts that proved problematic for the subjects in view of the number and length of pauses recorded during the tasks. The results allowed us to place the*

*subjects in different stages in the novice-expert translator continuum (ALVES; GONÇALVES, 2007) based on the target texts produced, on their monitoring of the task on the reflection upon the problems encountered and on the decisions made to solve those problems.*

**KEYWORDS:** *Translation Studies. Systemic Functional Linguistics. Clause Complexes. Translation Process. Translation Competence. Translation Students.*

## Referências

ALVES, F. A triangulação como opção metodológica em pesquisas empírico-experimentais em tradução. In: PAGANO, A. (Org.). **Metodologias de pesquisa em tradução**. Belo Horizonte: POSLIN/FALE/UFMG, 2001. p. 69-92.

\_\_\_\_\_. Tradução, cognição e contextualização: triangulando a interface processo-produto no desempenho de tradutores novatos. **DELTA**, São Paulo, v. 19, n. especial, p. 71-108, 2003.

\_\_\_\_\_. Ritmo cognitivo, meta-reflexão e experiência: parâmetros de análise processual no desempenho de tradutores novatos e experientes. In: PAGANO, A.; MAGALHÃES, C.; ALVES, F. (Orgs.). **Competência em tradução: cognição e discurso**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2005. p. 109-153.

\_\_\_\_\_.; GONÇALVES, J.L.V. Modelling translator's competence: relevance and expertise under scrutiny. In: GAMBIER, Y.; SCHLESINGER, M.; STOLZE, R. (Orgs.). **Translation Studies: doubts and directions**. Amsterdam: John Benjamins, 2007. v. 1, p. 45-55.

\_\_\_\_\_.; MAGALHÃES, C. Using small corpora to tap and map the process-product interface in translation. **TradTerm**, São Paulo: USP, v. 10, p. 179-211, 2004.

BRAGA, C. N. O.; PAGANO, A. S. **Indagando o perfil de tradutores em formação: um estudo de caso**. 2007. 143 f. Dissertação (Mestrado em Linguística Aplicada) – Faculdade de Letras, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2007.

CAMPOS, T. L.; ALVES, F. **O efeito da pressão de tempo na realização de tarefas de tradução: uma análise processual sobre o desempenho de tradutores em formação**. 2005. 191 f. Dissertação (Mestrado em Linguística Aplicada) – Faculdade de Letras, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2005.

**Discover Magazine**. Disponível em: <<http://www.discovermagazine.com>>. Acesso em: 26 set. 2008.

DOWNING, A.; LOCKE, P. **A University Course in English Grammar**. New York, London, Toronto, Sydney, Tokyo and Singapore: Phoenix ELT, 1992.

HALLIDAY, M.A.K.; MATTHIESSEN, C.M.I.M. **An introduction to functional grammar**. 3<sup>rd</sup> ed. London: Edward Arnold, 2004.

MAGALHÃES, C.; ALVES, F. Investigando o Papel do Monitoramento Cognitivo-Discursivo e da Meta-Reflexão na Formação de Tradutores. **Cadernos de tradução**, Florianópolis, n. 17, p. 71-127, 2006.

PACTE. Building a translation competence model. In: ALVES, F. (Ed.). **Triangulating Translation: perspectives in process oriented research**. Amsterdam: John Benjamins, 2003. p. 43-66.

PROUTY, L. **The Smart Shopper's Guide to Smart Eating**. Panfleto do supermercado Lucky Stores, Inc.

SCHMIDT, M. **How do you do it anyway?** a longitudinal study of three translator students translating from Russian into Swedish. Stockholm: Stockholm Slavic Studies, n. 30, 2005.

**The Independent**. Disponível em: <<http://www.independent.co.uk>>. Acesso em: 16 set. 2008.

# PRÁTICAS DE LEITURA POR MEIO DE OBJETOS DE APRENDIZAGEM NA MODALIDADE DIGITAL

Sheila de SOUSA FERREIRA<sup>1</sup>  
Ana Lúcia TINOCO CABRAL<sup>2</sup>

**RESUMO:** O presente artigo apresenta reflexões sobre as possibilidades oferecidas pelos objetos de aprendizagem para o trabalho com leitura. Este trabalho está focalizado na leitura de contos de fadas, explorando o *frame princesa de contos de fada*. Nessa perspectiva, apresenta-se o percurso metodológico e analítico que subjaz à elaboração de um objeto de aprendizagem.

**PALAVRAS-CHAVE:** Leitura. Objeto de Aprendizagem. *Frame*. Descritivo.

## Considerações iniciais

O contexto da educação contemporânea exige a incorporação de metodologias e técnicas acompanhadas de recursos tecnológicos aliados aos procedimentos pedagógicos. O desenvolvimento das Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC) possibilitou a utilização de materiais digitais no ensino de todas as disciplinas. Ao longo dos anos, as TIC têm contribuído de maneira significativa com as formas de ensinar e aprender aliando, assim, as potencialidades humanas com as potencialidades tecnológicas, utilizadas em benefício do trabalho pedagógico como um todo. As TIC proporcionaram o desenvolvimento e a expansão de Objetos de Aprendizagem (OA) que ampliam a possibilidade na abordagem dos conteúdos. Há, atualmente, objetos de

---

<sup>1</sup> Mestrado em Linguística, Universidade Cruzeiro do Sul, UNICSUL, São Paulo, SP, Brasil, sheissan@gmail.com

<sup>2</sup> Pró-reitoria de Pós Graduação e Pesquisa, Mestrado Acadêmico em Linguística, Universidade Cruzeiro do Sul, UNICSUL, São Paulo, SP, Brasil, altinoco@terra.com.br

aprendizagem voltados para quase todas as disciplinas ensinadas na escola. No que se refere à Língua Portuguesa, entretanto, o material é bastante escasso, senão nulo.

A partir da constatação da quase inexistência de objetos de aprendizagem voltados para o ensino de Língua Portuguesa e considerando as dificuldades de leitura e escrita apresentadas por estudantes do ensino fundamental II, desenvolvemos a pesquisa apresentada nesta comunicação, a fim de procurar meios para suprir essa lacuna. O trabalho tem como escopo a apresentação de resultados parciais de pesquisa de mestrado, em desenvolvimento, cujo tema constitui o uso de objetos de aprendizagem na modalidade digital no ensino de Língua Portuguesa, considerando o objetivo principal da disciplina, que é o de tornar os alunos proficientes em leitura e escrita.

Temos como objetivo geral para a pesquisa investigar parâmetros para a elaboração de objetos de aprendizagem para a disciplina Língua Portuguesa, especialmente os voltados para o desenvolvimento das competências de leitura; assim sendo, a pesquisa busca elementos para a elaboração de materiais didáticos para ambientes virtuais de aprendizagem, focalizando os objetos de aprendizagem na modalidade digital como instrumento para as práticas de leitura.

Concebendo a linguagem como um instrumento de interação, e a leitura como um processo que envolve a interação entre texto e leitor, fundamentamos o trabalho na Linguística Textual, de um ponto de vista sócio-interacional cognitivo para tratar de leitura, e de um ponto de vista enunciativo, para cuidar do uso da linguagem na elaboração de objetos de aprendizagem.

## **Objetos de aprendizagem e ensino**

A educação e a tecnologia possuem uma relação muito estreita atualmente; ambas se complementam cada vez mais. Confirmamos tal afirmação ao buscarmos uma definição para o termo educação, que, de acordo com o dicionário, constitui a “aplicação dos métodos próprios para assegurar a formação e o desenvolvimento físico, intelectual e moral de um ser humano” (HOUAISS; SALLES, 2001, p. 1100). A integração da tecnologia aos processos educativos, como afirma Kenski (2007), passa a fazer sentido quando esses processos acontecem vinculados ao que a sociedade necessita e à medida que socializa as inovações.

Não se questiona atualmente que as Tecnologias de Informação e Comunicação ganham cada vez mais espaço na vida cotidiana das pessoas;

fazer parte implica, antes de tudo, informar a existência e ensinar e aprender de que forma utilizar. São novos materiais que propõem uma forma diferenciada de ensinar e aprender, apresentando uma nova possibilidade para o trabalho docente. Eles constituem, assim, um instrumento que pode auxiliar a atingir as necessidades da escola como um todo na abordagem de conteúdos nas diversas áreas de conhecimento, nos mais diferentes níveis e modalidades de ensino.

Com respeito à utilização de novos materiais, observamos que as escolhas dos recursos a serem utilizados na escola redefinem a relação entre o conteúdo que se pretende ensinar e aqueles que farão uso desse conteúdo, ou seja, professor e alunos. Nesse contexto, o computador passa a ser percebido como um instrumento, como uma mídia importante para viabilizar as atividades no universo escolar e não apenas como um meio de promover o acesso à internet. Ele também é responsável por permitir a utilização de outras ferramentas que melhor viabilizem o processo na sistematização e transmissão de conteúdos e a construção do conhecimento dentro e fora dos limites físicos da sala de aula.

O computador apresenta, pela amplitude de recursos que oferece, novas possibilidades que se diferenciam do modelo tradicional de ensino e estabelece, assim, um novo paradigma, como afirmam Amaral e Amaral (2008). E, por se tratar de um novo paradigma, exige um novo olhar para o processo educativo. Nesse contexto, é importante a elaboração de materiais que explorem suas potencialidades como recursos pedagógicos que contribuem para a educação como um todo, em especial para o ensino da língua materna. São inúmeros os recursos que podem ser utilizados, tais como a produção de textos, a elaboração de apresentações por meio do *power point*, gráficos, animações, imagens. Entre os recursos que a tecnologia do computador propicia, destacamos os Objetos de Aprendizagem na modalidade digital (OA).

Os Objetos de Aprendizagem podem ser definidos, de uma forma geral, como uma proposta de aprendizagem que possibilita aos professores dinamizar suas ações pedagógicas, a fim de beneficiar a compreensão do conteúdo a ser abordado. De acordo com Wiley (2002), podemos definir os OA como “entidades digitais utilizadas para divulgar informação através da internet, as quais são independentes umas das outras”. O fato de os OA encontrarem-se no ambiente virtual representa um dado importante, uma vez que, estando disponível na rede, podem ser acessados por várias pessoas simultaneamente sem problemas em relação à sua utilização.

A necessidade de criar ambientes com o intuito de propagar programas, atividades *online* em diferentes áreas de conhecimento acabaram por promover o surgimento de Repositórios de Objetos de Aprendizagem (ROA), que, de acordo com Thing (2003), têm a definição a seguir.

Em tecnologia da informação um repositório é um local central no qual dados agregados são mantidos de modo organizado. [...]. O termo vem do latim repositorium, um local ou ambiente onde as coisas podem ser armazenadas. (p. 729)

Como observam Dutra et al. (2006), os OA surgiram como uma nova forma de organizar e oferecer uma nova estrutura aos materiais pedagógicos. São recursos digitais que podem ser utilizados tanto por meio da internet como por meio de programas com o auxílio de um computador, mesmo quando não conectado à rede.

Cabe ressaltar, como lembram Dutra et al. (2006), que a utilização dos OA não irá substituir quaisquer que sejam os materiais pedagógicos; eles trazem, todavia, uma importante contribuição promovendo uma ressignificação ao fazer pedagógico. Com efeito, a elaboração de materiais com utilização de objetos de aprendizagem na modalidade digital proporciona a criação de novas situações nas quais são abstraídas situações do mundo real e transferidas para os OA.

Uma importante característica dos OA é a possibilidade de reutilização em diferentes contextos, o que resulta em melhor contribuição no processo de exploração do objeto, ou seja, melhor administração do tempo e ilimitadas possibilidades na abordagem de conceitos, pois o mesmo objeto, uma vez elaborado, pode servir a muitos fins. Uma das consequências dessa peculiaridade dos OA é a melhoria da produtividade no processo de trabalho uma vez que não é preciso a cada nova atividade recomeçar do ponto inicial. Esse aspecto pedagógico, a nosso ver, representa um diferencial em relação aos materiais tradicionalmente utilizados no ambiente escolar.

O armazenamento dos objetos auxilia a organizar e a distribuí-los, facilitando, inclusive, sua utilização em qualquer modalidade de ensino. As facilidades de busca por meio de filtros, o acoplamento com outros objetos e a publicação em cursos diferenciam os repositórios de objetos de aprendizagem das bibliotecas digitais.

Atualmente existem muitos repositórios de OA. Uma busca exata pela expressão “Learning Objects Repository” retornou 580 resultados. A maioria

deles constituem projetos financiados por instituições governamentais, como é o caso do RIVED, no Brasil. O RIVED (Rede Interativa Virtual de Educação) compõe o portal *Webeduc*, custeado pelo Governo Federal do Brasil por intermédio da Secretaria Especial da Educação a Distância. Segundo Silveira (2008), no portal RIVED os objetos de aprendizagem são recuperados de acordo com o nível de ensino, que vai desde o nível fundamental até o ensino superior, e também por meio das áreas de conhecimento, possibilitando acesso gratuito a um número elevado de OA.

A criação de um repositório de objetos de aprendizagem, como afirmam Alves e Souza (2006), não representa uma iniciativa isolada; é preciso que os padrões dos repositórios ofereçam os parâmetros para os objetos e assim estejam de acordo com as tendências internacionais estabelecidas.

Ao pensar nas exigências para estabelecer o padrão do repositório, o portal RIVED, em sua *homepage*, apresenta uma série de documentos, que, segundo o próprio RIVED, são instrumentos que fazem parte do processo de planejamento e desenvolvimento, cuja função é auxiliar na produção dos OA, orientando o produtor. O item Padronização, acessível na barra de navegação do RIVED, apresenta diferentes documentos a serem oferecidos pelo produtor do objeto no momento do cadastramento. Esses documentos vão desde formulário de cadastramento até o oferecimento de modelos, como o modelo de *design* pedagógico, modelo do próprio objeto, modelo do guia do Professor. Eles incluem ainda a definição do padrão visual. O *site* traz também um mapeamento dos Objetos de Aprendizagem publicados pelo próprio portal RIVED.

Considerando as exigências dos repositórios de objetos de aprendizagem relativas não apenas ao objeto em si, mas também aos documentos que contenham informações para permitir a boa utilização do objeto, impõe-se assumir como pressuposto para a produção de objetos de aprendizagem a necessidade de um planejamento. É importante que se contemplem, no planejamento, todos os conteúdos a serem trabalhados, a forma de utilização do objeto, suas características tecnológicas e as exigências em termos de máquina que elas implicam. Sendo assim, o primeiro passo para a produção do objeto constitui a definição dos conceitos a serem abordados e os objetivos a serem atingidos de acordo com o público a que ele se destina. O detalhamento do conteúdo inclui uma análise minuciosa a fim de apresentar à equipe de tecnologia responsável pela elaboração do objeto todos os elementos que devem ser explorados e forma como eles devem ser abordados. Cumpre ressaltar que, devido à multidisci-

plinaridade peculiar à elaboração de objetos de aprendizagem na modalidade digital, os responsáveis pela parte tecnológica do desenvolvimento não necessariamente possuem o domínio dos conteúdos teóricos que serão explorados. Esse é um fator dificultador que exige extremo cuidado do produtor do objeto.

## **Leitura de contos de fadas**

De acordo com os postulados de Koch e Elias (2006), a leitura já foi concebida como uma atividade tendo como foco apenas o produtor do texto, uma atividade que levava em consideração apenas o que o autor pretendeu apresentar. A leitura também foi compreendida ainda como uma atividade em que o foco encontrava-se limitado ao texto; nessas duas perspectivas, o leitor é visto como mero reproduzidor das ideias apresentadas no texto. Com a evolução das pesquisas linguísticas relativas aos processos de leitura, o leitor passou a ser entendido como aquele que interage com o texto, por meio da ativação de seus conhecimentos e do estabelecimento de relações entre aquilo que já conhece e as informações do texto.

Com efeito, a leitura, como observa Cabral (2005), é o produto de um processo em que o leitor movimentava vários saberes, tais como lexicais, gramaticais, e diferentes vivências que vão se tecendo ao longo da leitura do texto e que auxiliam no processo de compreensão. Conforme ensina van Dijk (2004), ao ler um texto, os usuários da língua constroem um modelo situacional; um modelo mental do texto, de acordo com o tema abordado. Os modelos desempenham várias tarefas vitais para a compreensão do texto, completam as informações não explicitadas no texto, que vão sendo compreendidas pelo leitor durante a leitura.

É nesse sentido que Kleiman (2002) afirma ser a compreensão em leitura caracterizada pela utilização das experiências do leitor e de seu conhecimento prévio, ou seja, a ativação das experiências vivenciadas por cada um. Entretanto, apenas as experiências de mundo não são suficientes para a compreensão; como assevera a pesquisadora, é consenso que, para que um texto tenha sentido para um leitor, é importante que haja a interação entre o conhecimento de mundo, o conhecimento linguístico e o textual desse leitor. O conhecimento de mundo, segundo Kerbrat-Orecchioni (1986), está ligado às experiências do indivíduo; ele constitui o conjunto de saberes adquiridos e de crenças; representa a bagagem cognitiva do sujeito. O conhecimento linguístico, de

acordo com a mesma autora, refere-se ao conhecimento que o sujeito tem do sistema da língua; ele leva em conta os significantes textuais, cotextuais e paratextuais, para atribuir os significados dos enunciados de acordo com as regras constitutivas da língua. O conhecimento textual, de acordo com Kleiman (1995), diz respeito aos conhecimentos sobre textos; ele inclui as diferentes estruturas textuais e gêneros diversos; quanto maior ele for, mais fácil será a compreensão de um texto, pois o conhecimento de estruturas textuais e de tipos de discurso determina, em grande medida, as expectativas do leitor em relação aos textos. Devemos considerar, conforme ressaltam Koch e Elias (2006), que a compreensão textual pressupõe a participação do leitor na construção de sentido do texto; ela não exige coincidência entre os conhecimentos do leitor e do texto, mas sim uma interação entre leitor e texto, de forma dinâmica, durante o processo de leitura.

Dessa perspectiva, torna-se possível afirmar que, sem os conhecimentos prévios necessários à compreensão, o processo de compreensão do texto fica comprometido. Daí a importância da exploração de estratégias que auxiliem ativar os conhecimentos prévios durante as atividades de leitura. A partir de um trabalho de conscientização dos conhecimentos prévios, o indivíduo pode utilizar, por exemplo, de elementos comuns aos textos como títulos, ilustrações, gêneros, tipos de personagens prototípicos, entre outros elementos que auxiliam na construção do modelo cognitivo, permitindo a compreensão do texto. Assim, por exemplo, a bruxa nos contos de fada já possui uma aparência que lhe é bem peculiar; não se concebe uma bruxa com longos cabelos dourados e sedosos. Temos, construído na memória, um estereótipo de bruxa que ativamos a cada leitura em que aparece esse tipo de personagem. Podemos dizer que ativamos o *frame bruxa*.

Os *frames* buscam dar conta dos elementos que fazem parte de determinado conceito. Koch e Travaglia (1997, p. 60) definem *frames* como sendo um conjunto de conhecimentos armazenados na memória que podem ser definidos a partir de um “rótulo” comum, mas estão relacionados a uma ordem lógica ou temporal. São modelos globais e partilhados pelo senso comum. Já de acordo com os postulados de van Dijk (2004), os *frames* são uma forma de conceber como ocorre a representação do conhecimento relacionado a uma estrutura ou modelo. Para o autor, o léxico cognitivo constitui uma abstração linguisticamente monitorada de estruturas cognitivas que fornecem as relações conceituais e definem parte da coerência semântica do texto.

Vale lembrar que o importante nos esquemas prefabricados é a sua utilização como conteúdos que possibilitem a construção de sentidos de um texto e que auxiliem a atividade de leitura. O desenvolvimento de atividades com o aluno possibilita que o aluno ative os conhecimentos já existentes em sua memória e ative ideias sobre o tema do texto, os *frames* referentes aos conteúdos apresentados, inclusive de acordo com o gênero em que se insere o texto trabalhado.

## O descritivo e os processos de referência na construção do *frame* princesa de contos de fada

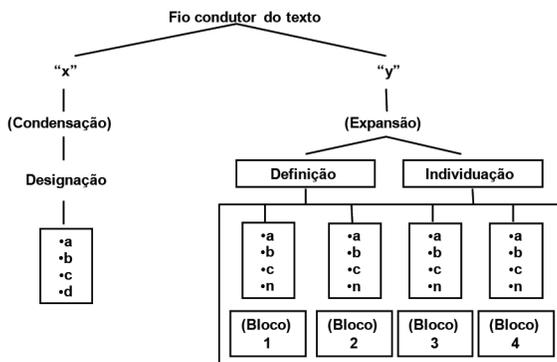
Considerando que os *frames* se definem como sendo um conjunto de elementos pertinentes a determinado conceito, podemos compreender o descritivo como um tipo textual pertinente para a exploração de *frames*, uma vez que a descrição de um dado objeto de discurso pode se apresentar como uma lista dos elementos que o compõem. Sendo assim, recorreremos ao conceito de sequências textuais descritivas como construto teórico que nos permitirá analisar e construir o *frame* *princesa de contos de fada*.

Conforme lembra Marquesi (2006), as sequências textuais constitutivas do texto apresentam tipos de enunciados estáveis e regularidades de composição. Com relação à regularidade de composição, Marcuschi (2002) afirma que uma sequência descritiva constitui um tipo de enunciado que apresenta uma estrutura simples, tem verbo estático no presente ou no imperfeito e um complemento e uma indicação circunstancial de lugar.

Marquesi (2004, 2006) apresenta uma hipótese para definir o texto descritivo afirmando que há uma superestrutura peculiar ao descritivo; trata-se de uma organização textual que se apresenta a partir de três categorias: designação, definição e individuação. A designação cumpre a função de nomear o objeto de discurso; a definição traz predicções que ampliam a designação e tem como base um saber compartilhado entre os interlocutores; a individuação atribui ao ser descrito uma identidade e permite que ele seja percebido como objeto inserido num tempo e no espaço.

No esquema proposto por Marquesi (2004), é possível visualizarmos a organização do descritivo: a *designação* é uma categoria que condensa o fio condutor de acordo com o aspecto lexical, o conjunto sêmico; a *definição* cumpre a função de apresentar um conjunto de predicções que vão se

**Categorias do descritivo (MARQUESI, 2004, p. 114)**



expandindo num saber partilhado, que é também de conhecimento do outro, como nos ensina Marquesi (2007a); a *individação* diz respeito ao conjunto de predicções fixas, que estão relacionadas ao que o produtor considera uma identidade do objeto descrito, ou predicção provisória, que se relaciona a um princípio de distinção do elemento descrito; o léxico eleito pelo produtor não tem como função descrever o elemento como é e sim descrevê-lo no tempo e no espaço em que esteja inserido, ou seja, apresentar os elementos que são específicos do objeto descrito naquela situação.

A pesquisadora, estabelecendo uma relação entre o descritivo e os saberes tanto do produtor quanto no leitor, destaca-o como:

Objeto-saber comunicado por um locutor-destinador informado a um leitor também informado e como objeto-saber comunicado por um locutor-destinador não informado, a descrição entra num duplo esquema de comunicação, funcionando como um agente coletivo e sincrético (objeto + saber), dotado de uma significação constante e permanente [...] (MARQUESI, 2004, p. 60)

Podemos concluir, com base em Marquesi, que, a partir das diversas sequências descritivas que encontramos em um texto, é possível construir uma representação mental do ser ou objeto descrito; essa representação tem um fio condutor que corresponde ao ponto de vista do locutor do texto, permitindo definir de certa forma o ser ou objeto descrito; ela constitui uma enumeração das peculiaridades do ser ou objeto descrito. A partir dos elementos que compõem essa representação, podemos atribuir um rótulo ao ser ou objeto descrito, designando-o. Podemos afirmar, por conseguinte, que o descritivo nos permite

incluir o ser ou objeto descrito em um conjunto que engloba todas essas particularidades, como um *frame*. Nesse contexto, a referenciação, como uma forma de categorização, assume um papel fundamental.

No desenrolar da leitura, por um processo de retomadas, as referências vão se modificando, assumindo novos sentidos, construindo novas relações entre os conhecimentos ativados pelo leitor. É nesse sentido que, para Cabral (2005), a referenciação, no que diz respeito à leitura, tem a ver com concepção de mundo do leitor, pois a construção da referenciação, durante a leitura, se dá conforme as experiências de cada leitor, de acordo com sua apreensão de mundo que vai sendo armazenada ao longo das suas experiências e a relação entre esses conhecimentos e o que está expresso no texto.

Esse ponto de vista vai ao encontro do que Marquesi (2007a), pautada nos postulados de Mondada e Dubois (2003), entende a referenciação, do ponto de vista do produtor, como processo cuja análise pode subdividir-se em dois aspectos; o primeiro diz respeito à categorização e está voltado aos aspectos cognitivos que oferecem estabilidade ao discurso; já o segundo parte de uma visão interacionista e discursiva e permite que o processo referencial seja analisado de acordo com a construção dos objetos do discurso e os modelos que circulam socialmente. Desse ponto de vista, abordar a referenciação implica considerar aspectos lingüísticos e cognitivos.

A referenciação se dá, portanto, num processo de construção que se estabelece a partir da relação existente entre a língua e o mundo. Cada indivíduo tem uma visão de mundo de acordo com suas vivências e isso lhe confere a possibilidade de compreender o referente ou a expressão referencial de acordo com a realidade do texto, mas em relação a essa visão que lhe é peculiar. Nesse sentido, podemos afirmar que, como ressalta Marquesi (2007c), a referenciação tem uma função simbólica que perpassa também pelas vivências do autor que vão sendo evidenciadas ao longo do texto; o leitor, por sua vez, utiliza as suas experiências para compreender a realidade posta pelo texto.

Para Koch e Elias (2006), a forma como o sujeito vê o mundo diz respeito ao processo de elaboração e reelaboração e, embora tenha um caráter subjetivo, respeita as limitações que são impostas pelas condições culturais, históricas e sociais relacionadas ao uso da língua na prática discursiva. Daí a pertinência do estudo da subjetividade da linguagem para as práticas de leitura.

Kerbrat-Orecchioni (1986, 1987), em seus estudos sobre as marcas de subjetividade, afirma que os *adjetivos subjetivos* interessam às questões da

enunciação por contribuir com o processo de compreensão dos textos. Com efeito, estamos habituados a relacionar o ato de descrever ao uso de adjetivos, pelo fato de serem portadores de qualidades relativas aos substantivos que acompanham.

Kerbrat-Orecchioni (1987) estabelece uma divisão dos adjetivos subjetivos em: afetivos, avaliativos não-axiológicos e avaliativos axiológicos. Os adjetivos afetivos expressam uma característica do objeto que atribui uma reação emocional por parte de quem se refere ao objeto, podendo expressar valorização ou desvalorização. Os adjetivos avaliativos não-axiológicos apresentam uma avaliação qualitativa ou quantitativa sem que haja julgamento de valor ou relação afetiva por parte do produtor. Os avaliativos axiológicos trazem uma avaliação que o produtor faz de acordo com aspectos éticos e estéticos, atribuindo um juízo de valor, seja ele positivo, seja ele negativo, em relação ao objeto. Sendo assim, os adjetivos avaliativos, por permitirem uma avaliação de caráter positivo ou negativo, são entendidos como duplamente subjetivos.

Neves (2000), para tratar dos adjetivos, também apresenta uma divisão estabelecendo duas subclasses: os adjetivos classificadores ou classificatórios e os qualificadores ou qualificativos. Os adjetivos classificadores enquadram o substantivo numa subclasse, atribuindo a ele uma característica objetiva e se configuram por uma denominação. Os adjetivos *qualificadores ou qualificativos* têm, segundo Neves (2000), a propriedade de qualificar os substantivos e podem estabelecer características menos ou mais subjetivas.

Neves (2000) inclui no grupo dos qualificadores os avaliativos. Segundo a pesquisadora, esses adjetivos avaliam de forma psicológica e explicitam propriedades que definem o substantivo em relação ao falante possuem propriedades que tornam possível a descrição do substantivo; são, segundo a autora, os adjetivos de avaliação psicológica. Esses adjetivos podem exprimir a qualidade de um objeto nomeado pelo produtor, como, por exemplo, *lamentável, confiante, fascinante*, entre outros.

Ainda a respeito dos avaliativos, Neves (2000) ensina que eles indicam qualidades e podem ser eufóricos, disfóricos ou neutros. Os adjetivos avaliativos eufóricos avaliam o objeto positivamente; os disfóricos, ao contrário, indicam uma avaliação negativa; os neutros tratam de quantidade, ou seja, de dimensão, medida, como, por exemplo, *numeroso, pequeno, grande*.

Concordamos com a estudiosa quando esta postula a propriedade positiva (*eufórico*) e a propriedade negativa (*disfórico*) dos adjetivos avaliativos.

Entretanto, ao associar quantidade a neutros, discordamos de Neves (2000), pois há sempre um querer dizer; há sempre uma intenção por parte do produtor do enunciado. Com efeito, todo enunciado traz consigo uma intencionalidade e suas marcas de subjetividade; nenhum dizer é neutro.

## Um exemplo: a princesa em *A bela Adormecida*

A análise do referente Bela Adormecida, a partir das categorias do descritivo (MARQUESI, 2004, 2006, 2007a e 2007b), nos permite construir a seguinte tabela:

### A Bela Adormecida

Fio condutor: beleza						
Condensação	Expansão					
Designação:	Definição	Indivuação				
A Bela Adormecida	A Bela Adormecida é uma Princesa	<b>Atributos físicos da Bela Adormecida</b>	<b>Modo de ser da Bela Adormecida</b>	<b>Dons da Bela Adormecida</b>	<b>Sentimentos Experimentados pela Bela Adormecida</b>	<b>Sensações sentimentos provocados pela Bela Adormecida</b>
		Linda	Boa	Caráter justo	Apaixonada	Adoração
		Pequena	Gentil	Riquezas	Maravilhada	Deslumbramento
		A mais bela	Caridosa	Inteligência brilhante como o sol	Fascinada	Paixão do príncipe
		Bonita	Meiga			
		Linda garota	Doce			
		Cabelos soltos	Educada			
		Rosto rosado	Curiosa e apressada			
Rosto Risonho	Feliz para sempre					

A tabela acima, contendo os elementos descritivos da princesa Aurora ao longo do conto, nos permite observar a recorrência do fio condutor *beleza*

*física e interior*. Designada como *A Bela Adormecida* e definida logo no início do conto como uma *princesa*, pois era a filha desejada o casal de reis, no desenrolar da história, os elementos que referem a princesa, em sua maioria avaliativos de valor positivo, corroboram o fio condutor.

O adjetivo mais utilizado na individuação, no que se refere aos atributos físicos, é *bela* e seus sinônimos, *bonita* e *linda*. Percebe-se uma oscilação na gradação do sentido do adjetivo: *linda*, a mais *bela*, *bonita*, entretanto, o conjunto de vários adjetivos de sentido semelhante reforça a beleza da princesa. Podemos afirmar que “a *bela*” é intensificado pela frequência de uso no texto, reiterando a beleza da princesa.

Completando sua beleza, a *Bela Adormecida* tem o rosto rosado e risonho. O adjetivo *rosado* é classificador, isto é, insere a princesa na categoria daqueles que possuem determinada cor de tez, a cor rosada. O adjetivo *risonho* também cumpre função classificadora, na medida em que atribui ao rosto da princesa a propriedade de *sorrir*. O sorriso existe concretamente no rosto daquele que sorri, independentemente de uma avaliação sobre sua existência. Vale ressaltar que, embora *rosado* e *risonho* sejam menos subjetivos e contenham um teor avaliativo inferior a *bela*, o senso comum identifica o *sorriso* e a *cor rosada do rosto* como indicativos de *beleza*, o que reforça a beleza da princesa.

Com respeito ao segundo item de individuação, modo de ser da princesa, observamos os seguintes adjetivos: gentil, caridosa, meiga, doce e educada. Eles referem os bons modos da princesa e trazem uma avaliação de caráter positivo; vale ressaltar que eles constituem qualidades esperadas para uma moça na sociedade da época.

Como dons, a princesa recebe, além da beleza e do coração caridoso, um *caráter*

*justo*, *inteligência brilhante* e *riquezas*. O caráter diz respeito às atitudes da princesa; *justo* está relacionado à integridade e pode ser associado à bondade da princesa, o que reforça uma avaliação positiva. O adjetivo *brilhante* intensifica a inteligência da princesa e também tem caráter avaliativo. E a *riqueza* é representada por todo o conforto e bem estar em que a princesa vive.

A princesa experimenta uma série de sentimentos que vão ao encontro de seu modo de ser: ao encontrar a velhinha fiando no fuso de meada de linho, a princesa fica *maravilhada*; a agilidade da velhinha deixa a princesa *fascinada*; ao ser acordada pelo beijo do príncipe, a princesa fica *apaixonada*.

Com o conjunto de elementos que a avaliam como possuidora de uma beleza tanto física quanto interior, a princesa provoca naqueles com quem tem contato sentimentos e sensações: *os súditos a adoravam*, o príncipe ficou *deshumbrado* com sua beleza. O conjunto dos fatos narrados nos permite afirmar que a princesa e sua beleza fizeram com que o príncipe ficasse apaixonado por ela, uma paixão correspondida.

Vale ressaltar ainda a presença da fórmula *feliz para sempre*, típica dos contos de fada. A princesa, ao final da história, depois de passar por sofrimento provocado pela fada ofendida por não ter sido convidada para o batizado, apaixonou-se pelo príncipe que a salva do encantamento e vive feliz para sempre. Com todos os atributos, a felicidade parece ser uma consequência óbvia. Observamos ainda o valor de perpetuação contido no conjunto adverbial *para sempre*, indicando que o estado de felicidade não será alterado, isto é, há garantia de que a princesa será feliz.

A partir de esquemas descritivos de diversas princesas de contos de fadas, por meio de um processo de seleção, procedemos à escolha dos elementos pertinentes ao *frame*. Para tanto, excluímos os detalhes que não se mostraram recorrentes nos diversos contos que compõem o *corpus* da pesquisa e mantivemos os elementos recorrentes nos esquemas descritivos das diferentes princesas.

## **O planejamento para a elaboração de um OA para a construção do frame *princesa de contos de fada***

O objeto de aprendizagem explorará o processo de construção do *frame*, por meio de simulações em que se explorem os esquemas de cada conto e, em seguida, aplicará os dados componentes do *frame* para a composição de um esquema descritivo para a princesa do conto *A princesa e a ervilha*. Para tanto, recorreremos a dois processos, um processo de *combinação*, ou seja, reuniremos porções de discurso dispersas do espaço do texto, e um processo de *decifração*, por meio do qual procuraremos conduzir os alunos à interpretação do sentido das marcas indiretas.

O planejamento se inicia com a análise dos conteúdos a fim levantar os elementos que permitam explicitá-los com clareza para a equipe de tecnologia. É importante ainda apresentar cada etapa do desenvolvimento do OA, por meio da descrição detalhada de cada tela, compondo o roteiro de desenvolvimento.

Por fim, apresentaremos um guia para o professor que utilizará o OA, contendo não apenas os conceitos abordados, com sua definição clara, mas também o nível a que se destina o OA, os objetivos a que ele visa e as formas de utilização do objeto.

Além da explicitação detalhada dos conteúdos a serem explorados e da elaboração dos documentos de orientação para a equipe de tecnologia e para os professores que utilizarão o objeto, consideramos de extrema importância o cuidado com a linguagem. Vale ressaltar que o objeto pode ser utilizado diante do professor e sob sua orientação ou distante dele, com orientação prévia, situação que pode ser dificultada pelo uso de uma linguagem não adequada.

Cumpra considerar que, conforme observa Kerbrat-Orecchioni (1980, 1997), na interação verbal, os interlocutores têm conhecimentos diferentes, o que implica compreensão das coisas também diferente. Entretanto, tendo o intuito de fazer-se compreender, o produtor do OA necessita ser claro e ter precisão na linguagem. Para tanto, ressaltamos a importância da utilização da ordem direta na construção dos períodos, do emprego do imperativo para indicar as ações que devem ser tomadas pelos alunos na realização das tarefas previstas para o OA.

A exigência de precisão de clareza na linguagem muitas vezes implica um distanciamento, exigindo a adoção de estratégias de atenuação da distância. Sendo assim, ressaltamos o cuidado com a inclusão do interlocutor no texto, por meio do pronome *nós*; com a incitação ao interlocutor, por meio da utilização do pronome *você*; com a motivação do aluno, por meio de mensagens de incentivo à participação nas várias etapas do desenvolvimento das atividades propostas no objeto.

## Considerações finais

As análises e reflexões apresentadas no desenvolvimento deste trabalho evidenciam que as diferentes situações, tais como o desenvolvimento de projetos, coleta de dados, situações para exploração de conteúdo, contribuem para um novo tipo de interação que favorece um partilhar de informações entre professor x aluno, aluno x aluno e professor x professor. Institui-se, assim, uma nova forma de organizar o espaço escolar, que não se limita mais ao espaço físico da sala de aula.

A construção de um espaço de aprendizagem digital, entretanto, consiste, conforme lembram Arcoverde e Cabral (2004), num grande desafio, pois é

importante que seja utilizado como um instrumento que forneça subsídios na promoção e na ampliação do saber, assim como um espaço de interação e participação. Entendemos, assim, que as novas possibilidades para o ensino que representa a inclusão das TIC exigem planejamento e, sem dúvida, estudo aprofundado dos conteúdos a serem abordados. Devemos considerar que, nesse contexto, a construção de objetos de aprendizagem para o ensino de Língua Portuguesa deve apoiar-se nas pesquisas linguísticas, e, por conseguinte, abre espaço para novas pesquisas na área.

É importante ter claro que o incremento dos ambientes virtuais de aprendizagem exige um repensar da linguagem, confirmando, assim, a necessidade de estudos e investigações que tratem das especificidades linguísticas desse tipo de ambiente, especialmente das questões relativas à adequação da linguagem ao ambiente virtual, associando-as aos elementos que a tecnologia oferece, como postulam Arcoverde e Cabral (2004).

**Agradecimentos:** À Secretaria Estadual de Educação do Estado de São Paulo pela bolsa concedida, que possibilitou a realização deste trabalho.

SOUSA FERREIRA, Sheila de; TINOCO CABRAL, Ana Lúcia. Practice of reading through learning objects. **Revista do GEL**, São Paulo, v. 8, n. 1, p. 69-90, 2011.

**ABSTRACT:** *The paper shows reflections about the possibility offered by the learning objects to reading activities. It focuses on the reading of fairy tales, exploring the frame princess of fairy tales. Under this view, it shows the analytical and methodological path that precedes the development of learning objects.*

**KEYWORDS:** *Reading. Learning Object. Frame. Description.*

## Referências

ALVES, L.; SOUZA, A. C. Repositórios de Objeto de Aprendizagem - Possibilidades pedagógicas. CEFET. BA, 2006.

AMARAL, L.H.; AMARAL, C.L.C. Tecnologias de Comunicação Aplicadas à Educação. In: MARQUESI, S. C.; ELIAS, V. M. S.; CABRAL, A. L. T. (Orgs.). **Interações Virtuais:** perspectivas para o ensino de Língua Portuguesa a distância. São Carlos: Editora Clara Luz, 2008. p. 11-20.

ARCOVERDE, R.; CABRAL, A. L. T. Linguagem e navegabilidade: uma leitura crítica de três sites de ensino de Língua Portuguesa In: COLLINS, H.; FERREIRA, A. (Orgs.) **Relatos de Experiências de Ensino e Aprendizagem de Línguas na Internet**. Campinas: Mercado de Letras, 2004. p. 185-212.

CABRAL, A.L.T. **Interação Leitura e Escrita**: Processos de Leitura de Perguntas de Exame Revelados Pela Escrita das Respostas. 2005. Tese (Doutorado em Língua Portuguesa) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2005.

DIJK, T.A.V. **Cognição discurso e Interação**. 4. ed. São Paulo: Editora Contexto, 2004.

DUTRA, I. M. et al. Blog, wiki mapas e conceituais digitais no desenvolvimento de projetos de aprendizagem com alunos do ensino fundamental. **RENOTE**. Porto Alegre: UFRBS, v. 4, n. 2, dez. 2006. Disponível em: <<http://www.cinted.ufrgs.br/renote/dez2006/artigosrenote/25064.pdf>>. Acesso em: 05 jun. 2009.

HOUAISS, A.; SALLES, M. **Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa**. Rio de Janeiro: Editora Objetiva, 2001.

KENSKI, V. M. **Educação e Tecnologias, o Novo Ritmo da Informação**. São Paulo: Editora Parábola, 2007.

KERBRAT-ORECCHIONI, C. **L'énonciation**. Paris: Armand Colin, 1987.

\_\_\_\_\_. **L'implicite**. Paris: Armand Colin, 1986.

KLEIMAN, A. **Texto & Leitor**: aspectos cognitivos da leitura. Campinas: Pontes, 1995.

\_\_\_\_\_. **Oficina de Leitura oficina e prática**. 9. ed. Campinas: Ed. Pontes, 2002.

KOCH I. G. V.; TRAVAGLIA, L.C. **A coerência textual**. São Paulo: Editora Contexto, 1997.

\_\_\_\_\_; ELIAS, V. M. S. **Ler e Compreender os sentidos do texto**. São Paulo: Contexto, 2006.

MARCUSCHI, L. A. Gêneros textuais: definição e funcionalidade. In: BEZERRA, M.A.; DIONISIO, A.P.; MACHADO, A. R. (Orgs.). **Gêneros Textuais e Ensino**. Rio de Janeiro: Editora Lucerna, 2002. p. 52-73.

MARQUESI, S. C. **A organização do texto descritivo em Língua Portuguesa**. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora Lucerna, 2004.

\_\_\_\_\_. O descritivo em destaque: bases para uma proposta teórico-metodológica. In: BASTOS, N.B. (Org.) **Língua Portuguesa**: reflexões lusófonas. São Paulo: Educ, 2006. p. 185-192.

\_\_\_\_\_. Referenciação e Intencionalidade: considerações sobre escrita e leitura. In: CARMELINO, A.C.; FERREIRA, L.A.; PERNAMBUCO, J. (Orgs.) **Nos caminhos do texto** — atos de leitura. Franca: Unifran, 2007a. p. 215-233.

\_\_\_\_\_. Referenciação no Texto Descritivo. In: **Investigações e Teoria Literária**. Programa de Pós-Graduação em Letras e Linguística. Universidade Federal de Pernambuco. Recife: Ed. Universitária da UFPE, v. 20 n. 2, p. 18-26, jul. 2007b.

\_\_\_\_\_. Suassuna: um autor muito atento a seus leitores. In: MICHELETTI, G. (Org.) **Discurso e Memória em Ariano Suassuna**. São Paulo: Editora Paulistana, 2007c. p. 13-30.

NEVES, M.H.M. **Gramática de Usos do Português**. São Paulo: Editora Unesp, 2000.

**RIVED Rede Interativa Virtual de Educação**. Disponível em: <<http://www.rived.mec.gov.br/>>. Acesso em: 20 abr. 2009.

SILVEIRA, I.F. Objetos de Aprendizagem para Ensino de Línguas: Uma Análise Comparativa. In: MARQUESI, S. C. ELIAS, V. M. S.; CABRAL, A. L. T. (Orgs.) **Interações Virtuais: perspectivas para o ensino de Língua Portuguesa a distância**. São Carlos: Editora Clara Luz, 2008. p. 43-46.

THING, L. (Ed.) **Dicionário de Tecnologia**. Tradução de Bazán Tecnologia e Linguística e Texto Digital. São Paulo: Editora Futura, 2003.

WILEY, D.A. Learning Objects a definition. In: KOVALCHICK, A.; DAWSON, K. (Eds.) **Educational Technology: An Encyclopedia**. Santa Barbara: ABC-CLIO, 2002. Disponível em: <<http://wiley.ed.usu.edu/docs/encyc.pdf>>. Acesso em: 28 mar. 2009.

## ANEXO

### A Bela Adormecida

(Adaptado do Conto dos Irmãos Grimm)

Era uma vez, há muito tempo, um rei e uma rainha jovens, poderosos e ricos, mas pouco felizes, porque não tinham concretizado maior sonho deles: terem filhos.

— Se pudéssemos ter um filho! — suspirava o rei.

— E se Deus quisesse, que nascesse uma menina! — animava-se a rainha. — E por que não gêmeos? — acrescentava o rei. Mas os filhos não

chegavam, e o casal real ficava cada vez mais triste. Não se alegravam nem com os bailes da corte, nem com as caçadas, nem com os gracejos dos bufões, e em todo o castelo reinava uma grande melancolia. Mas, numa tarde de verão, a rainha foi banhar-se no riacho que passava no fundo do parque real. E, de repente, pulou para fora da água uma rãzinha.

— Majestade, não fique triste, o seu desejo se realizará logo: Antes que passe um ano a senhora dará à luz uma menina. E a profecia da rã se concretizou, e meses depois a rainha deu a luz a uma linda menina.

O rei, que estava tão feliz, deu uma grande festa de batizado para a pequena princesa, que se chamava Aurora. Convidou uma multidão de súditos: parentes, amigos, nobres do reino e, como convidadas de honra, as treze fadas que viviam nos confins do reino. Mas, quando os mensageiros iam saindo com os convites, o camareiro-mor correu até o rei, preocupadíssimo.

— Majestade, as fadas são treze, e nós só temos doze pratos de ouro. O que faremos? A fada que tiver de comer no prato de prata, como os outros convidados, poderá se ofender. E uma fada ofendida... O rei refletiu longamente e decidiu:

— Não convidaremos a décima terceira fada — disse, resoluto.

— Talvez nem saiba que nasceu a nossa filha e que daremos uma festa. Assim, não teremos complicações. Partiram somente doze mensageiros, com convites para doze fadas, conforme o rei resolvera. No dia da festa, cada uma das fadas chegou perto do berço em que dormia a princesa Aurora e ofereceu à recém-nascida um presente maravilhoso. — Será a mais bela moça do reino — disse a primeira fada, debruçando-se sobre o berço.

— E a de caráter mais justo — acrescentou a segunda .

— Terá riquezas a perder de vista — proclamou a terceira.

— Ninguém terá o coração mais caridoso que o seu — afirmou a quarta.

— A sua inteligência brilhará como um sol — comentou a quinta.

Onze fadas já tinham passado em frente ao berço e dado à pequena princesa um dom; faltava somente uma (entretida em tirar uma mancha do vestido, no qual um garçom desajeitado tinha virado uma taça de sorvete) quando chegou a décima terceira, aquela que não tinha sido convidada por falta de pratos de ouro. Estava com a expressão muito sombria e ameaçadora, terrivelmente ofendida por ter sido excluída. Lançou um olhar maldoso para a princesa Aurora, que dormia tranquila, e disse: — Aos quinze anos a princesa vai se ferir com o fuso de uma roca e morrerá. E foi embora, deixando um silêncio

desanimador e os pais desesperados. Então aproximou-se a décima segunda fada, que devia ainda oferecer seu presente.

— Não posso cancelar a maldição que agora atingiu a princesa. Tenho poderes só para modificá-la um pouco. Por isso, Aurora não morrerá; dormirá por cem anos, até a chegada de um príncipe que a acordará com um beijo.

Passados os primeiros momentos de espanto e temor, o rei decidiu tomar providências, mandou queimar todas as rocas do reino. E, daquele dia em diante, ninguém mais fiava, nem linho, nem algodão, nem lã. Ninguém além da torre do castelo. Aurora crescia, e os presentes das fadas, apesar da maldição, estavam dando resultados. Era bonita, boa, gentil e caridosa, os súditos a adoravam. No dia em que completou quinze anos, o rei e a rainha estavam ausentes, ocupados numa partida de caça. Talvez, quem sabe, em todo esse tempo tivessem até esquecido a profecia da fada malvada.

A princesa Aurora, porém, estava se aborrecendo por estar sozinha e começou a andar pelas salas do castelo. Chegando perto de um portãozinho de ferro que dava acesso à parte de cima de uma velha torre, abriu-o, subiu a longa escada e chegou, enfim, ao quartinho. Ao lado da janela estava uma velhinha de cabelos brancos, fiando com o fuso uma meada de linho. A garota olhou, maravilhada. Nunca tinha visto um fuso. — Bom dia, vovozinha. — Bom dia a você, linda garota.

— O que está fazendo? Que instrumento é esse? Sem levantar os olhos do seu trabalho, a velhinha respondeu com ar bonachão:

— Não está vendo? Estou fiando! A princesa, fascinada, olhava o fuso que girava rapidamente entre os dedos da velhinha.

— Parece mesmo divertido esse estranho pedaço de madeira que gira assim rápido. Posso experimentá-lo também? Sem esperar resposta, pegou o fuso. E, naquele instante, cumpriu-se o feitiço. Aurora furou o dedo e sentiu um grande sono. Deu tempo apenas para deitar-se na cama que havia no aposento, e seus olhos se fecharam. Na mesma hora, aquele sono estranho se difundiu por todo o palácio.

Adormeceram no trono o rei e a rainha, recém-chegados da partida de caça. Adormeceram os cavalos na estrebaria, as galinhas no galinheiro, os cães no pátio e os pássaros no telhado. Adormeceu o cozinheiro que assava a carne e o servente que lavava as louças; adormeceram os cavaleiros com as espadas na mão e as damas que enrolavam seus cabelos. Também o fogo que ardia nos braseiros e nas lareiras parou de queimar, parou também o vento

que assobiava na floresta. Nada e ninguém se mexia no palácio, mergulhado em profundo silêncio. Em volta do castelo surgiu rapidamente uma extensa mata. Tão extensa que, após alguns anos, o castelo ficou oculto. Nem os muros apareciam, nem a ponte levadiça, nem as torres, nem a bandeira hasteada que pendia na torre mais alta. Nas aldeias vizinhas, passava de pai para filho a história da princesa Aurora, a bela adormecida que descansava, protegida pelo bosque cerrado.

A princesa Aurora, a mais bela, a mais doce das princesas, injustamente castigada por um destino cruel. Alguns cavaleiros, mais audaciosos, tentaram sem êxito chegar ao castelo. A grande barreira de mato e espinheiros, cerrada e impenetrável, parecia animada por vontade própria: os galhos avançavam para cima dos coitados que tentavam passar: seguravam-nos, arranhavam-nos até fazê-los sangrar, e fechavam as mínimas frestas. Aqueles que tinham sorte conseguiam escapar, voltando em condições lastimáveis, machucados e sangrando. Outros, mais teimosos, sacrificavam a própria vida.

Um dia, chegou nas redondezas um jovem príncipe, bonito e corajoso. Soube pelo bisavô a história da bela adormecida que, desde muitos anos, tantos jovens a procuravam em vão alcançar. — Quero tentar também — disse o príncipe aos habitantes de uma aldeia pouco distante do castelo. Aconselharam-no a não ir.

— Ninguém nunca conseguiu! — Outros jovens, fortes e corajosos como você, falharam... — Alguns morreram entre os espinheiros... — Desista! Muitos foram os que tentarem desanimá-lo. No dia em que o príncipe decidiu satisfazer a sua vontade se completavam justamente os cem anos da festa do batizado e das predições das fadas. Chegara, finalmente, o dia em que a bela adormecida poderia despertar. Quando o príncipe se encaminhou para o castelo viu que, no lugar das árvores e galhos cheios de espinhos, se estendiam aos milhares, bem espessas, enormes carreiras de flores perfumadas. E mais, aquela mata de flores cheirosas se abriu diante dele, como para encorajá-lo a prosseguir; e voltou a se fechar logo após sua passagem.

O príncipe chegou em frente ao castelo. A ponte elevadiça estava abaixada e dois guardas dormiam ao lado do portão, apoiados nas armas. No pátio havia um grande número de cães, alguns deitados no chão, outros encostados nos cantos; os cavalos que ocupavam as estrebarias dormiam em pé.

Nas grandes salas do castelo reinava um silêncio tão profundo que o príncipe ouvia sua própria respiração, um pouco ofegante, ressoando naquela

quietude. A cada passo do príncipe se levantavam nuvens de poeira. Salões, escadarias, corredores, cozinha... Por toda parte, o mesmo espetáculo: gente que dormia nas mais estranhas posições. O príncipe perambulou por longo tempo no castelo. Enfim, achou o portãozinho de ferro que levava à torre, subiu a escada e chegou ao quartinho em que dormia a princesa Aurora. A princesa estava tão bela, com os cabelos soltos, espalhados nos travesseiros, o rosto rosado e risonho.

O príncipe ficou deslumbrado. Logo que se recobrou se inclinou e deu-lhe um beijo. Imediatamente, Aurora despertou, olhou para o príncipe e sorriu. Todo o reino também despertara naquele instante. Acordou também o cozinheiro que assava a carne; o servente, bocejando, continuou lavando as louças, enquanto as damas da corte voltavam a enrolar seus cabelos. O fogo das lareiras e dos braseiros subiu alto pelas chaminés, e o vento fazia murmurar as folhas das árvores.

A vida voltara ao normal. Logo, o rei e a rainha correram à procura da filha e, ao encontrá-la, chorando, agradeceram ao príncipe por tê-la despertado do longo sono de cem anos. O príncipe, então, pediu a mão da linda princesa em casamento, que, por sua vez, já estava apaixonada pelo seu valente salvador. Eles, então, se casaram e viveram felizes para sempre!

(<http://www.clubedobebe.com.br/HomePage/Fabulas/cinderelaagataborrallheira.htm> consultado em 26/03/2009)

# A AQUISIÇÃO DE *SER* E *ESTAR* NO ENSINO DE PORTUGUÊS COMO LÍNGUA ESTRANGEIRA

Ana Paula HUBACK<sup>1</sup>

**RESUMO:** Neste artigo faz-se uma análise da aquisição dos verbos *SER* e *ESTAR* por estudantes de português como língua estrangeira. O foco teórico adotado é a Linguística Cognitiva (LANGACKER, 1987, 2008, 2009) e o Modelo de Exemplos (ROSCHE, 1973, 1978; BYBEE, 2001, 2010). Alguns experimentos sobre os verbos *SER* e *ESTAR* foram elaborados e testados com falantes nativos do português e com estudantes de português como língua estrangeira. Os resultados demonstram que tanto falantes nativos como não-nativos apresentam respostas distintas daquelas indicadas por livros didáticos de português como língua estrangeira. Propõe-se, então, que, em vez de distinções categóricas entre *SER* e *ESTAR*, essa definição seja feita em termos probabilísticos.

**PALAVRAS-CHAVE:** Modelo de Exemplos. *SER* e *ESTAR*. Português como Segunda Língua.

## Introdução

Devido a razões políticas e econômicas, o ensino de português brasileiro (doravante PB) como língua estrangeira vem se tornando mais popular ao longo dos últimos anos. Apesar dessa demanda, os materiais didáticos de português como língua estrangeira ainda apresentam o PB a partir de uma perspectiva essencialmente normativa. Registros informais e dialetais do PB, bem como o uso da língua em situações concretas de comunicação, geralmente não são mencionados.<sup>2</sup>

---

<sup>1</sup> Columbia University. [aphuback@gmail.com](mailto:aphuback@gmail.com); [aph2129@columbia.edu](mailto:aph2129@columbia.edu)

<sup>2</sup> Não se pressupõe, no entanto, que um livro didático cubra todas as variantes formais e informais da língua. Neste parágrafo, nosso objetivo é somente mencionar alguns problemas potenciais que livros didáticos de língua estrangeira podem apresentar.

Este artigo tem como objetivo fazer uma análise crítica de um dos tópicos mais problemáticos no ensino do PB como segunda língua: o uso dos verbos SER e ESTAR. Para analisar esse tema, vamos adotar como base teórica a Linguística Cognitiva (LANGACKER, 1987, 2008, 2009) e o Modelo de Exemplares (ROSCH, 1973, 1978; BYBEE, 2001, 2010). A fim de verificar se as informações sobre SER e ESTAR apresentadas por livros didáticos são compatíveis com o conhecimento que falantes nativos do PB têm, elaboramos questionários sobre esses dois verbos. Tais perguntas foram testadas com falantes nativos do PB e com estudantes americanos de português como língua estrangeira. Este artigo discute os resultados desses experimentos e propõe uma análise sobre o ensino de SER e ESTAR.

## Fundamentação teórica

A Linguística Cognitiva (LANGACKER, 1987, 2008, 2009) propõe que a língua é parte da cognição humana, por isso não há separação absoluta entre conhecimento linguístico e outros tipos de conhecimento. Segundo Geeraerts (2006, p. 5), o conhecimento linguístico é enciclopédico e análogo a outras capacidades cognitivas do ser humano. Sendo assim, os seres humanos processam informações linguísticas da mesma forma como processam outros aspectos cognitivos de domínio mais geral. Existem estratégias cognitivas similares que permeiam e norteiam a construção e o acesso ao conhecimento como um todo. Langacker (2008, p. 101) afirma que as línguas são parte do nosso conhecimento de mundo. Assim, a maneira como lidamos com informações linguísticas não pode ser separada da forma como lidamos com outros tipos de conhecimento.

Para a Linguística Cognitiva, o sentido, em vez da gramática, é de importância crucial para o conhecimento linguístico. A gramática, dentro da perspectiva cognitivista, é concebida como a organização individual do conhecimento linguístico, não como um conjunto de regras para formar palavras ou sentenças.

Langacker (1987) afirma que as categorias linguísticas, ao contrário do que propõe a Gramática Gerativa, não podem ser definidas a partir de características como regular/irregular, produtivo/improdutivo. As próprias dicotomias de traços fonéticos (+/- vozeado, +/- alto, etc.) também não são suficientemente detalhadas para definir propriedades linguísticas como um

todo. Em vez de categóricas, essas definições são probabilísticas. Na verdade, o que existe é um *continuum* em que traços como, por exemplo, +/- vozeado, +/- alto, representam dois extremos opostos desse *continuum*. Entre esses dois pontos, deve haver uma maneira de acomodar categorias mais gradientes.

O Modelo de Exemplos (ROSCH, 1973, 1978; BYBEE, 2001, 2010) surge como uma tentativa de entender como os seres humanos agem cognitivamente na tarefa de entender e categorizar o mundo que nos cerca. As pesquisas pioneiras sobre esse modelo foram desenvolvidas inicialmente na área da psicologia. Posteriormente, esses conhecimentos foram aplicados à linguística a partir dos trabalhos de Bybee (2001, 2010) e Pierrehumbert (2001, 2003), dentre outros.

O Modelo de Exemplos pressupõe que categorias (não somente linguísticas, mas cognitivas em geral) são organizadas em torno de instâncias prototípicas. Essas instâncias são o centro de uma classe e são, geralmente, as mais frequentes na nossa experiência, ou aquelas que contêm as características imprescindíveis de uma categoria. Nesse modelo, nem todos os membros devem, obrigatoriamente, conter a mesma lista de propriedades. Existe, ao contrário, gradiente na categorização. Dessa maneira, membros não-prototípicos são armazenados em função de similaridades que partilham com o membro principal. Ao redor do membro prototípico há itens periféricos que têm algumas características em comum com o membro prototípico, não necessariamente todas. Quanto mais similaridades um item partilha com o membro prototípico, mais perto estará dele; quanto menos similaridades, mais longe esse membro periférico estará do protótipo. Dentro dessa perspectiva, a ausência de uma determinada característica não elimina um membro de uma certa categoria. Isso apenas faz com que ele seja categorizado a uma distância maior em direção ao membro prototípico.

Em termos linguísticos, esse modelo demonstra, primeiramente, que é possível estabelecer analogias entre a forma como o ser humano categoriza e acessa informações linguísticas e não-linguísticas. Segundo Bybee (2010), o conhecimento linguístico é apenas parte de um âmbito cognitivo mais geral. Em segundo lugar, esse modelo nos faz questionar as noções de categorias absolutas e não-discretas propostas por modelos gerativos. Retornaremos a esse ponto depois de analisar como os verbos SER e ESTAR são tratados em livros didáticos do PB como segunda língua.

## SER e ESTAR: uma análise reducionista x uma análise prototípica

A distinção entre os verbos SER e ESTAR é um tópico complicado no ensino de PB como língua estrangeira. Quando a língua materna dos alunos é inglês, essa dificuldade possivelmente decorre do fato de que, na língua inglesa, existe um verbo (“to be”) que, no PB, deve ser apropriadamente separado em ocorrências de SER ou ESTAR.

Em geral, os livros didáticos de PB como segunda língua definem que o verbo SER é usado para condições permanentes, enquanto ESTAR é utilizado para definir estados temporários. Essa descrição é relativamente genérica e baseada no fato de que as estruturas linguísticas podem ser determinadas em termos de presença ou ausência de um determinado critério. Essa aceção não reserva muito espaço para o fato de que as categorias linguísticas podem ser tratadas como probabilísticas ou graduais.

Como essa distinção entre permanente x temporário é ampla demais para abarcar todos os exemplos reais de usos dos verbos SER e ESTAR, os livros didáticos acrescentam uma lista de exceções dos usos desses verbos. Mencionamos abaixo alguns desses exemplos<sup>3</sup>:

- a. Quando o falante vê alguma coisa pela primeira vez e não há evidência de que uma mudança ocorreu, **ser** é usado: “José é fraco.” (KING; SUÑER, 1991, p. 126);
- b. **Estar** é usado para a localização de um objeto (ou pessoa) cuja posição não é considerada permanente: “A senhora **está** em casa.” / “Onde **estão** os outros?”, ou cuja posição, embora permanente, não é bem definida na mente do falante: “O Tibet **está** lá no fim do mundo.” (KING; SUÑER, 1991, p. 126);
- c. **Ser** funciona como um símbolo de igualdade ou identificação, isto é, serve como um verbo de ligação para juntar nomes ou pronomes: “Eu **sou** aluno.” / “Quatro e quatro **são** oito.” (KING; SUÑER, 1991, p. 125);

<sup>3</sup> Para garantir a coerência linguística do texto, optou-se pela tradução livre do inglês para o português.

- d. Os adjetivos que expressam um estado ou condição temporário ou mutável são sempre usados com **estar**. “Ela **está contente** com as notas.” / “Os atletas **estão cansados**”. (KLOBUCKA et al., 2007, p. 81);
- e. “**Ser** é usado para expressar a localização ou horário de um evento: “O concerto **é** no teatro da universidade.” / “O exame **é** às três.” (KLOBUCKA et al., 2007, p. 81);
- f. “**Estar** é usado com o particípio passado para expressar o estado resultante de uma ação: “Agora a porta **está** fechada.” / “A loja **está** aberta.” (KING; SUÑER, 1991, p.127).

Os exemplos acima demonstram apenas algumas normas para o uso correto dos verbos SER e ESTAR. Além dessas exceções, outro ponto problemático é o fato de que, em alguns casos, os dois verbos podem ser usados, mas com sentidos diferentes. Vejamos os exemplos abaixo:

- (1) Clara **é** tão chata!
- (2) Clara **está** tão chata!
- (3) Meu cabelo **é** feio.
- (4) Meu cabelo **está** feio.

Falantes nativos do PB provavelmente sabem interpretar os diferentes usos dos verbos SER e ESTAR nas sentenças acima. Em (1) e (3), o verbo SER indica um fato que o falante considera permanente; em (2) e (4), trata-se da mesma condição, mas interpretada como algo temporário. Essa distinção entre SER e ESTAR como verbos de ligação com adjetivos parece ser simples, mas é interessante como ela não se aplica a todos os adjetivos indistintamente. Vejamos os casos abaixo:

- (5) Seu irmão **está** honesto.
- (6) O funcionário do banco **está** responsável.

Os exemplos (5) e (6) provavelmente soam estranhos para a maioria dos falantes nativos do PB. Alguns adjetivos são entendidos como características inerentes a um determinado sujeito, não como algo passível de mudança. Para

que as sentenças (5) e (6) fossem consideradas apropriadas por falantes do PB, elas deveriam estar inseridas em contextos muito específicos, em que, por exemplo, alguém estivesse sendo sarcástico quanto ao fato de que o irmão do interlocutor é geralmente desonesto e apenas neste momento específico tomou alguma atitude que pode ser considerada honesta. Apenas nesse caso particular uma sentença como (5) poderia ser considerada natural. Ainda assim, essa frase seria entendida como um desvio ou extensão da sentença mais apropriada, que seria “Seu irmão é honesto”.

Utilizando conhecimentos da Linguística Cognitiva para analisar a abordagem dos verbos SER e ESTAR nos livros didáticos de PB como língua estrangeira, é possível fazer alguns comentários prévios.

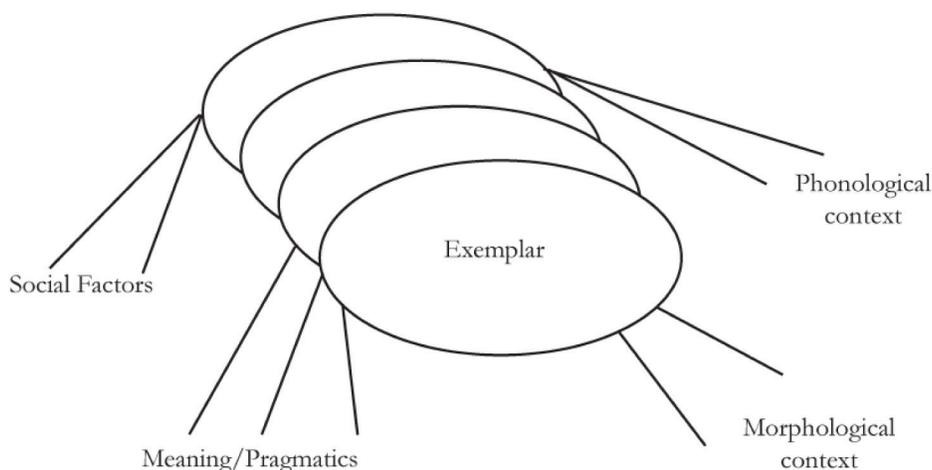
Conforme Tyler (2008, p. 459) afirma, uma língua é um reflexo de processos cognitivos gerais, não uma estrutura isolada com seu próprio sistema de regras. A língua está intrinsecamente ligada à experiência perceptual humana no mundo em que vivemos. Nos livros de PB como segunda língua, os exemplos sobre SER e ESTAR são geralmente descontextualizados. Tais exemplos foram criados porque se encaixam nas regras descritas pelos livros. Em vez de usar exemplos assim, os livros didáticos poderiam, por exemplo, adotar *corpora* do português para retirar exemplos de sentenças autênticas com SER e ESTAR. A gramática reflete nossa experiência real e está intrinsecamente ligada à nossa percepção de mundo (cf. ROBINSON; ELLIS, 2008, p. 3; p. 68). Sendo assim, exemplos utilizados em livros didáticos devem, dentro do possível, estabelecer um elo com a realidade linguística em que as estruturas são normalmente utilizadas.

Langacker (1987, p. 15) afirma que nem sempre um valor de mais/menos ou sim/ não (como temporário/permanente) é suficiente para especificar se uma estrutura linguística tem uma determinada propriedade ou pertence a uma categoria específica. Essas condições são geralmente uma questão de gradiência e as classificações devem ser capazes de acomodar uma grande quantidade de variações. Ao contrário dessa perspectiva, vimos que os livros didáticos tentam adaptar o uso dos verbos SER e ESTAR dentro da dicotomia permanente x temporário. Não existe gradiência nessa distinção, no sentido de que, em alguns casos,<sup>4</sup> o verbo SER é usado para situações relativamente permanentes e o verbo ESTAR, para características relativamente temporárias.

<sup>4</sup> Na subseção seguinte vamos apresentar alguns exemplos desses casos.

Por outro lado, fatores sociolinguísticos também são amiúde negligenciados pelos livros didáticos, não só no que concerne ao ensino de SER e ESTAR, mas na didática de línguas, em geral. Segundo o Modelo de Exemplares, o léxico mental do falante tem grande capacidade de memória e consegue estocar, inclusive, detalhes e redundâncias fonéticas, além de informações dialetais, peculiaridades sobre cada falante e variação livre da fala. Bybee (2001, p. 52), citando Johnson (1997), apresenta um esquema com a inclusão de fatores linguísticos e extralinguísticos:

**Esquema 1:** Nuvem de exemplares



Conforme o esquema acima demonstra, nosso léxico mental comporta informações sociais e linguísticas, visto que é no contexto de interação social que os padrões linguísticos constituintes de categorias prototípicas e periféricas são apreendidos. A abordagem de SER e ESTAR em livros didáticos não menciona fenômenos de variação linguística que possam ocorrer no PB.

Um outro ponto ainda não discutido neste artigo é o fato de que as regras para o uso de SER e ESTAR em livros didáticos são tão minuciosas que talvez nem os falantes nativos do PB utilizem esses verbos de acordo com essas definições. A fim de investigar essa afirmação, elaboramos um questionário sobre os verbos SER e ESTAR. Essas perguntas foram testadas com falantes nativos e não-nativos do PB. A subseção seguinte descreve a metodologia utilizada para elaborar e testar esses experimentos.

## Experimentos com falantes nativos e não-nativos do PB

A fim de compararmos como falantes nativos e não-nativos do PB utilizam os verbos SER e ESTAR, montamos um questionário com sentenças extraídas de (ou baseadas em) livros didáticos de português como língua estrangeira. Esses experimentos foram realizados em abril de 2009. Os sujeitos investigados foram 18 falantes nativos do PB e 18 estudantes americanos de português como segunda língua. Estes últimos pertenciam a cursos de português dos níveis básico, intermediário e avançado.

A tarefa dos informantes era preencher um questionário sobre o uso dos verbos SER e ESTAR. Esse questionário era dividido em duas partes, conforme descrito a seguir. O primeiro grupo de perguntas continha seis pares de sentenças. Em cada par, havia duas sentenças idênticas, uma com o verbo SER e outra com o verbo ESTAR. Um exemplo de um desses pares é:

O presidente É muito otimista com relação ao futuro.

O presidente ESTÁ muito otimista com relação ao futuro.

Para cada par de sentenças, os informantes tinham de responder à seguinte pergunta: “Há alguma diferença no uso de SER e ESTAR nas frases abaixo? Caso haja, explique essa diferença.”. De acordo com a informação dos livros didáticos, haveria, sim, diferença em todos os pares de sentenças.

No segundo grupo de questões, havia 13 frases em que, segundo livros didáticos do PB, apenas um dos verbos (SER ou ESTAR) seria correto. A tarefa dos informantes era escolher um desses verbos para completar cada lacuna. Dois exemplos dessas frases são:

Onde \_\_\_\_\_ sua casa?

Aqui \_\_\_\_\_ minha redação.

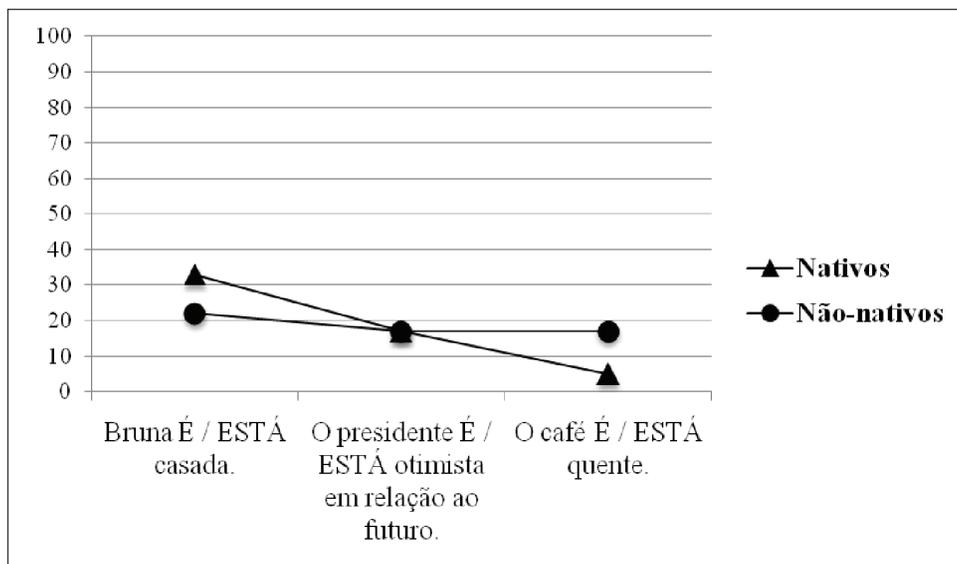
A seguir apresentamos os resultados alcançados com nossos experimentos.

## Resultados

Vamos separar os resultados de acordo com o experimento realizado.

No primeiro experimento, os falantes deveriam definir se havia alguma diferença entre o uso dos verbos SER e ESTAR em cada par de frases. O gráfico abaixo mostra resultados para falantes nativos e não-nativos e apresenta porcentagens de indivíduos que não perceberam nenhuma diferença entre os verbos SER e ESTAR, ou seja, para esses indivíduos, nas duas sentenças que compunham o par, os verbos SER ou ESTAR poderiam ser usados indiferentemente. Vejamos os resultados:

**Gráfico 1:** Resultados para o primeiro grupo de perguntas



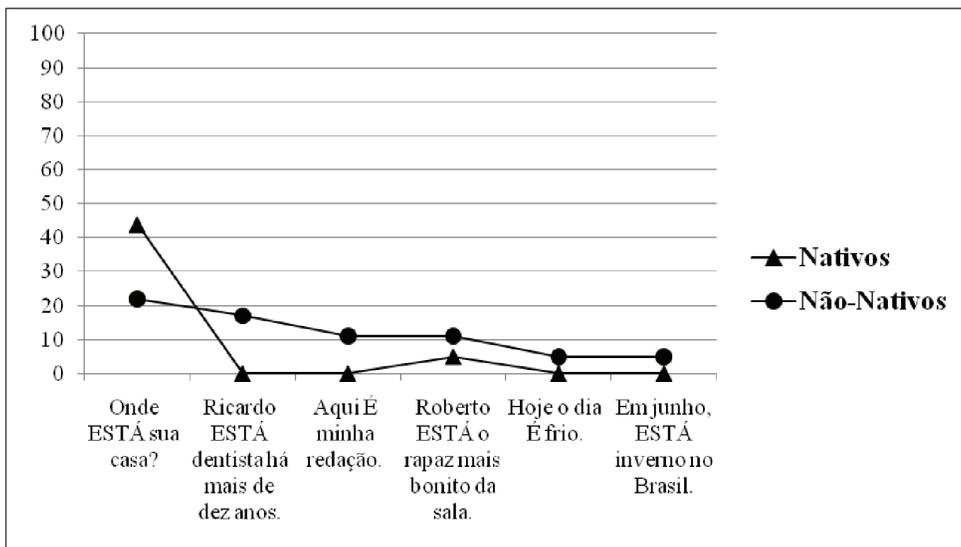
O dado mais interessante sobre este gráfico é o fato de que, com diferentes percentuais, falantes nativos e não-nativos tiveram dificuldades com os mesmos pares de sentenças. Em “Bruna É/ESTÁ casada.”, 33% dos informantes nativos julgaram as duas sentenças possíveis, enquanto que 22% dos falantes não-nativos consideraram as duas sentenças apropriadas. Na frase “O presidente É/ESTÁ otimista em relação ao futuro.”, a percepção dos falantes nativos e não-nativos foi idêntica: 17% de cada grupo considerou as duas frases semanticamente equivalentes. Por fim, no par “O café É/

ESTÁ quente.”, 17% dos não-nativos e 5% dos nativos não viram diferenças entre as frases.

Através desses resultados, percebemos que os falantes nativos do PB também não utilizam os verbos SER e ESTAR conforme o que é proposto pelos livros didáticos. No primeiro par (“Bruna É/ESTÁ casada”), os indivíduos não-nativos tiveram um desempenho melhor do que os falantes nativos do PB. Se as regras dos livros didáticos realmente refletissem o uso da língua, os falantes nativos deveriam apresentar um comportamento mais compatível com tais regras. Considerando-se que os falantes nativos estão expostos à língua há muito mais tempo, esperar-se-ia que suas respostas fossem mais apropriadas do que as dos falantes não-nativos.

Vamos analisar a seguir o segundo grupo de questões e depois faremos comentários mais gerais sobre os resultados alcançados com os experimentos. Vejamos abaixo o gráfico para o segundo grupo de perguntas:

**Gráfico 2:** Resultados para o segundo grupo de perguntas



Aqui observamos que falantes não-nativos escolheram o verbo inadequado (de acordo com livros didáticos) em seis frases, ao passo que falantes nativos fizeram o mesmo em apenas duas frases. No entanto, um resultado nesse gráfico nos parece muito interessante: na primeira sentença apresentada, “Onde ESTÁ sua casa?”, livros didáticos geralmente indicam que se deve usar o verbo

SER. Os livros esclarecem que, para coisas que podem mudar de lugar, como animais e objetos, deve-se usar o verbo ESTAR; no entanto, para edifícios, ruas, cidades, isto é, coisas que não mudam de lugar, o verbo é SER. Nessa frase, portanto, o verbo SER deveria ser utilizado: “Onde É sua casa?”. Os resultados desse experimento demonstram que, nessa frase, 44% dos falantes nativos do PB escolheram o verbo ESTAR, em vez do verbo SER. Por outro lado, entre os falantes não-nativos, apenas 22% utilizaram o verbo ESTAR. Esses dados sugerem algumas hipóteses: 1) Falantes não-nativos, cuja referência para utilizar os verbos SER ou ESTAR é a informação apresentada nos livros didáticos, escolheram “Onde É sua casa?”, provavelmente porque essa distinção entre objetos que mudam e não mudam de lugar é bastante enfatizada nos livros; 2) Para indivíduos nativos, pode-se hipotetizar que a distinção entre SER e ESTAR para objetos que mudam localização pode estar em variação no PB. Falantes nativos, como convivem diariamente com a língua, atualizam seus exemplares no cotidiano, por isso podem conhecer formas mais recentes de uso da língua. Falantes não-nativos, em contrapartida, tendo apenas a referência do livro didático, não conseguem acompanhar essas variações.

Outro ponto a ser salientado aqui é o fato de que, no PB, o verbo FICAR é frequentemente utilizado para indicar localização. Provavelmente a pergunta acima seria mais natural se elaborada como “Onde FICA sua casa?”. Talvez o fato de FICAR ser uma possibilidade nessa construção (de lugares) tenha confundido os informantes nessa frase.

Voltando à análise do gráfico acima, observamos que a segunda frase mais problemática para os falantes não-nativos foi “Ricardo ESTÁ dentista há mais de dez anos.”. Nesse caso, 17% dos falantes não-nativos escolheram o verbo ESTAR, em vez de SER. Entre os falantes nativos, ninguém optou pelo verbo inadequado. Essa resposta sugere que os alunos, nesse caso, seguiram a regra apresentada pelos livros didáticos: atributos permanentes usam o verbo SER, e situações temporárias usam o verbo ESTAR. A profissão de alguém pode ser considerada algo temporário; no entanto, de alguma maneira entendemos a profissão como um atributo definidor da personalidade de um indivíduo, talvez por isso utilizemos o verbo SER, mesmo sabendo que uma profissão pode mudar. Os falantes não-nativos, guiados pela regra geral de uso dos verbos SER e ESTAR, não captaram essa distinção.

As duas outras sentenças que causaram dificuldades para os não-nativos foram “Aqui É minha redação.” e “Roberto ESTÁ o rapaz mais bonito da

sala.”. Em cada uma dessas duas frases, 11% dos informantes escolheram o verbo inadequado. O primeiro exemplo (“Aqui É minha redação”) é bastante comum sempre que os alunos enviam redações como anexos de *emails*. Por outro lado, quanto a “Roberto ESTÁ o rapaz mais bonito da sala.”, os dois verbos parecem apropriados, tanto que também houve flutuação nos resultados para falantes nativos.<sup>5</sup>

A análise geral dos dados nos permite alguns questionamentos. Em primeiro lugar, já que existe disparidade entre as respostas dos nativos e o que propõem os livros didáticos, é possível que haja problemas no ensino dos verbos SER e ESTAR. Em segundo lugar, como teorias como a Linguística Cognitiva e o Modelo de Exemplares podem contribuir para o entendimento das diferenças entre SER e ESTAR?

Como vimos, a distinção entre SER e ESTAR não se sustenta nas noções de permanente x temporário. Essas características são, provavelmente, dois extremos de um *continuum* em que há bastante variação entre as duas definições. Utilizando o Modelo de Exemplares, podemos hipotetizar que a distinção entre SER e ESTAR pode ser melhor analisada em termos de membros centrais e periféricos. Sendo assim, provavelmente, o protótipo da categoria SER é uma sentença de sentido permanente; por outro lado, na categoria ESTAR, o membro central deve ser uma sentença com valor semântico temporário. No entanto, em cada uma dessas categorias existem frases com o verbo SER, mas cujo sentido não é completamente permanente, e frases com o verbo ESTAR, que denotam eventos mais duradouros. Para entender por completo a distinção entre esses verbos, é necessário fugir da dicotomia absoluta entre permanente e temporário, porque ela não consegue explicar plenamente todos os usos desses verbos. O ideal seria utilizar o Modelo de Exemplares e definir itens centrais e periféricos. Abaixo apresentamos um esquema assim para o verbo SER:

---

<sup>5</sup> Para não exceder os limites de espaço deste artigo, não vamos fazer comentários sobre as duas últimas frases do gráfico acima.

**Esquema 2:** Membros centrais e periféricos para o verbo SER



Neste esquema,<sup>6</sup> o membro central é “Carla é brasileira.” Essa frase é definida como prototípica porque apresenta uma característica imutável: uma vez que um indivíduo nasceu em um país, sua nacionalidade está definida. Ainda que essa pessoa mude de país, sua nacionalidade continuará a mesma. Em volta desse membro prototípico podemos alocar outros itens que utilizam o verbo SER, mas cujo valor semântico de permanência é mais fraco. No esquema apresentado, quanto mais fina a linha, mais longe o exemplar está do membro prototípico e, conseqüentemente, de possuir atributos permanentes em termos absolutos. As frases “Paulo e Leo são primos.” e “Luis é baixo e loiro.” são mais próximas do membro central porque apresentam um grau mais alto de permanência, mas não tanto quanto “Carla é brasileira.”. A informação de parentesco se deriva a partir da relação com outros elementos, por isso não se pode definir como completamente permanente; da mesma forma, as características físicas de alguém podem mudar com o tempo. Ainda assim, essas frases são interpretadas como semipermanentes, por isso utilizamos o verbo SER. Em um terceiro nível de permanência temos “Em junho, é

<sup>6</sup> Este esquema representa somente uma tentativa de aplicar o Modelo de Exemplares ao uso concreto dos verbos SER e ESTAR. Outros esquemas com sentenças alternativas podem ser propostos também.

inverno no Brasil.” Aqui, o verbo SER é utilizado para definir uma estação, que é uma característica mutável. No entanto, por ser algo que se repete – todo mês de junho é inverno no Brasil –, essa informação é entendida como relativamente permanente. O penúltimo item da categoria é “Bia e Tiago SÃO casados.”. Um casal pode se divorciar, mas ainda assim usamos o verbo SER para uma instância cuja propriedade permanente é questionável. Por fim, temos a frase “Lucas É aluno da universidade.” Essa sentença talvez seja análoga à frase “Ricardo É dentista há mais de dez anos.”. Mesmo sabendo que, em algum momento, essa pessoa vai deixar de ser estudante, atribuímos a essa circunstância certo grau de permanência, já que pode ser comparável a uma profissão (entendida como atributo do indivíduo) e já que há uma longa duração em ser estudante.

A partir da análise desse esquema, observa-se que as categorias temporário x permanente são insuficientes para acomodar toda a variabilidade e gradiência que existe nos usos concretos dos verbos SER e ESTAR. Entre as propriedades temporário e permanente existem sentenças que podem ser definidas como semipermanentes ou semitemporárias. Assim, SER e ESTAR não são verbos que se opõem diretamente, mas cada um deles está em um extremo de um *continuum* que vai de permanente a temporário. Entre essas duas categorias, há muitas sentenças cujo uso do verbo não é definido a partir da presença ou ausência dessas características.

Além da contribuição teórica do Modelo de Exemplares, podemos utilizar, também, conceitos advindos do papel da frequência nas representações mentais (cf. BYBEE, 2001, 2010). O exemplar prototípico de uma categoria é, provavelmente, o mais frequente na nossa experiência particular. Sendo assim, parece razoável que os alunos aprendam primeiro as categorias centrais (mais frequentes) de SER e ESTAR, e possam, aos poucos, dominar sentenças que não são definidas em termos absolutos, como as que apresentam as linhas mais finas no esquema acima.

Outra questão crucial é que, ao aprender uma segunda língua, o falante precisa armazenar e categorizar um grande número de exemplares para que generalizações possam ser feitas. A fim de que isso ocorra, é imprescindível que os alunos tenham o máximo contato possível com materiais autênticos produzidos na língua-alvo. Nesse sentido, exemplos artificiais criados com propósitos didáticos são insuficientes e ineficientes para que os alunos captem toda a gama de variabilidade inerente aos verbos SER e ESTAR.

Finalmente, devemos considerar que, embora os livros didáticos ajudem muito na tarefa de aprendizagem, a língua, em si, é um objeto que está sempre moldando e sendo moldada por um mundo que muda o tempo todo. Utilizar definições absolutas para categorias linguísticas é algo contrário a essa mutação e variabilidade inerentes à língua.

A seguir apresentamos as principais conclusões alcançadas com este artigo.

## **Conclusões**

As conexões entre a teoria linguística e os experimentos analisados neste artigo nos permitem traçar as seguintes conclusões:

- A informação que os livros didáticos apresentam sobre o uso dos verbos SER e ESTAR não é plenamente compatível com o uso desses verbos por falantes nativos do PB;
- A definição de SER e ESTAR em termos de permanente x temporário não consegue abarcar todas as instâncias de uso concreto desses verbos;
- Os verbos SER e ESTAR são melhor definidos em termos de exemplares centrais e periféricos de uma categoria. Os rótulos “permanente” e “temporário” são propriedades definidoras desses verbos, mas existem exemplos que se encaixam no meio desses dois extremos;
- O acesso a materiais autênticos produzidos na língua alvo é imprescindível para que os alunos possam depreender padrões linguísticos disponíveis no cotidiano do falante.

Finalmente, e talvez de caráter mais importante, é crucial que o professor de língua adote atividades e utilize informações que possam complementar – ou até questionar – as regras apresentadas pelos livros didáticos. Não existe material didático perfeito que possa abarcar toda a variabilidade inerente a qualquer língua, por isso o papel do professor é imprescindível.

HUBACK, Ana Paula. The acquisition of SER and ESTAR in Portuguese as a foreign language. *Revista do GEL*, São Paulo, v. 8, n. 1, p. 91-107, 2011.

**ABSTRACT:** *This article analyzes the acquisition of SER and ESTAR ('to be') by students of Portuguese as a foreign language. Cognitive Linguistics (LANGACKER, 1987, 2008, 2009) and Exemplar Model (ROSCH, 1973, 1978; BYBEE, 2001, 2010) are the theoretical background adopted. Some experiments about the verbs SER and ESTAR were elaborated and tested with native and non-native Portuguese speakers. The results show that in both groups (native and non-native speakers) there were answers different from the ones stated in Portuguese textbooks. It is claimed that instead of categorical distinctions between SER and ESTAR, this definition should rather be considered in probabilistic terms.*

**KEYWORDS:** *Exemplar Models. Verbs SER and ESTAR. Portuguese as a Second Language.*

## Referências

BYBEE, J. **Phonology and language usage**. Cambridge: Cambridge University Press, 2001. 260 p.

\_\_\_\_\_. **Language, usage and cognition**. New York: Cambridge University Press, 2010. 252 p.

GEERAERTS, D. Introduction – a rough guide to cognitive linguistics. In: \_\_\_\_\_. (Ed.). **Cognitive linguistics: basic readings**. Berlin, New York: Mouton de Gruyter, 2006. p. 1-28.

JOHNSON, K. Speech perception without speaker normalization: an exemplar model. In: JOHNSON, K.; MULLENNIX, J. (Eds.). **Talker Variability in Speech Processing**. San Diego: Academic Press, 1997. p. 145-165.

KING, L.; SUÑER, M. **Para a frente!** An intermediate course in Portuguese. Newark: LínguaText, 1991. 326 p.

KLOBUCKA, A. et al. **Ponto de encontro: Portuguese as a world language**. Upper Saddle River: Pearson Education, Inc., 2007. 626 p.

LANGACKER, R. **Foundations of Cognitive Grammar**. Vol. 1: Theoretical Prerequisites. Stanford: Stanford University Press, 1987. 540 p.

\_\_\_\_\_. **Cognitive Grammar: A Basic Introduction**. New York: Oxford University Press, 2008. 584 p.

\_\_\_\_\_. **Investigations in Cognitive Grammar**. Berlin, New York: Mouton de Gruyter, 2009. 396 p.

PIERREHUMBERT, J. Exemplar dynamics: word frequency, lenition and contrast. In: BYBEE, J.; HOOPER, P. (Eds.). **Frequency and the emergence of linguistic structure**. Amsterdam: John Benjamins, 2001. p. 137-157.

\_\_\_\_\_. Probabilistic phonology: discrimination and robustness. In: BOD, R.; HAY, J.; JANNEDY, S. (Eds.). **Probability Linguistics**. Cambridge/London: MIT Press, 2003. p. 177-228.

ROBINSON, P.; ELLIS, N. (Eds.). **Handbook of cognitive linguistics and second language acquisition**. New York, London: Routledge, 2008. 576 p.

ROSCH, E. Natural categories. **Cognitive Psychology**, New York, v. 4, p. 328-350, 1973.

\_\_\_\_\_. Principles of categorization. In: ROSCH, E.; LLOYD, B. (Eds.). **Cognition and categorization**. Hillsdale: Erlbaum, 1978. p. 27-47.

TYLER, A. Cognitive linguistics and second language instruction. In: ROBINSON, P.; ELLIS, N. (Eds.). **Handbook of cognitive linguistics and second language acquisition**. New York, London: Routledge, 2008. p. 456-487.

# A CONSTRUÇÃO DO ETHOS INSTITUCIONAL EM ANÚNCIOS PUBLICITÁRIOS

Acir Mário KARWOSKI<sup>1</sup>

Iara Bemquerer COSTA<sup>2</sup>

**RESUMO:** O objetivo deste artigo é descrever os princípios de constituição do *ethos* institucional do Banco do Brasil em anúncios publicitários publicados na revista *Veja* nos anos de 2001 a 2007, bem como analisar as características dos anúncios publicitários selecionados numa ancoragem social e as condições de produção do discurso publicitário em determinados contextos sociais e ideológicos, quais sejam, no segundo mandato do Governo Fernando Henrique Cardoso e nos mandatos do Governo Luiz Inácio Lula da Silva. Nesse ínterim, visualizamos uma mudança do *ethos* institucional do Banco do Brasil no discurso publicitário. O *ethos* enquanto imagem de si no discurso (AMOSSY, 2005) é argumento que estabelece um contrato fiduciário entre enunciador e enunciatários na dimensão interdiscursiva. Estudar a imagem institucional construída pelo Banco do Brasil no discurso publicitário é importante para compreendermos que a explicitação do *ethos* é uma excelente e original estratégia da linguagem publicitária de sedução dos clientes.

**PALAVRAS-CHAVE:** Análise do Discurso. *Ethos* Institucional. Anúncio Publicitário.

## Considerações iniciais

Nosso trabalho busca estudar como o Banco do Brasil constrói e projeta sua imagem, ou seja, seu *ethos* em anúncios publicitários que explicitam uma estreita relação com seus interlocutores, os clientes, e também com a imagem do Governo Federal. Nosso objetivo principal é reconstruir o princípio de constituição do *ethos* institucional do Banco do Brasil tendo os anúncios publicitários como *corpus* para análise.

<sup>1</sup> Universidade Federal do Triângulo Mineiro (UFTM). E-mail: acirmario@letras.uftm.edu.br

<sup>2</sup> Universidade Federal do Paraná (UFPR). E-mail: iarabemq@ufpr.br

Em Análise do Discurso, estudar o *ethos* institucional e não de uma pessoa, como em um discurso político, por exemplo, torna-se fundamental para compreender as circunstâncias sócio-ideológicas em que nos situamos no mundo, e para perscrutar as manipulações cenográficas que a linguagem publicitária constrói ao relacionar marcas, *slogans*, produtos e serviços.

O processo dialógico de interação entre um *eu* e um *tu* (outro) funda-se na criação de imagens discursivas, pois, ao explicitar a subjetividade, cria-se um jogo cenográfico que faz emergir o *ethos* do enunciador. Descortinar esse conceito teoricamente parece ousadia, uma vez que *ethos* enquanto *imagem de si no discurso* (AMOSSY, 2005) é um fenômeno enunciativo “inescapável”. Ao utilizarmos palavras no processo de comunicação não temos como fugir das imagens discursivas criadas pela *maneira de dizer*, que necessariamente remetem a uma *maneira de ser*.

Se a linguagem publicitária busca afetar as pessoas, que banco é esse que se mostra de todos os brasileiros, que se diz nosso parceiro e está *o tempo todo com você* e é *todo seu*? Na linguagem publicitária, os argumentos relacionados à emoção tornam-se estratégias que visam a estabelecer um contrato fiduciário entre enunciador e enunciatário. Ao construir cenários enunciativos heterogêneos, especialmente os que articulam palavras e imagens, os anúncios publicitários visam à adesão do enunciatário aos interesses do enunciador numa dimensão essencialmente interdiscursiva.

A inscrição do estudo do *ethos* em uma perspectiva discursiva e em uma determinada conjuntura sócio-histórica, como veremos neste trabalho, amplia a discussão a respeito do tema, qual seja, a construção das imagens de si no discurso, o *ethos*, assim como permite salientar a importância que o tema tem suscitado nos atuais estudos que analisam o discurso enquanto efeito de sentido instaurado entre sujeitos num determinado momento e num contexto histórico, social e ideológico.

O conceito de *ethos* designa um efeito de subjetividade, de conotação. Cabe ao analista do discurso descrever o *tom*, ou seja, a voz que constitui os sujeitos e seus discursos nas diversas situações de comunicação. O tom que um texto assume — inserido em determinadas formações discursivas — diz respeito a um feixe de impressões e emoções que motivam o leitor a se envolver com o texto tornando-se, assim, o *fiador* do discurso. Trata-se do processo de incorporação, ou seja, a maneira como o enunciatário (também designado por

coenunciador ou a-locutário, dependendo da abordagem adotada) apropria-se do *ethos* do enunciador, segundo Maingueneau (2008).

O fiador diz respeito ao conjunto de representações coletivas, estereotipadas ou não, existentes numa sociedade. Fiador é, pois, a voz que se deixa falar na instância subjetiva; essa voz associa-se a uma cenografia construída pelo enunciatário e instaura no processo enunciativo a incorporação da imagem de si no discurso do enunciador.

Nesse processo, é salutar destacar a figura do sujeito falante que é o ser empírico que produz o texto; a figura do locutor, ser do discurso, instância a quem é imputada a responsabilidade do enunciado; e, por fim, a figura do enunciador, personagem que encena o discurso inserindo-o em determinada formação discursiva.

## ***Ethos* e discurso**

A língua materializa-se na sociedade por meio de textos, produtos empíricos, integrados a eventos comunicativos nos quais se fundem questões linguísticas, cognitivas e sociais (MARCUSCHI, 2008). Os textos são produtos empíricos produzidos pelos usuários de uma determinada língua à mercê de forças externas influenciadas por contextos diversos e pelas coerções genéricas (MAINGUENEAU, 1997).

Nesse cenário ressalta a importância de se estudar os efeitos de sentidos produzidos no acontecimento verbal sempre contextualizado. Por meio dos textos expressam-se os diversos discursos em circulação social, tais como o discurso religioso, político, midiático, dentre outros. São os discursos, portanto, que estruturam as forças ideológicas postas em circulação em determinados contextos. O *ethos*, enquanto efeito discursivo, insere-se na constituição heterogênea dos discursos que circulam socialmente. Em nossa concepção, deve ser tratado como fenômeno linguístico constitutivo do sucesso discursivo.

O *ethos* constrói-se como imagem discursiva que emana das atitudes subjetivas de um enunciador que, no ato social de produção de um texto, insere esse texto em determinado gênero discursivo e instaura efeitos de sentidos que mantêm fortes correlações no jogo interdiscursivo.

Ducrot (1987) discute a noção retórica de *ethos* a partir de uma distinção entre o locutor L, apreendido como enunciador no fio da enunciação, como sujeito do discurso, ficção discursiva, uma voz inserida num conjunto sócio-cultural e

ideológico determinado; e locutor  $\lambda$  (lambda), que consiste no ser do mundo, o sujeito empírico que utiliza a linguagem em contextos sociais variados.

Assim, *ethos* é um efeito de enunciação que se mostra pelas marcas subjetivas do locutor. A cena de enunciação reuniria o conjunto de papéis que um locutor L pode escolher para se mostrar ao destinatário, uma forma de teatralização da ordem do parecer e não necessariamente da ordem do ser. Para o autor, o *ethos* estaria ligado a L, o locutor enquanto “ficção discursiva”, fonte da enunciação, e que se vê dotado de certos caracteres que tornam a enunciação, enquanto efeito de sentido, aceitável ou desagradável.

A enunciação seria a aparição de um enunciado proferido pelo locutor lambda, sujeito falante, elemento da experiência, ser do mundo, enunciado que geraria o acontecimento sócio-histórico e ideológico jamais repetível. Se a enunciação é o efeito do acontecimento de um enunciado, num determinado contexto histórico e social, o *ethos* resulta na imagem projetada pelo enunciador no acontecimento enunciativo presentificado pelas marcas de subjetividade e pelo conjunto de representações a ele inculcadas pelo discurso.

Segundo Ducrot (1987), o enunciador não precisa dizer “Eu sou assim”. Sua maneira de dizer é suficiente para o enunciatário criar imagens que constituem o *ethos* discursivo. A imagem de si que se constrói (ou se produz) no discurso, segundo Amossy (2005, p. 13), é “inerente a toda troca verbal e submetida a uma regulamentação sociocultural” e supera largamente a “intencionalidade do sujeito que fala e age”.

Maingueneau (1997; 2006; 2008), utiliza a expressão *tom* para caracterizar esse processo de criação imagética do *ethos*. Assim, se enunciação é um acontecimento dinâmico, *ethos* também é uma noção dinâmica mobilizada pela subjetividade do enunciador e pela afetividade do enunciatário. Uma percepção complexa, um comportamento que articula o verbal e o não-verbal provocando efeitos multi-sensoriais no enunciatário. Nem sempre o *ethos* visado pelo enunciador será o *ethos* produzido, segundo o autor. Por exemplo, um professor que queira passar a imagem de sério pode ser percebido como monótono ou atrasado; um político que queira suscitar a imagem de um indivíduo simpático pode ser percebido como um demagogo. Os fracassos em matéria de *ethos* são moeda corrente (MAINGUENEAU, 1997; 2006; 2008).

Justamente pelo fato de o *ethos* ser captado no acontecimento verbal e ser fenômeno ligado à afetividade do enunciatário, nem sempre o feixe de imagens produzidas a respeito do discurso de um enunciador e sua maneira

de dizer são homogêneos, tendo em vista o caráter múltiplo e heterogêneo das subjetividades. O *ethos* é construído pelo co-enunciário não como imagem exterior à fala do enunciador mas como noção discursiva que se constrói no próprio discurso. Segundo Maingueneau (2008, p. 17), *ethos* é uma noção fundamentalmente híbrida (sócio-discursiva), “um comportamento socialmente avaliado, que não pode ser apreendido fora de uma situação de comunicação precisa, integrada ela mesma numa determinada conjuntura sócio-histórica”.

No processo de incorporação, a adesão das imagens do enunciador e do enunciário são importantes para a eficácia discursiva. Para Fiorin (2004, p. 74), o enunciário não adere ao discurso “apenas porque ele é apresentado como um conjunto de ideias que expressam seus possíveis interesses, mas, sim, porque se identifica com um dado sujeito da enunciação, com um caráter, com um corpo, com um tom”.

Se discurso é um efeito de sentido sempre heterogêneo, no qual vozes e imagens concordantes ou discordantes instauram-se e constituem-se, e das quais constrói-se o *ethos*, a dimensão persuasiva do discurso deve estar sustentada no argumento de afetividade e no processo interdiscursivo.

Para Maingueneau (1997, p. 113), o interdiscurso consiste num conflito regrado de formações discursivas e diz respeito ao “processo de reconfiguração incessante no qual uma formação discursiva é levada a incorporar elementos pré-construídos, produzidos fora dela, com eles provocando sua redefinição e redirecionamento [...]”

O *ethos*, ou a imagem do sujeito no discurso, é um conceito fortemente marcado no jogo dialógico do enunciador com os enunciários bem como no interdiscurso. Constroi-se enquanto efeito de sentido produzido no e pelo evento verbal, no e pelo interdiscurso, emergindo nas marcas enunciativas da subjetividade, na situação de enunciação, nas condições de produção do discurso e no processo de incorporação pelo enunciário que passa a ser fiador do discurso.

A incorporação diz respeito ao modo pelo qual o enunciário apropria-se de imagens do enunciador; um efeito de subjetividade que ocorre no processo dialógico e define a interação verbal. No processo de incorporação, ou apropriação do *ethos*, o enunciário constroi imagens a partir de um feixe de representações sociais suscitadas pelo enunciador em sua maneira de dizer.

A linguagem publicitária é um lugar privilegiado para a manifestação de ideologias. O conceito de ideologia diz respeito ao conjunto de ideias que

norteiam uma sociedade, ideias capazes de gerar conflitos ou consensos. Sendo aparência social, a ideologia cria nos homens uma visão ilusória da realidade, produz um mundo simbólico que aparentemente diz respeito ao mundo “ético” embora apenas camufle ideias, tomadas como se passassem a ser de todos, a partir de sua representação social dominante. A ideologia interpela os indivíduos, esconde e modifica a realidade. Por estarem a serviço das instituições, as formações ideológicas orientam o mundo, “produzindo ideias e valores que, propugnados culturalmente, constroem o que parece que há” (DISCINI, 2005, p. 61).

A inscrição do discurso em uma determinada condição de produção sócio-ideológica depende do lugar histórico-social a partir do qual um enunciado é produzido, ou seja, o contexto físico em que o sujeito está envolvido, porém sempre associado, essencialmente, a um conjunto de ideologias e intenções, o que dá desse contexto físico uma visão “interessada”. Por que o Banco do Brasil escamoteou seus reais interesses? Ao querer ser o banco de todos os brasileiros, o interesse é comercial, desejo hegemônico sujeitado ao capitalismo, ao lucro.

Afirmamos, por fim, que o *ethos* depende essencialmente das condições sócio-históricas e ideológicas de produção do discurso e está relacionado aos sujeitos e suas inserções de natureza física (condições de produção em sentido estrito): os brasileiros; e de natureza ideológica (condições de produção em sentido lato): a Nação. O *ethos* enquanto imagem de si no discurso, assim como o discurso, emana de forças exteriores, do não-dito, do interdiscurso.

Se a língua é essencialmente dialógica, o “eu” só vem a se constituir enquanto subjetividade na interação com “outros-eu” na linguagem. Nesta perspectiva enunciativa, o locutor só se constitui como tal na interação com os interlocutores. Segundo Maingueneau (2006, p. 269), “o *ethos* está intrinsecamente ligado a um processo interativo de influência sobre o outro”.

Nosso trabalho de análise tenta reconstituir a interação enunciador e enunciatário nos anúncios publicitários do Banco do Brasil; nessa interação, analisamos o *ethos* institucional do Banco do Brasil. Percebemos que a linguagem publicitária molda determinadas mutações na imagem que o Banco do Brasil projeta no seu discurso publicitário; a marca da identidade do banco não pode se adaptar a qualquer *ethos* devido às inúmeras e constantes mutações que estão em curso na sociedade. A explicitação de uma imagem do Banco do Brasil fundada e sustentada no populismo pode não ter credibilidade irrestrita devido às diversidades dos enunciatários.

As flutuações temporárias do *ethos* do Banco do Brasil, como mostraremos nos anúncios publicitários que analisamos neste trabalho, podem gerar efeitos de sentidos que corroboram a manutenção e ou ampliação da imagem que o banco quer manter diante de seus clientes ou contribuem para sua diminuição, afinal o *ethos* institucional é uma espécie de assinatura de uma pessoa jurídica que se constitui na memória coletiva de uma sociedade.

Se a legitimidade do enunciador é construída na imagem de si no discurso e lhe confere “posição de autoridade como sujeito argumentante”,

[...] o sujeito comunicante de uma enunciação fundamentalmente argumentativa acaba colocando em cena um conjunto de estratégias de legitimidade, credibilidade e captação que deve se voltar para um fazer-criar e um fazer-fazer – que os dá com um agenciamento importante dos procedimentos dos outros modos de organização do discurso e um maior dimensionamento da argumentatividade. (MENEZES, 2006, p. 104)

A credibilidade se dá pelo engajamento do enunciador nos argumentos que defende e apresenta. A captação dos efeitos de sentido pelo enunciatário se dá pelas emoções que a imagem do enunciador suscita por intermédio da cenografia construída pelo fiador do discurso.

## **Análise de anúncios publicitários**

Selecionamos para análise o anúncio publicitário por ser um gênero constituído por elementos que visam a chamar a atenção, despertar interesse, estimular o desejo, criar convicção e induzir à ação. Os principais elementos constitutivos do anúncio publicitário são: título, texto, linha de assinatura, *slogan*, imagens e ilustrações. Santanna (1998, p. 77) define anúncio como o meio publicitário por excelência que serve para comunicar algo “com o propósito de vender serviços ou produtos, criar uma disposição, estimular um desejo de posse ou para divulgar e tornar conhecido algo novo e interessar a massa, ou um de seus setores”.

Nosso trabalho busca analisar as características dos anúncios publicitários bem como as condições de produção do discurso em determinados contextos sociais e ideológicos, ou seja, analisar tanto a forma quanto a ancoragem social do discurso. Os anúncios publicitários foram selecionados levando em consideração três momentos distintos: os dois anos finais do segundo mandato do Governo Fernando Henrique Cardoso (2001-2002); o primeiro mandato do

Governo Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2006) e o primeiro ano do segundo mandato (2007). Nesses períodos, pudemos captar uma mudança do *ethos* institucional do Banco do Brasil fortemente relacionada à imagem institucional do Governo Federal. As análises explicitam a noção de *ethos* atendendo ao objetivo a que nos propusemos neste trabalho, qual seja, descrever a construção do *ethos* institucional do Banco do Brasil em anúncios publicitários.

O *ethos* relaciona-se não apenas a fatores de ordem discursiva, mas também a fatos demarcados pelo contexto social, pois, ao mesmo tempo em que é mostrado no e pelo discurso, apoia-se em tendências, comportamentos e emoções que estão fortemente relacionados aos interlocutores. A noção de *ethos* mantém relação intrínseca com o contexto social imediato.

## **Governo Fernando Henrique Cardoso, final do segundo mandato**

As campanhas publicitárias do Banco do Brasil, no final do mandato de Fernando Henrique Cardoso, em 2001 e 2002, focalizam o cliente e o identificam com a missão do banco, que é oferecer serviços pela internet de forma segura, eficiente e rápida. Os conteúdos temáticos estão relacionados à descrição de aspectos da vida dos clientes, seus costumes, hábitos e preferências. O foco de atenção é fidelizar clientes que passem a utilizar o Banco do Brasil na internet. A tendência dos anúncios publicitários é explorar aspectos relacionados à modernidade e aos hábitos das pessoas, tendo como mote destacar o tempo e seu valor. O cliente é convidado a fazer as pazes com seu tempo e para garantir isso a solução apresentada pelo Banco do Brasil está no uso da internet. A expressão **e-pronto** é criativamente utilizada e contribui para a fixação da imagem do Banco do Brasil na internet. O cliente que utiliza o *bb.com.br* faz as pazes com seu tempo e, assim, pode fazer outras coisas no seu tempo livre, de lazer.

O jogo de palavras *bb.com.br*. *Você entra e pronto* e *bb.com.br e-pronto* são recursos linguísticos interessantes. O *e-pronto*<sup>3</sup> é uma forma de divulgar os serviços eletrônicos e a expressão *e pronto* relaciona-se à segurança e tranquilidade para quem decide utilizar os serviços do *bb.com.br*. O banco que se apresenta capaz de oferecer pela internet serviços de forma rápida, segura, econômica e eficiente explicita um *ethos* institucional de confiança, segurança e tranquilidade.

---

<sup>3</sup> *E-mail* significa correio eletrônico. A utilização do *e-* para eletrônico é, atualmente, muito comum: *e-zine* (revista eletrônica), *e-book* (livro eletrônico), *e-ticket* (bilhete eletrônico) e outros.

O *ethos* institucional do Banco do Brasil está claramente definido e relacionado à modernidade e à eficiência nos serviços de internet. Seguindo a estratégia de se aproximar do enunciatório a fim de persuadir, outros anúncios publicitários publicados nesse período exploram a descrição de serviços que o banco disponibiliza na internet. Esse serviço rápido e econômico, seguro e tranquilo passa a ser um hábito e o usuário dos serviços de internet terá tempo para realizar outras coisas por lazer.

O *ethos* do Banco do Brasil relaciona-se às imagens que os enunciadores têm de uma empresa que visa ao lucro e oferece produtos e serviços, especialmente via internet, seguindo a tendência de oferecer diversas facilidades aos clientes com comodidade e eficiência. Não pudemos identificar uma imagem institucional do Banco do Brasil além do de uma empresa com preocupação comercial de oferecer produtos e serviços. O *ethos* do Banco do Brasil assemelha-se à imagem de outros bancos que buscam a manutenção dos clientes explorando motes tais como modernidade, eficiência, segurança e outros.

## **Governo Luiz Inácio Lula da Silva, primeiro mandato**

Nos anúncios publicitários que apresentaremos a seguir há uma mudança radical no *ethos* institucional do Banco do Brasil, que passa a projetar uma imagem centrada na identificação do enunciador com o enunciatório, com destaque para seus valores, sua identidade.

Algumas mudanças na estrutura dos anúncios publicitários merecem ser destacadas. Passa a ser vinculado o *slogan* “O tempo todo com você”; a logomarca é mostrada em destaque, sem a identificação junto ao nome Banco do Brasil. A logomarca do Governo Federal e o *slogan* do governo Lula “Brasil: um país de todos” são integrados aos anúncios publicitários, especialmente a partir de 2005.

O *ethos* que o Banco do Brasil explicita não é mais o de uma empresa competitiva, que domina as tecnologias de um banco moderno; mostra-se associado às imagens do Brasil e especialmente dos brasileiros. Os anúncios projetam uma imagem do cliente como um valor e o banco se apresenta como o banco de todos os brasileiros, passando a predominar o *slogan* “todo seu”.

O anúncio apresentado a seguir explora a linguagem publicitária voltada aos valores humanos dos clientes não apenas a serviços e produtos oferecidos por um banco.



Fonte: *Veja*, 30 jul. 2003

A estrutura argumentativa é semelhante à estrutura de um silogismo. A verdade é criada pelo modalizador “pode ser” não no sentido de dúvida, mas de desejo. Uma nova verdade criada transforma a imagem do Banco do Brasil, que passa se apresentar como de todos os brasileiros. O conceito de valor é deslocado. O jogo com a palavra valor do banco, valor do Brasil, valor dos brasileiros projeta uma imagem que vai além do valor financeiro.

A introdução é constituída de uma questão muito básica que tem o intuito de anunciar um produto que é comum oferecido pela maioria dos outros bancos. Enquanto para a maioria dos bancos os valores relacionam-se a competitividade, tecnologia e desenvolvimento econômico, para o Banco do Brasil os valores passam a se identificar com as pessoas e o país: “sonhos, talento, cultura, capacidade de criar, de transformar, de fazer seu país mais justo e sua vida mais digna e próspera”.

A justificativa de o Banco do Brasil identificar-se com a imagem do Brasil e dos brasileiros explicita uma mudança na sua imagem institucional. Essa “nova” identidade sustentada na imagem do brasileiro é associada a razões tais como a de o Banco do Brasil ser o primeiro banco criado no Brasil e,

assim, possuir tradição; ou projetar a imagem de instituição aliada aos interesses da Nação. Nossa hipótese, porém, é a de que o discurso do Banco do Brasil alia-se ao discurso do Governo Federal ao promover o desejo de transformações sociais no país.

A cenografia apresentada remete a um cofre aberto e, dentro dele, um brasileiro sorrindo, um homem afro-brasileiro com corte de cabelo típico que em sua negritude e forma representa a imagem de todos os brasileiros. O contraste das cores amarelo e cinza, bem como a cenografia que destaca o valor do brasileiro guardado num cofre, conduz o enunciário a se identificar com essa imagem.

Ao indagar o leitor acerca da imagem que geralmente se tem de um banco, qual seja, promover a competitividade, praticar as leis do mercado, oferecer tecnologia no desenvolvimento econômico e outras coisas, o *ethos* institucional do Banco do Brasil reforça-se na identificação com os cidadãos e seus valores para despertar os desejos de valorização do ser humano e de seus valores, na imagem de um banco não centrado somente nas movimentações financeiras.

O “banco que vai além da conta” mostra-se num tom de questionamento acerca dos seus valores e dos valores das pessoas, faz um convite para a reflexão e para o reforço de uma imagem que se pretende fixar no contexto social. Ao se apresentar como “o banco que vai além da conta”, o enunciador aproveita-se da ambiguidade da expressão para a construção discursiva de sua imagem: a leitura como expressão idiomática (superar as expectativas) ou no seu sentido literal (não ser apenas um gerenciador de contas).

O *ethos* do Banco do Brasil muda ao redefinir seu valor em relação ao valor dos brasileiros. O cofre que geralmente se destina a guardar valores materiais é apresentado como o local onde são guardados valores humanos, apresentados como sagrados para o Banco do Brasil: sonhos, talento, cultura, capacidade de criar, de transformar, de fazer seu país mais justo e sua vida mais digna e próspera. O *ethos* institucional do Banco do Brasil associa-se à atitude de defender a bandeira política de valorização humana. No interdiscurso, dialoga com o compromisso político do Governo Federal que privilegia as ações sociais.

Ao moldar o discurso aos desejos do enunciário, o enunciador explicita seu *ethos*, que passa a ser argumento persuasivo. Se “os valores do Banco do Brasil são os valores de todos”, torna-se inquestionável a associação entre ambos, uma fusão que tem um duplo objetivo: divulgar a imagem do Banco

do Brasil e a imagem dos brasileiros. A representação de um brasileiro dentro de um cofre explicita o *ethos* de um banco que se identifica com os valores (respeito, ética, responsabilidade) de um ser humano de valor (trabalhador, esforçado, que supera limites e barreiras).

## **Governo Luiz Inácio Lula da Silva, início do segundo mandato**

Os anúncios publicitários que passam a ser publicados pelo Banco do Brasil no primeiro e no segundo mandatos do Presidente Lula ampliam correlações com as imagens dos brasileiros e destacam a subjetividade de cada um. De forma ousada e criativa as fachadas das agências recebem nomes de brasileiros-clientes; o banco passa a ter “inúmeros donos” bem como amplia seu *ethos* explicitamente para todas as ações do Governo Federal.

O *slogan* “O tempo todo com você” amplia-se para “Todo seu”, numa forte conotação de compromisso do Banco do Brasil com seus clientes, que passam a ser “donos do banco”. Sendo donos podem realizar desejos, sonhos, redescobrir seus valores não apenas numéricos, mas humanos. O “todo seu” relaciona-se à ideia de parceiro fiel, que está sempre ao lado do cliente.

O *ethos* do enunciador articula-se aos desejos do enunciatário e suas paixões, gostos, valores. Os anúncios exploram a associação direta com o enunciatário que passa a ser focalizado pelo nome: Banco da Aninha, da família do Carlos, da Vera, dos brasileiros, do setor público, da sustentabilidade e outros.

O Banco do Brasil passa a ser parceiro, não apenas dos clientes, dos brasileiros, mas de diversos setores da sociedade, tais como educação, cultura, esporte, empresas, serviço público, sustentabilidade e outros. Todos os anúncios publicitários nesse período explicitam a logomarca com o *slogan* do Governo Federal: “Brasil, um país de todos”.

A relação direta do discurso do Banco do Brasil com a imagem do Governo Federal contribui para a manutenção do *ethos* de brasilidade pretendido pelo banco. O Banco do Brasil recupera sua imagem como símbolo nacional. Ao participar do desenvolvimento e das ações que visam ao crescimento do país, busca consolidar sua marca de liderança no mercado financeiro. Sua missão sempre foi contribuir com o crescimento do país. Uma instituição que desde o início de sua criação identifica-se com a Nação brasileira. *Um banco à imagem do Brasil*. Desde o primeiro mandato do Governo Lula a associação da imagem institucional do Banco do Brasil

com a imagem do Governo Federal dá-se de forma explícita e torna-se interessante estratégia de persuasão.

Veremos no anúncio publicitário a seguir como a cenografia instaurada pelo discurso do Banco do Brasil mantém fortes relações interdiscursivas com a imagem do Governo Federal. O ano de 2006 foi o do desenvolvimento prometido pelo Governo Federal a todos os brasileiros. Assim, por ser uma instituição estatal, o Banco do Brasil mostra-se como um agente responsável pelo desenvolvimento do Brasil. Ao se mostrar como banco dos brasileiros, bem como banco da solidez, do agronegócio, do empresário, da exportação, da sustentabilidade, da comodidade, da educação, do cliente, do futuro, explicita em seu discurso como agente responsável pelo crescimento do Brasil e, por conseguinte, do povo brasileiro. O que representa ser um banco assim?

**Banco do Brasil. Esse crescimento é todo seu.**

Para o Banco do Brasil, 2006 foi um ano de grandes realizações. O ano da responsabilidade socioambiental e do desenvolvimento regional sustentável, que levou oportunidades e geração de empregos a várias regiões do Brasil. O ano do crédito, que impulsionou as micro e pequenas empresas, o agronegócio e a agricultura familiar. O ano do comércio exterior. O ano, acima de tudo, da vontade de fazer um Brasil melhor. Conheça os números e resultados desse banco que, na verdade, é seu. **Todo seu.**

<p>230 mil famílias atendidas em projetos de Desenvolvimento Regional Sustentável</p>  <p><b>BANCO DA SUSTENTABILIDADE</b></p>	<p>24,4 milhões de correntistas</p>  <p><b>BANCO DO CLIENTE</b></p>
<p>R\$ 296,4 bilhões em ativos</p>  <p><b>BANCO DA SOLIDEZ</b></p>	<p>R\$ 45,1 bilhões investidos no agronegócio e na agricultura familiar</p>  <p><b>BANCO DO AGRONEGÓCIO</b></p>
<p>15,1 mil pontos de atendimento</p>  <p><b>BANCO DA COMODIDADE</b></p>	<p>R\$ 76,7 milhões investidos em cultura e esporte</p>  <p><b>BANCO DO FUTURO</b></p>
<p>R\$ 25,1 bilhões em crédito para as micro e pequenas empresas</p>  <p><b>BANCO DO EMPRESÁRIO</b></p>	<p>US\$ 18,6 bilhões em financiamento ao comércio exterior</p>  <p><b>BANCO DA EXPORTAÇÃO</b></p>
<p>65,8 mil jovens e adultos alfabetizados no programa BB Educar</p>  <p><b>BANCO DA EDUCAÇÃO</b></p>	<p><b>B: BRASIL</b> O BRASIL PREZADO GOVERNO FEDERAL</p> <p>Todo seu</p> 

bb.com.br

**BANCO DOS BRASILEIROS**

Fonte: *Veja*, 14 mar. 2007

Observa-se nesse anúncio a articulação das imagens, palavras, cores e principalmente as figuras humanas de expressão alegre e sorridente, representativas

dos brasileiros, que parecem comemorar o crescimento no momento histórico determinado pelas conquistas do Banco do Brasil ao longo do ano de 2006.<sup>4</sup>

Ao relacionar, em cada quadro, números em mil, milhões e bilhões, o anúncio como um todo se torna síntese dos investimentos realizados pelo Banco do Brasil em 2006, sendo condizente com o discurso do Governo Federal de que nesse ano houve um crescimento na economia brasileira. Por meio dessa estratégia argumentativa de comprovação, cria-se uma situação persuasiva inquestionável, pois dificilmente se duvida de números, o que colabora para uma imagem de poder, de liderança financeira e de retorno para a sociedade com benefícios para todos os cidadãos.

Observa-se que a partir desse momento começa a haver uma transição, uma sutil modificação do *ethos*. O Banco do Brasil já não associa sua imagem aos valores éticos e humanos dos brasileiros, passa a apresentar uma imagem de eficiência e desenvolvimento, com o uso de índices quantitativos, fazendo uso de imagens dos brasileiros trabalhadores em instituições e de diversos setores da economia.

O interdiscurso é uma noção exterior ao *ethos* e mantém forte influência sobre a construção das imagens, pois, vinculando-se aos não-ditos determina ao leitor as imagens que vai construir no processo de incorporação. O desejo de o Banco do Brasil ser agente que contribui para o crescimento do Brasil está mostrado nas conquistas, nos inúmeros projetos e atividades que realizou em articulação aos programas do Governo Federal. É no interior do interdiscurso e sua primazia que se mostram as imagens discursivas do enunciador o qual não precisa dizer “eu sou assim, eu fiz isso”, mas que se revela no como se diz.

## Considerações finais

Neste trabalho, vimos que o conceito de *ethos* diz respeito à imagem que o enunciador expressa diante de seus interlocutores para ganhar confiança. Esse conceito foi explorado por Aristóteles (1998), que em sua *Arte Retórica*, associa o *ethos* ao *pathos*, ou seja, ao conjunto de paixões e emoções que

---

<sup>4</sup> Este anúncio é composto de vários quadros, cada quadro como um anúncio isolado. No início do ano de 2007, os quadros foram publicados individual e coletivamente em vários jornais de grande circulação nacional e cada quadro trazia um relato a respeito dos resultados e conquistas do Banco do Brasil e do Governo Federal em diversos setores.

devem ser suscitadas no interlocutor para ganhar sua confiança; e ao *logos*, o argumento racional por excelência.

No contexto da linguagem publicitária, estudar o *ethos* como argumento retórico que ajuda a garantir a persuasão tem relevância que precisa ser destacada. Os apelos dos anúncios publicitários são relacionados à emoção e explicitam o *ethos* na articulação com o enunciatário e seus desejos (*pathos*).

Identificamos nos anúncios publicitários que não é a imagem do Banco do Brasil que é colocada em evidência, mas a imagem do Governo Federal: *vontade de fazer seu país mais justo e sua vida mais digna e próspera* (Veja, 30/07/03); *vontade de fazer um Brasil melhor* (Veja, 14/03/07).

Mostramos que a noção de *ethos* mantém estritas correlações com o interdiscurso. As imagens criadas pelo enunciatário acerca do enunciador emergem do interdiscurso, daquilo que não é dito. Assim, o *ethos* é um fenômeno enunciativo inescapável, ou seja, se utilizamos palavras no processo de comunicação não temos como fugir das imagens que são criadas pela maneira de dizer. Não temos como fugir das imagens criadas na incorporação pelo enunciatário, o fiador do discurso.

Nos anúncios publicitários analisados, a articulação imagem e palavra, bem como a associação a um contexto histórico e ou a uma situação determinada, contribuíram para a criação de uma imagem positiva do Banco do Brasil; os rostos sempre sorridentes que figuram nos anúncios mostram um banco com a cara de todos os brasileiros; um banco que se identifica com os brasileiros.

Pudemos observar que o princípio de constituição do *ethos* institucional do Banco do Brasil está, em essência, relacionado diretamente com a imagem do atual Governo Federal e a imagem de todos brasileiros. Um banco que se apresenta não apenas aliado ao discurso capitalista representado pelo lucro, pelos records, pelo crescimento, pelo sucesso, mas ao sentimento nacionalista que é construído para estar a serviço de interesses de grupos que detêm o poder político.

A mistura do *ethos* do Banco do Brasil com a imagem do Governo Federal produz um efeito de sentido que destaca o valor das pessoas e do Brasil. Da parte do Governo, uma clara intenção de destacar o valor da instituição estatal que não precisa ser privatizada para ser considerada eficaz; além de ser um excelente veículo de divulgação política. A imagem institucional construída pelo Banco do Brasil é um excelente argumento de persuasão e de explicitação do *ethos*; uma excelente e original estratégia da linguagem publicitária de sedução dos clientes.

KARWOSKI, Acir Mário; COSTA, Iara Bemquerer. *The construction of institutional ethos in advertisements*. **Revista do GEL**, São Paulo, v. 8, n. 1, p. 108-124, 2011.

**ABSTRACT:** *The aim of this paper is to describe the principles of constitution of an institutional ethos of Banco do Brasil in advertisements published in the Veja magazine in the years 2001-2007, as well as analyzing the characteristics of advertisements selected according to a social insertion principle and conditions of production of the advertizing discourse in identifiable social and ideological contexts, namely, Fernando Henrique Cardoso's and Luiz Inácio Lula da Silva Federal Government terms. We identified a change on the institutional ethos of Banco do Brasil in advertisements of the former term and the latter two terms. Ethos as the image of the subject in discourse (AMOSSY, 2005) is an "argument" that establishes a confidence contract between enunciator and enunciates in the interdiscursive dimension. The institutional image constructed by Banco of Brasil in advertizing discourse is a strong argument for persuasion and ethos' explicitness, a very productive and original strategy of advertizing language for seducing customers.*

**KEYWORDS:** *Discourse Analysis. Institutional Ethos. Advertisements.*

## Referências

AMOSSY, R. Da noção retórica de *ethos* à análise do discurso. In: \_\_\_\_\_. (Org.) **Imagens de si no discurso: a construção do *ethos***. São Paulo: Contexto, 2005. p. 9-28.

ARISTÓTELES. **Arte retórica e arte poética**. São Paulo: Ediouro, 1998.

DISCINI, N. **A comunicação nos textos**. São Paulo: Contexto, 2005.

DUCROT, O. **O dizer e o dito**. Tradução de Eduardo Guimarães. Campinas: Pontes, 1987.

FIORIN, J. L. O *pathos* do enunciatário. **Alfa**, São Paulo, v. 48, n. 2, p. 69-78, 2004.

MAINGUENEAU, D. A propósito do *ethos*. In: MOTTA, A.R.; SALGADO, L. (Orgs.) **Ethos discursivo**. São Paulo: Contexto, 2008. p. 11 – 29.

\_\_\_\_\_. **Cenas da enunciação**. Curitiba: Criar edições, 2006.

\_\_\_\_\_. **Novas tendências em análise do discurso**. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

MARCUSCHI, L.A. **Produção textual, análise de gêneros e compreensão**. São Paulo: Parábola Editorial, 2008.

MENEZES, W.A. Estratégias discursivas e argumentação. In: LARA, G.M.P. (Org.) **Lingua(gem), texto, discurso**: entre a reflexão e a prática. Rio de Janeiro: Lucerna, 2006. p. 87-105.

SANTANNA, A. **Propaganda**: teoria, técnica e prática. 7. ed. São Paulo: Pioneira, 1998.

# AFORIZAÇÃO NO DISCURSO DE AUTOAJUDA

Anna Flora BRUNELLI<sup>1</sup>

**RESUMO:** Neste trabalho, considerando as reflexões de Maingueneau (2006, 2010) sobre a aforização e as diferenças entre a enunciação aforizante e a textualizante, analisamos alguns enunciados destacados do discurso de autoajuda, procurando evidenciar alguns dos seus efeitos de sentido e o papel que desempenham nesse discurso. A análise revela que os destaques aforizantes auxiliam o sujeito enunciatador do discurso de autoajuda no trabalho de orientação de seus interlocutores, pois lhe permitem dar uma ordem, como se estivesse enunciando uma verdade, o que atenua o seu caráter de sujeito autoritário, próprio de quem dá ordens de modo explícito. Além disso, esses enunciados ativam o jogo do “dizer e não dizer”, simulando que o discurso de autoajuda está apoiado numa verdade incontestável, o que lhe reforça o poder persuasivo.

**PALAVRAS-CHAVE:** Aforização. Enunciados Destacados. Discurso. Autoajuda.

## Introdução

Como observa Maingueneau (2006), na sociedade circula um grande número de enunciados que podem ser designados pelo termo vago de *fórmulas*. Trata-se de enunciados curtos, cujo significante e significado são considerados no interior de uma enunciação pregnante (pela prosódia, pelas rimas, pelas metáforas, etc.), que facilita a sua memorização e conseqüentemente a sua circulação. Muitos desses enunciados foram extraídos, quer dizer, destacados de textos, daí a designação atribuída a esse tipo de enunciado por Maingueneau (2006) de “enunciados destacados”. Neste trabalho, vamos analisar alguns enunciados destacados presentes em livros de autoajuda. Mais exatamente, pretendemos analisar alguns dos seus efeitos de sentido bem como o papel que desempenham nesse discurso. Para tanto, inicialmente, apresentamos

---

<sup>1</sup> Departamento de Estudos Linguísticos e Literários, Instituto de Biociências, Letras e Ciências Exatas (IBILCE)/UNESP- Campus de São José do Rio Preto (SP), Brasil, anna@ibilce.unesp.br

as propriedades dos enunciados destacados, de acordo com as reflexões de Maingueneau (2006, 2010) sobre o tema.

## Os enunciados destacados

De acordo com Maingueneau (2010), os “enunciados destacados” dividem-se em duas classes distintas, conforme o destacamento do enunciado seja constitutivo ou por extração. Assim, de um lado, temos os provérbios e todas as fórmulas sentenciosas que não são dotadas de um contexto situacional nem de contexto original, caso em que o destacamento é constitutivo e, de outro lado, temos os fragmentos extraídos de um texto específico. Neste último caso, como observa o autor, a extração não acontece de maneira aleatória, já que certos fragmentos têm características ou propriedades que favorecem a sua extração, isto é, que os tornam destacáveis. Por exemplo: uma relação íntima com a temática central do texto, lugar em que se encontra no texto (normalmente o final do texto) e propriedades enunciativas, como a de ser um enunciado generalizante, dotados de um *ethos* mais solene. Todas essas propriedades, que favorecem a sua extração, podem levar o enunciado a ser repetido como manchete ou um subtítulo. Nessa operação, o enunciado pode, inclusive, sofrer alguma alteração, o que é possível porque os enunciados destacados têm um *status* pragmático especial, isto é, eles decorrem de um regime de enunciação específico, que o autor chama de enunciação aforizante, em oposição à enunciação textualizante. Vejamos as principais diferenças entre essas duas ordens enunciativas:

- a) na enunciação textualizante, há posições correlativas de produção e de recepção, que são especificadas pelas restrições da cena relativa ao gênero a que o texto pertence. Trata-se de papéis pertinentes para a cena verbal, na qual a responsabilidade do dizer é partilhada e negociada. Na enunciação aforizante, em contrapartida, no lugar de posições correlativas, há uma instância que fala a uma espécie de auditório universal (nos termos de Perelman), que não se reduz a um destinatário específico; não há, então, protagonistas colocados no mesmo plano, pois a enunciação, de tipo monologal, centra-se no locutor, apreendido em sua totalidade, isto é, sem ruptura entre a instância discursiva e a instância tomada

fora da enunciação. Nesse caso, é o próprio indivíduo que se exprime, além e aquém de qualquer papel discursivo;

- b) na enunciação textualizante, os pensamentos estão articulados por meio de restrições de jogos de linguagem de diversas ordens (argumentar, narrar, responder, etc.); na aforizante, o enunciado pretende exprimir o pensamento de seu locutor, aquém de qualquer jogo de linguagem. Não se trata, então, de uma argumentação, de uma resposta, de uma narração, mas de uma tese, de uma afirmação soberana;
- c) na enunciação textualizante, há heterogeneidade enunciativa, por exemplo: diferentes figuras do enunciador, diferentes *status* polifônicos (citações), diferentes planos (primeiro plano e segundo plano), diferentes modos enunciativos (embreado e desembreado). Na enunciação aforizante, não há mudança de planos enunciativos.

Além disso, enquanto a enunciação textualizante resiste à apropriação por uma memória (afinal, não é fácil memorizar um texto inteiro), a aforizante pretende ser uma fala sempre disponível, que estaria atualizando o que seria, de fato, “memorável”. Na verdade, trata-se de um efeito de sentido desse tipo de enunciação, que se pretende como parte de um repetição que a sua própria enunciação autoriza. Desse modo, o sujeito enunciador, por meio da aforização, vai além da diversidade das interações imediatas dos gêneros textuais. Esse sujeito enunciador, o aforizador, assume um *ethos* específico, isto é, o *ethos* daquele que está no alto, do indivíduo autorizado que está em contato com uma fonte transcendente. Ele é aquele que enuncia algo que prescinde de negociação, como uma tese, uma verdade. Por isso, a aforização implica um sujeito enunciador que se situa como Sujeito de pleno direito. Assim, nesse tipo de enunciação, o sujeito enunciador, segundo Maingueneau (2010), coincide com o sujeito no sentido jurídico e moral: alguém que se coloca como responsável afirma valores e princípios perante o mundo, dirigindo-se a uma comunidade que está além dos interlocutores empíricos que são seus destinatários.

Com todas essas propriedades, a enunciação aforizante não entra na lógica do texto e do gênero do discurso, mas ela é parte de um texto, já que não existe enunciado fora de texto, isto é, enunciado que não pertença a um certo gênero, que não siga uma rotina, um ritual, etc. Por isso, Maingueneau

(2010) nos esclarece que a aforização é sempre convocada num texto que, por natureza, não é absoluto, embora ela pretenda ser uma fala absoluta, descontextualizada.

Considerando, então, conjuntamente as propriedades desses dois tipos de enunciação, Maingueneau (2010) concluiu:

As enunciações textualizantes e aforizantes não representam as duas possibilidades de uma alternativa, como se os locutores falassem ou por textualização ou por aforização. Toda aforização intervém em uma textualização: é uma encenação construída por outro locutor, um citador. A aforização vem, portanto, minar a capacidade da textualização. Ela faz aparecer a existência de outro regime enunciativo, em que a sujeitos de pleno direito e não somente locutores e enunciadores, a expressão de uma interioridade e não somente uma negociação no interior de uma rede de normas e de interações situadas. E não é o menor dos paradoxos que o texto seja ao mesmo tempo o lugar em que se constitui a aforização e aquilo que ela tem por natureza contestar. Desse ponto de vista, é o texto que fabrica o que o contesta. (p. 23-4)

Conforme já dito, essencialmente, há dois tipos de aforizações: as que são autônomas por natureza, caso em que o destacamento do enunciado é constitutivo (os provérbios e todas as fórmulas sentenciosas que não são dotadas de um contexto situacional nem de cotexto original) e as aforizações que não são sentenciosas. Neste último caso, os fragmentos destacados podem ser resultado da inserção de um fragmento do corpo do texto no paratexto (por exemplo, título, intertítulos, legendas). Há também aforizações integradas no decorrer do texto. Por exemplo, as citações dadas como retomada de um enunciado previamente aforizado, que, segundo Maingueneau (2010), são casos de aforização por natureza, portanto casos de aforização forte. Um caso particular desse tipo de aforização é o das citações da Bíblia, que são indefinidamente retomadas e indexadas por sua referência. Nos outros casos de aforizações integradas no decorrer do texto, Maingueneau (2010) nota que há diversos fatores que intervêm, contribuindo ora para reforçar, ora para enfraquecer ou mesmo bloquear o caráter aforizante de um enunciado. Assim, enquanto o caráter genérico do enunciado favorece a aforização, o significado do verbo introdutor de uma citação em discurso direto, como “relatar”, que implica ligação entre frases e valor factual, pode se opor à aforização.

Feitos esses esclarecimentos, no próximo item, passamos a tratar dos enunciados destacados do/no discurso de autoajuda.

## **Os enunciados destacados no discurso de autoajuda**

Nas obras de autoajuda, é muito comum encontrarmos enunciados destacáveis, dispersos nos textos. Tais enunciados apresentam uma grande independência contextual que lhes possibilita a inserção em outros contextos, isto é, percebemos que eles poderiam ser destacados do contexto original para integrar-se a outros, sem prejuízo de sentido. Aliás, a esse respeito, notamos que, embora isso não seja a regra, em alguns livros, muitos deles estão realmente separados do corpo de texto e destacados por meio de alguma marca tipográfica (aspas, negrito e/ou itálico) que os distingue dos demais enunciados do texto. É desses casos, isto é, dos enunciados ou pares deles que aparecem efetivamente separados com algum destaque tipográfico que vamos tratar aqui. Vejamos alguns exemplos:

- (01) Para quem jamais se olhou no espelho de verdade, escolher uma carreira é como comprar presente para um desconhecido. Não há o menor parâmetro. (SILVA, 2002, p. 99)
- (02) A vida profissional é importante demais, ocupa tempo demais e consome energia demais, para você se dar ao luxo de não ser muito feliz com ela. (SILVA, 2002, p. 49)
- (03) Você só estará apto para trilhar seu caminho de modo autônomo quando estiver pronto para decepcionar seus pais. (SILVA, 2002, p. 107)
- (04) Seu poder e sua capacidade de criar realidade através da sua vontade termina onde o medo começa. (RICARDINO, 1997, p. 27)
- (05) Aquele que ganha uma discussão ganha um adversário. (RIBAS; MOYSES, 1998, p. 154)
- (06) Identificar um problema é o mesmo que fornecer óculos adequados a um míope. (RIBAS; MOYSES, 1998, p. 95)
- (07) Falar o que não interessa ao outro é o mesmo que querer explicar o sabor da carne a um vegetariano. (RIBAS; MOYSES, 1998, p.150)

Muitos desses enunciados que aparecem separados do corpo do texto e com alguma marca tipográfica que os destaca (aspas, negrito, itálico) são passagens bíblicas ou frases de pessoas célebres, como filósofos, políticos, grandes escritores, artistas, líderes religiosos, etc. Vejamos alguns exemplos:

(08) “A habilidade necessária para expressar uma ideia é tão importante quanto a própria idéia.” Aristóteles (RIBAS; MOYSES, 1998, p. 17)

(09) “Nossa maior glória não está em nunca cair, e sim em nos levantar toda vez que caímos.” Confúcio. (RIBAS; MOYSES, 1998, p. 81)

Quanto a isso, vale a pena comentarmos o caso da obra *Lições para uma vida despreocupada e feliz* (LEIVA, 1997). Trata-se de uma coletânea de provérbios, de ditados, de frases feitas e de outras ditas por personalidades célebres. O curioso dessa obra é que, se subtrairmos as citações, então a obra de 262 páginas fica reduzida às poucas linhas da apresentação. Mais exatamente, temos nessa obra 1000 aforizações, que aparecem numeradas e seguidas pela indicação da autoria,<sup>2</sup> quando é o caso. Vejamos alguns exemplos:

(10) As injustiças lanceiam não só as vítimas, mas também quem as faz. (CAMILO CASTELO BRANCO, apud LEIVA, 1997, p. 74).

(11) Por mais longa que seja a jornada, ela sempre começa pelo primeiro passo. (LAO-TSÉ, apud LEIVA, 1997, p. 149)

(12) Quem não vive de alguma forma para os outros, não vive grande coisa para si mesmo. (MONTAIGNE, apud LEIVA, 1997, p. 186)

Em *O sucesso está em suas mãos* (RIBEIRO, 1992), obra que consideramos representativa do discurso de autoajuda, notamos que há um conjunto bastante rico de enunciados destacados, presentes no próprio texto, que depois foram destacados, com ou sem algum tipo de alteração, e inseridos numa outra. Esses enunciados apresentam as seguintes propriedades em comum:

<sup>2</sup> Na obra em questão, essa indicação é feita na linha seguinte, alinhada à direita, em corpo de letra reduzido.

a) são enunciados impessoais. Nos enunciados nos quais consta um pronome pessoal, *você*, o pronome pode ser entendido com um caso de pessoa subvertida, nos termos de Fiorin (1996), isto é, trata-se de um exemplo de neutralização de uma oposição no interior da categoria de pessoa que resulta no emprego de uma pessoa (no caso, a 2<sup>a</sup>), com o valor de outra (no caso, a 3<sup>a</sup> indeterminada). Ou seja, é um “você” que tem por função “pessoalizar enunciados impessoais [...]” (FIORIN, 1996, p. 90). Desse modo, os eventuais pronomes presentes nesses enunciados são termos metalinguísticos, isto é, referencialmente vazios, ou, ainda, são pronomes de percurso que, em vez de permitir a identificação de um único objeto, levam o interlocutor a percorrer todos os indivíduos a que ele possa se referir.

b) dada a sua impessoalidade, podem passar da expressão pessoal à impessoal e vice-versa. Vejamos alguns exemplos:

(13) Você não pode obter bastante naquilo que você não quer. (RIBEIRO, 1992, p. 79) (expressão impessoal: “Não se pode obter bastante naquilo que não se quer”; ou “Não se consegue obter bastante naquilo que não se quer”)

(14) Quem assume para si uma meta que não é sua, está comprando sua própria infelicidade. (RIBEIRO, 1992, p. 83) (expressão pessoal: “Quando você assume para si uma meta que não é sua, está comprando sua própria infelicidade”; ou “Se você assumir para si uma meta que não é sua, estará comprando sua própria infelicidade”)

c) não apresentam dêiticos espaciais nem temporais, nem mesmo os referencialmente vazios; além disso, não apresentam ainda nenhuma expressão referencial definida. Os sintagmas nominais desses enunciados dizem respeito a classes ou a indivíduos que as representam, e não a um único referente específico ligado à situação de enunciação.

Por essas propriedades, entendemos que se trata de enunciados genéricos que, assim como todos os enunciados desse tipo, levam o interlocutor a uma inferência que contenha um universal (como *sempre*, *jamais*, *todo*, *tudo*, *nenhum*, *ninguém*, etc.). Assim, nesses enunciados, a ausência de valor referencial específico

para os seres mencionados é fundamental, pois nunca se trata de especificidade, mas de universalidade. Isso também é válido para os enunciados destacados metafóricos, cujas expressões, ao constituírem uma metáfora, perdem seu sentido próprio e específico, levando à inferência de uma verdade universal, expressa no presente genérico. Por exemplo, um enunciado metafórico como

(15) Se o único instrumento que você tem é um martelo, todo problema você pensa que é prego. (RIBEIRO, 1992, p. 89)

leva a uma inferência do tipo “se você está pensando como sempre pensou, nunca vai conseguir resolver seus problemas”.

Todos esses enunciados destacados, inclusive os metafóricos, podem se reduzir a uma injunção, a uma interpretação imperativa, mesmo que os seus verbos estejam no presente do indicativo precedido de um SN na terceira pessoa. Vejamos alguns exemplos:

(16) O segredo da vida não é fazer o que você gosta. É gostar do que você faz. (RIBEIRO, 1992, p. 101).

(17) A vida que você leva foi criada por você. (RIBEIRO, 1992, p.117)

Parafraseando esses enunciados por uma injunção, teríamos, respectivamente:

(16)' Aprenda a gostar do que você faz (para ser feliz, para se dar bem na vida, etc.).

(17)' Assuma a responsabilidade de sua vida (ou) Tome o controle de sua vida.

No caso do enunciado metafórico que apresentamos anteriormente (exemplo 15), teríamos a seguinte injunção: “mude seu modo de pensar”, “abandone velhas crenças”, “adote posturas diferentes”, ou ainda, para utilizar termos empregados por Ribeiro, “mude de paradigma”.

O valor injuntivo desses enunciados é observado também por Maingueneau (2010). De fato, o autor nota que a descontextualização das aforizações é acompanhada por uma opacificação de seu sentido, que exige um trabalho

interpretativo, no qual dizendo X, o locutor implica Y, onde Y pode ser justamente um enunciado genérico de valor deôntico (MAINGUENEAU, 2010, p. 15). Daí o *ethos* solene a que o autor havia se referido, *ethos* próprio ao indivíduo autorizado, que está em contato com uma fonte transcendente. O conteúdo do enunciado deve ser entendido, portanto, como uma verdade, que prescinde de negociação. Para exemplificar o valor deôntico desse tipo de enunciado, Maingueneau (2010) cita o caso de uma aforização apresentada pela revista *Veja* numa seção de enunciados destacados e atribuída à cantora Preta Gil: “Eu me acho linda” (*Veja*, 3 de setembro de 2003, apud MAINGUENEAU, 2010, p. 15). Segundo o autor, esse enunciado, apesar de ser um enunciado aparentemente trivial, como toda aforização, tem um sentido que vai além de seu sentido imediato e que pode ser entendido como um enunciado genérico com valor deôntico do tipo: “Não se deve ter vergonha de ser gordo”, “Deve-se ter orgulho de ser negro”, “A gente deve se amar”, “Ninguém deve esconder o corpo”, etc.

Desse modo, qualquer um dos exemplos citados, aforizações do discurso de autoajuda, inclusive as citações relativas a personalidades célebres, pode ser convertido num enunciado genérico com valor deôntico. Assim, por exemplo, enunciados como “Passei mais da metade da minha vida preocupando-me com coisa que jamais iriam me acontecer” (W. CHURCHILL, apud LEIVA, 1997, p. 78) e “Quem compra o supérfluo, acaba vendendo o necessário” (BENJAMIN FRANKLIN, apud LEIVA, 1997, p. 109) equivalem, respectivamente, a enunciados do tipo: “Não seja excessivamente preocupado/Preocupe-se somente com o que é realmente importante”, e “Dedique-se somente ao que for necessário na sua vida/Não se dedique ao que não for necessário na sua vida”, respectivamente.

Para compreendermos melhor a presença desses enunciados com valor deôntico no discurso de autoajuda, chamamos a atenção para alguns aspectos desse discurso.

Primeiramente, vale lembrarmos que as publicações de autoajuda são obras que prometem ensinar fórmulas infalíveis para a realização bem sucedida de uma série de tarefas, tais como: ter sucesso profissional e financeiro, conquistar autoconfiança, o parceiro ideal ou um emprego melhor, curar doenças crônicas, resolver problemas de personalidade, etc.

Além disso, o discurso de autoajuda pode ser tomado muito mais como um conjunto de orientações, de direcionamentos do que como um convite à reflexão, pois, ao em vez de discutir as causas dos problemas e dos sofrimentos

de seus possíveis interlocutores, *oferece receitas de soluções* e, com elas, promete a metamorfose de um indivíduo fraco e inseguro em alguém todo poderoso, capaz de resolver todos os seus problemas independentemente do contexto em que está inserido. Desse modo, nos termos de uma semântica global (cf. MAINGUENEAU, 2005), esse discurso pode ser caracterizado pelo traço da /objetividade/, pois apresenta, ao lado de um conjunto relativamente pequeno de teses (que se repetem constantemente por meio de paráfrases), um conjunto de enunciados que orientam o interlocutor em seu caminho rumo ao sucesso. Isso explica a grande quantidade de enunciados imperativos que há nos textos de autoajuda. Espécie de manual de sobrevivência para o homem pós-moderno, o discurso de autoajuda dispensa as discussões de suas teses ao apresentá-las, como verdades inquestionáveis, e, no lugar da reflexão acerca do que propõe, oferece ao seu interlocutor “verdadeiras receitas contra a angústia, o medo, a incerteza, a falta de confiança própria e outros obstáculos que, somados, resultam no ‘atraso de vida’ ” (PRADO, 1991, contracapa).

A esse respeito, vale notar que os imperativos constituem até títulos ou subtítulos das obras de autoajuda (isto é, de seus capítulos ou de seções), conforme atestam os exemplos:

(18) Crie coragem e encoste esse homem na parede! (ABRAÃO, 2009, p. 127)

(19) Dê um passo além do medo. (RICARDINO, 1997, p. 79)

(20) Sonhe e corra atrás do seu sonho. (SILVA, 2002, p. 81)

(21) Reinvente seus pais. (SILVA, 2002, p. 129)

Orientando seus interlocutores, o sujeito enunciadador do discurso de autoajuda assume um lugar de saber, ou seja, ele se coloca num lugar de enunciação que implica ter um conhecimento especial ou específico para ser transmitido. Enunciar a partir desse lugar é, então, apresentar-se como tendo esse saber e, realizando esse ato, simular que é legítimo fazê-lo.<sup>3</sup> Esse saber do sujeito enunciadador do discurso de autoajuda, além de particularizar-lhe a enunciação, desempenha um papel bastante importante na constituição desse

<sup>3</sup> Parafraseamos aqui o seguinte enunciado de Maingueneau (1989) a respeito do uso das aspas: “Colocar entre aspas não significa dizer explicitamente que certos termos são mantidos à distância, é mantê-los à distância e, realizando este ato, simular que é legítimo fazê-lo” (MAINGUENEAU, 1989, p. 90).

discurso, pois reveste o sujeito enunciador da autoridade necessária para que possa dar ordens a seus enunciatários, o que faz especialmente por meio de afirmações deonticamente modalizadas, definindo o que seus enunciatários devem e o que não devem fazer.

Considerando esses aspectos do discurso de autoajuda, podemos dizer que os enunciados destacados auxiliam o sujeito enunciador no seu trabalho de orientação de seus interlocutores, pois lhe permite dar uma ordem, como se estivesse enunciando uma verdade, o que reforça o poder persuasivo do discurso. Além disso, parece-nos que essas aforizações também atenuam o caráter autoritário do sujeito enunciador desse discurso, mais evidente nas ordens explícitas, isto é, nos enunciados deonticamente modalizados. Afinal, como se sabe, os enunciados deonticamente modalizados funcionam sempre como instrumentos à disposição do enunciador para impor vontades sobre o enunciatário, regulando seu comportamento por meio de ordens e proibições, qualquer que seja o subtipo de dever veiculado (obrigação, permissão ou necessidade). Assim, os enunciados imperativos são impositivos e o seu emprego reforça a autoridade do sujeito enunciador. Por outro lado, com os enunciados destacados em questão, a situação é diferente, já que seu valor deôntico não é explícito, mas deve ser inferido; parece-nos, então, que esses enunciados se prestam a atenuar o caráter autoritário do sujeito enunciador do discurso de autoajuda, mas sem comprometer o poder persuasivo do discurso, ou a sua capacidade de desencadear a crença, dado o *ethos* próprio das aforizações. Segundo Maingueneau (2010), aparentemente, com esse tipo de enunciado o sujeito não se dirige ao interlocutor, mas a um auditório universal. Ou seja, o sujeito enunciador do discurso de autoajuda, na qualidade de aforizador, assume o *ethos* daquele que está no alto, do indivíduo autorizado, em contato com uma fonte transcendente, que, portanto, não pode ser contestada, como poderiam ser contestados os enunciados deonticamente modalizados. Assim, proferindo ordens como se fossem verdades, ou seja, como conteúdos não negociáveis, o sujeito enunciador do discurso de autoajuda reforça o poder persuasivo desse discurso e também lhe imprime um tom mais didático e menos autoritário, até porque cabe ao destinatário descobrir o valor deôntico desses enunciados. A esse respeito, Maingueneau afirma que a aforização faz ouvir uma reserva de sentido na própria exibição de uma enunciação, tornando enigmático um enunciado que apela para a interpretação. Ou seja, para além das interações, para além das argumentações, com os destaques aforizantes, o discurso de autoajuda tem sua credibilidade reforçada de um modo especial,

que não pode ser contestado, já que a enunciação aforizante suspende, por assim dizer, a reciprocidade própria ao intercâmbio linguístico. Do ponto de vista da argumentação, podemos dizer que tais enunciados reforçam o poder persuasivo do discurso de autoajuda, porque, como enunciados que ativam o jogo do “dizer e não dizer”, simulam que o discurso de autoajuda está apoiado numa verdade incontestável.

BRUNELLI, Anna Flora. Aphorisation in the self-help discourse. **Revista do GEL**, São Paulo, v. 8, n. 1, p. 125-137, 2011.

**ABSTRACT:** *In this paper, based on Maingueneau's (2006, 2010) thoughts on aphorisation and on the differences between aphorising and textual enunciation, we analyze some detached utterances from the self-help discourse, by highlighting some of their meaning effects and their role in such discourse. The analysis shows that the aphorising detachments support the self-help discourse enunciator in the process of guiding the interlocutors. Such aphorizing detachments allow the enunciator to give order as if he or she were enunciating the truth, which attenuates the enunciator's authoritative character, who is supposed to give order explicitly. Moreover, such utterances activate the play between “to say and not to say,” by simulating that the self-help discourse is based on an undeniable truth, which reinforces its persuasive power.*

**KEYWORDS:** *Aphorisation. Detached Utterances. Discourse. Self-Help.*

## Referências

- ABRAÃO, S. **Abaixo a mulher capacho!** Barueri: Manole, 2009.
- FIORIN, J. L. **As astúcias da enunciação.** São Paulo: Ática, 1996.
- LEIVA, A. B. **Lições para uma vida despreocupada e feliz.** Brasília: Caligráfica, 1997.
- MAINGUENEAU, D. **Novas tendências em Análise do Discurso.** Tradução de Freda Indursky. Campinas: Fontes/Editora da UNICAMP, 1989.
- \_\_\_\_\_. **Gênese dos discursos.** Tradução de Sírio Possenti. Curitiba: Criar Edições, 2005.
- \_\_\_\_\_. **Cenas de enunciação.** Tradução de Maria Cecília Pérez de Souza-e-Silva [et al.]. Curitiba: Criar Edições, 2006.

\_\_\_\_\_. **Doze conceitos em análise do discurso**. Tradução de Adail Sobral [et al.]. São Paulo: Parábola, 2010.

PRADO, L. **Alegria e triunfo**. São Paulo: Pensamento, 1991.

RIBAS, A. B.; MOYSES, C. **Pense, fale, exista**. São Paulo: AutoData, 1998.

RIBEIRO, L. **O sucesso não ocorre por acaso**. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1992.

RICARDINO, L. **Parabéns pela decisão de ser feliz: a busca do ser**. São Paulo: STS, 1997.

SILVA, A. **E agora, o que é que eu faço?! 2. ed.** São Paulo: Alegro, 2002.

# O OUTRO CORPO DO(EU): A DISCURSIVIDADE NA CARNE

Sandro BRAGA<sup>1</sup>

**RESUMO:** Proponho observar, via discurso, o corpo como suporte de mudança histórica do sujeito. Mais especificamente, como a crise do sujeito moderno está implicada nas formas e possibilidades pelas quais o travesti vive seu desejo, transgredindo no corpo a determinação genético-sexual, que pretendo discutir como um fenômeno de metamorfose do corpo e da alma. Nesse fenômeno interessa-me buscar elementos que possibilitem elucidar o regime de inversão simbólica, no qual indivíduos masculinos se vestem e agem de acordo com os padrões do sexo oposto. Pretendo pontuar que, para além da mudança de trajes e ornamentos, o processo subjetivo do travesti implica a mutação do corpo aliada a uma complexa variação da linguagem de referência a si.

**PALAVRAS-CHAVE:** Corpo. Travesti. Subjetividade.

## Introdução

As inflexões do corpo têm ocupado um lugar novo de reflexão nas ciências da linguagem, sobretudo quando se pensa o corpo como suporte de mudança histórica do sujeito. O que segue, neste texto, é uma analogia às questões do corpo e de como o sujeito moderno se molda e se remodela tanto quanto for seu desejo de atualização.

Mais especificamente, tomo a subjetividade do travesti para mostrar, via discurso, como a crise do sujeito moderno está implicada nas formas e possibilidades pelas quais o travesti vive seu desejo, transgredindo no corpo a determinação genético-sexual, que discuto aqui como um fenômeno de metamorfose do corpo e da alma. Neste fenômeno interessa-me apontar elementos que possibilitem elucidar o regime de inversão simbólica, no qual indivíduos

---

<sup>1</sup> Professor do Programa de Pós-Graduação em Ciências de Linguagem, Universidade do Sul de Santa Catarina, UNISUL, Tubarão, SC, Brasil. E-mail: san15@ig.com.br

masculinos se vestem e agem de acordo com os padrões do sexo oposto. Percebe-se que, para além da mudança de traje e ornamentos, o processo subjetivo do travesti implica a mutação do corpo aliada a uma complexa variação da linguagem de referência a si.

Numa perspectiva teórica, parto dos pressupostos formulados por Michel Foucault (1972, 1977, 1982, 1988), para a análise daquilo que, em princípio, consideramos como o real, ou seja, o previamente dado, seguindo as relações binárias: corpo x alma – gênero x sexo, que parecem, à primeira vista, indissociáveis. Afinal, que corpo é esse atravessado por um sexo e anexado a uma alma? Ou pode-se perguntar: que sexo é esse cuja forma é definida biologicamente e, como consequência dessa definição, determina certas características aos indivíduos? Ou ainda: que alma é essa também determinada pelo sexo e responsabilizada pelo ser? Corpo, superfície discursiva, no qual se instalam práticas e disciplinas? Sexo, determinação natural do indivíduo ou mero detalhe anatômico? Alma, determinada em função do sexo ou uma construção a partir dele? Gênero, uma invenção?

## A noção de corpo em Foucault

Proponho um trabalho analítico que tangencie as questões referentes à constituição do corpo, da alma, do sexo e do gênero, observando a contraposição de forças antagônicas na formação de uma identidade e/ou subjetividade de um grupo de indivíduos denominados travestis, tendo como contexto dessa emergência (subjetiva) o contemporâneo – este momento em que uma profusão de novos saberes é construída na mesma velocidade em que os saberes se tornam obsoletos.

No primeiro capítulo de *Vigiar e punir* (“O corpo dos condenados”) (FOUCAULT, 1977), observa-se como, historicamente, o corpo foi/é alvo de poder e saber. Foucault abre a seção com uma citação do suplício de Damiens, este acusado e condenado por tentativa de assassinato ao Rei.<sup>2</sup>

[Damiens fora condenado, a 2 de março de 1757], a pedir perdão publicamente diante da porta principal da Igreja de Paris [aonde devia ser] levado e acompanhado numa carroça, nu, de camisola, carregando uma tocha de cera de duas libras; [em seguida], na dita carroça, na praça de Grève, e sobre um patíbulo que aí será erguido,

<sup>2</sup> Damiens fora condenado pelo crime de lesa majestade; a concepção de parricídio dá-se porque o Rei era considerado “o Pai da Nação”.

atenazado, nos mamilos, braços, coxas e barrigas das pernas, sua mão direita segurando a faca com que cometeu o dito parricídio, queimada com fogo de enxofre, e às partes em que será atenazado se aplicarão chumbo derretido, óleo fervente, piche em fogo, cera e enxofre derretidos conjuntamente, e a seguir seu corpo será puxado e desmembrado por quatro cavalos e seus membros e corpo consumidos ao fogo, reduzidos a cinzas, e suas cinzas lançadas ao vento. (Pièces originales et procédures du procès fait à Robert-François Damiens, 1757, t. III p. 372-374 apud FOUCAULT, 1977, p. 11).

Foucault vai mostrar como, num certo período da história, o suplício, sob a forma de castigo, mantém relação direta com a dominação/poder do corpo. O suplício é posto em cena pública, é espetacularizado. Seus executores, e até mesmo a plateia, constituem-se como protagonistas de um outro crime (nesse caso, um assassinato real e não uma intenção de matar) sem, no entanto, sofrer qualquer penalidade. O autor compara esse fato com os acontecimentos de outra época, quando surge o regulamento redigido por Léon Faucher para a “Casa dos Jovens Detentos” (1838), no qual se descreve o horário da rotina carcerária, desde a hora de levantar, orar, lavar-se, trabalhar, comer, estudar e dormir.

Nesse segundo momento, o corpo não é mais tangenciado por forças físicas, mas controlado por elas. “O desaparecimento dos suplícios é pois o espetáculo que se elimina; mas é também o domínio sobre o corpo que se extingue” (FOUCAULT, 1977, p. 15). Trata-se de não tocar mais o corpo, ou o mínimo possível. A finalidade é atingir nele algo que não é da ordem do corpo propriamente dito. As condenações à prisão, aos trabalhos forçados, são penas físicas, referem-se diretamente ao corpo, mas a relação castigo-corpo não é idêntica àquela dos suplícios.

O corpo entra aí em posição de instrumento ou de intermediário: qualquer intervenção sobre ele pelo enclausuramento, pelo trabalho obrigatório visa privar o indivíduo de sua liberdade considerada ao mesmo tempo como um direito e como um bem. Segundo essa penalidade, o corpo é colocado num sistema de coação e de privação, de obrigações e de interdições. (FOUCAULT, 1977, p. 16)

Foucault questiona: se não é mais o corpo que se dirige à punição, em suas formas mais duras, sobre o que, então, se exerce? Ele diz que as respostas dos teóricos (por volta de 1760) ainda não fecharam a questão. E é nesse ponto que pretendo deter-me. “Pois não mais o corpo, é a alma” (1977, p. 20).

Em vez de atuar sobre o corpo, o castigo é aplicado, profundamente, sobre o coração, o intelecto, a vontade, as disposições. “Que o castigo, se assim posso exprimir, fira mais a alma do que o corpo” (G. de MABLY, 1789 apud FOUCAULT, 1977, p. 21).

Segue, no capítulo, uma crítica ao sistema jurídico, ou seja, nos termos foucaultianos, “ao aparato da justiça punitiva” que se aterá à nova “realidade incorpórea”. Passa-se a julgar, também, as paixões, os instintos, as anomalias, as enfermidades, as inaptações, os efeitos do meio ambiente ou a hereditariedade. A partir desse momento tem-se a diluição da responsabilidade do julgamento. Para isso, passa a ser requisitada uma série de elementos e personagens extrajurídicos. A nova cena constitui-se de peritos legalmente autorizados pelo discurso científico: psiquiatras, psicólogos e educadores. Nesse momento tem-se a inclusão da loucura no processo jurídico: “a possibilidade de invocar a loucura excluía, pois, a qualificação de um ato como crime” (FOUCAULT, 1977, p. 23).

Sem deixar de lado focos temáticos desenvolvidos por Foucault, quero destacar, particularmente, meu interesse em três pontos.

O primeiro coincide com o de Foucault: “O objetivo deste livro: uma história correlativa da alma moderna [...]” (1977, p. 21). Pretendo analisar a existência e/ou o surgimento da alma no processo de subjetivação. Especificando ainda mais, como o indivíduo torna-se sujeito a partir das suas práticas sexuais? Relaciono, aqui, o termo ‘sujeito’ estabelecendo uma relação entre subjetivação e alma, e, assim, um elo com a proposta a ser desenvolvida, que trata da subjetivação do travesti.

Em segundo lugar – e talvez esse devesse ser o primeiro elemento a ser citado –, pretendo destacar o suplício do corpo (do travesti) não no momento da espetacularização, mas no instante em que age sobre o corpo para trazê-lo à cena do espetáculo. Refiro-me ao processo artesanal e/ou tecnológico de fabricação/produção do corpo. No entanto, há uma diferença em relação à análise foucaultiana, que creio ser necessário explicitar. Para Foucault, o suplício é a forma direta do castigo, ao qual o sentenciado é submetido. Ele vai chamar a atenção para a relação de saber e poder sobre o corpo. No caso do travesti, também, temos o corpo em posição de instrumento ou de intermediário, no entanto, qualquer intervenção sobre o corpo, atuando em sua metamorfose, seja pela cirurgia com implante de silicone ou pela ingestão de hormônios, visa já a buscar uma forma, também, de construção da alma.

Foucault aponta que a questão do suplício está relacionada apenas ao corpo. E a alma só entra quando mudadas as formas de penalidade. Em vez de atuar direto no corpo sentenciado, incidirá sobre a suspensão dos seus direitos. Ou seja, o castigo aplicado à alma.

Para o travesti não se trata de castigo, e talvez o suplício seja já uma metáfora aplicada ao sofrimento<sup>3</sup> da transformação do corpo. O que importa ressaltar é a forma desse corpo, que já vai sendo moldada por uma alma. A relação com o corpo e o incorpóreo está presente desde o início.

Por fim, o terceiro ponto que pretendo acrescentar à análise proposta por Foucault refere-se à relação que se mantém entre o saber e o poder/dominação do corpo. No travesti, o que se observa é que a intervenção não vem de fora para o corpo, e sim, dele mesmo e para ele mesmo – uma relação de si para si. Isso implica dizer que, ao invés de privar o indivíduo de sua liberdade, permite a ele tal liberdade de mudança/transformação. Acreditando nessa perspectiva analítica, proponho que à relação de saber e poder acrescente-se agora o prazer.

Seguindo a fórmula foucaultiana, busco analisar a metamorfose e os métodos de transformação a partir de uma tecnologia política do corpo, em que se poderia ler uma história das relações de poder e saber incidindo diretamente na relação de prazer. De maneira que, pela análise, poder-se-á observar a sutileza de pequenas (ou grandes) mudanças corpóreas como técnica de prazer. E, assim, compreender ao mesmo tempo como o sujeito – a alma e o corpo – estabelece uma relação de metonímia: ao falar de uma coisa, está falando da outra, visto que estão imbricadas. Devo falar, também, que Foucault refere-se à alma do

---

<sup>3</sup> Sofrimento, nesse sentido, refere-se à dor física, como pode ser observado no relato de Juliana (travesti): “[...] Eu conheci uma travesti em Santa Catarina, em Balneário Camboriú, quando trabalhei lá, que era uma deusa, ela tinha silicone na testa, nas maçãs do rosto, no peito, acho que talvez na saboneteira também, no quadril, nas pernas, no tornozelo... Ela tinha silicone em todas as partes. Por dentro das pernas. Então as bichas botam em tudo, no joelho, e, se vai. Diz que a parte mais dolorida é quando tu bota aqui dentro das pernas. São umas cem, não sei quantas agulhadas, quase umas cem que tem que ficar botando de pouquinho em pouquinho, massageando aquilo [...] Já ouvi histórias de travesti botar silicone num lado, ficar com um quadril, não aguentar a dor e não querer botar no outro. Teve que amarrar ela à força pra botar no outro. Não sei tem gente que exagera um pouco [...] elas botam o silicone medicinal, porque o industrial corrói a pele. Como tem o caso de uma travesti [...] que o silicone corroeu. Ela tem buracos, já mostrou até na Zero Hora [...] Uma criatura fez a perna, bem nessa parte do quadril, ela tem um buraco. Eles botaram silicone industrial, e o silicone começou a corroer a pele. Disseram que ela bota bife. Ela compra carne no açougue e bota pro silicone corroer aquilo” (FLORENTINO, 1998, p. 89-91).

criminoso. E o processo jurídico procura revelar essa alma secreta, a fim de aplicar-lhe a pena ou não. Minha proposta, no caso do travesti, é de que se tem aí uma alma que não está para ser julgada nem, tampouco, que julga, contrariando inclusive o senso comum de que haveria uma alma feminina em um corpo masculino – de uma alma que julga o corpo e quer transformá-lo. Pode-se dizer, sim, que há um embate, uma luta constante entre corpo e alma, em jogo, no processo de fabricação de um corpo feminino, mas é importante deixar claro que essa alma também não está pronta, ela também faz parte do processo, ou seja, ela também é construção. No entanto parece perceptível um desdobramento do corpo à alma. É o corpo flexionando-se à alma. O corpo produtivo produzindo outro corpo. Uma produção que pode ser calculada, tecnicamente pensada,

[...] quer dizer pode haver um <<saber>> do corpo que não é exatamente a ciência de seu funcionamento, e um controle de suas forças que é mais que a capacidade de vencê-las: esse saber e esse controle constituem o que se poderia chamar a tecnologia política do corpo. (FOUCAULT, 1977, p. 28)

Quando se fala em corpo político trata-se de um conjunto de elementos materiais e das técnicas de vias de comunicação, de sedução e de pontos de apoio para as relações de poder e de saber que investem o corpo humano, submetendo-o e fazendo dele objeto de prazer.

Parafraseando Foucault, diria que o desdobramento do corpo em corpo (ou em outro corpo) suscitou-o em outro deslocamento, o de um incorpóreo, de uma “alma”. Não se deveria dizer que a alma é uma ilusão, ou um efeito ideológico, mas afirmar que ela existe, que tem uma realidade, que é produzida, permanentemente, em torno da superfície interior do corpo pelo funcionamento de um poder que se exerce. A realidade histórica dessa alma, diferentemente da alma representada pela teologia cristã, não nasce faltosa e merecedora de castigo. O corpo, sim, poderá ser adequado/moldado a

[...] esta alma real e incorpórea (que) não é absolutamente substância, é o elemento onde se articulam os efeitos de um certo tipo de poder e a referência de um saber possível, e o saber reconduz e reforça os efeitos do poder [...] A alma, efeito e instrumento de uma anatomia política; a alma, prisão do corpo. (FOUCAULT, 1977, p. 30-31)

A partir da ideia de alma formulada por Foucault, proponho a seguir uma ligação com a formulação de espírito nos termos derridianos.

Derrida (1994), em *Os espectros de Marx*, fala do corpo e do espírito, diferentemente da relação corpo e alma. Ao ressaltar o espírito, Derrida quer mostrar o que sobra do corpo e ultrapassa sua morte: o fantasma. Dito de outro modo, é o que sempre pode aparecer e assombrar.

Desde que se deixa de distinguir o espírito do espectro, ele toma corpo, encarna-se, como espírito, no espectro. [...] o espectro é uma incorporação paradoxal, o devir-corpo, uma certa forma fenomenal e carnal do espírito. Ele torna-se, de preferência, alguma “coisa” difícil de ser nomeada: nem alma nem corpo, e uma e outra. Pois a carne e a fenomenalidade, eis o que confere ao espírito sua aparição espectral, mas desaparece apenas na aparição, na vinda mesma da aparição ou no retorno do espectro. Há desaparecido na aparição como reaparição do desaparecido. (DERRIDA, 1994, p. 21)

Tomo a citação para fazer ver uma diferença relativamente à proposta anteriormente apresentada, que tratava da existência de um corpo em paralelo à de uma alma. Em Derrida, tem-se a dicotomia corpo e fantasma, e dela, também, vou apropriar-me para discutir a questão de meu objeto.

Nessa concepção, o espectro é aquilo que assombra, mas que, como em *Hamlet*, é esperado. E a revelação acontece na enunciação do espírito. Quero destacar que essa dicotomia, diferentemente da anterior, consiste na sobre-existência de uma ou outra forma, ou seja, ou espectro, ou corpo. Enquanto que corpo e alma moldam-se concomitantemente, agora o corpo cede lugar ao espectro. Para um aparecer, o outro deve desaparecer. Esse quadro teórico derridiano será útil quando tratada uma das questões centrais deste estudo: a relação do travesti com a sociedade moderna. Particularmente, suas práticas sexuais, pois é a partir delas que se tem a sua subjetivação. A relação do travesti com o (outro) homem é um jogo permanente, em que uma “coisa” tem de ser e deixar de ser sucessivamente. É como uma brincadeira de “esconde-esconde” ou um “faz de conta que”.

Esta Coisa não é uma coisa, essa Coisa invisível entre seus aparecimentos, não a veremos mais em carne e osso quando ela reaparecer. Esta Coisa olha para nós, no entanto, e vê-nos não vê-la mesmo quando ela está aí. Uma dissimetria espectral interrompe aqui toda especularidade. Ela dessincroniza, faz-nos voltar à anacronia. A isto chamaremos efeito de viseira: não vemos quem nos olha. (DERRIDA, 1994, p. 22)

Na relação do homem<sup>4</sup> com o travesti há sempre uma enunciação de gênero presente, uma enunciação do masculino (o homem) e do feminino (a mulher). No entanto, a mulher é somente forma enunciativa, que é convocada à cena para torná-la possível. Podemos fazer, aqui, uma analogia com a “Mulher Invisível”. A relação só é possível pela contradição. O presente é um ausente, e o ausente está presente. O falo (do travesti) está presente (e deverá estar). Mas, sincronicamente, torna-se ausente e volta a ser presença, porém uma presença recalçada, “ainda que seja do espírito no sentido de fantasma em geral, é uma fenomenalidade sobrenatural e paradoxal, a visibilidade furtiva e inapreensível do invisível ou uma invisibilidade de um X visível” (DERRIDA, 1994, p. 22). Derrida questiona o que vem a ser um fantasma. E, também, o que vem a ser a efetividade ou a presença de um espectro, ou seja, do que parece continuar sendo tão inefetivo, virtual e inconsistente como um simulacro. Eu diria, então, que o espírito é o que existe em potência e o fantasma é a aparição.

Dessa maneira, posso falar no termo “travesti” sob duas formas linguísticas: Como “metáfora da mulher”: nesse momento, penso em metáfora como sendo a atribuição de sentido ao que não é (em princípio). E “polissemia do homem”, como sendo a possibilidade de ser outras coisas, ou seja, outras possibilidades de masculinidade. Assim, a relação da subjetividade travesti com a modernidade não é um “tanto faz”. A modernidade é o espaço da possibilidade de escolha; escolha com a responsabilidade sobre o que se ganha e o que se perde.

## **A identificação a partir do corpo**

Qual seria a relação entre corpo e identidade? O corpo aponta para uma identificação do sujeito? Ou ainda, o sujeito identifica-se a partir de uma estrutura corpórea recebida no momento de seu nascimento? Estou pensando essas questões dentro de um quadro de identificação em que se tem culturalmente uma gama de padrões atribuídos ao corpo masculino e uma outra ao corpo feminino, a partir dos quais os seres humanos podem incluir-se e seguir o trajeto de suas vidas.

Disso, proponho outra questão: a metamorfose pela qual passa o corpo do travesti seria uma incessante busca por uma identidade? Não apenas uma identidade outra, mas uma identidade verdadeira? Existiria uma identidade verdadeira?

---

<sup>4</sup> Em tempo: não é a relação única possível, é somente a título de podermos iniciar a discussão.

Segundo Hall (1997), as velhas identidades, que por tanto tempo estabilizaram o mundo social, estão em declínio, fazendo surgir novas identidades e fragmentando o indivíduo moderno, até então visto como um sujeito unificado. Desse modo, o que se nomeia como “crise de identidade” é visto como parte de um processo mais amplo de mudança, que está deslocando as estruturas e processos centrais das sociedades modernas e abalando os quadros de referência que sustentavam os indivíduos num lugar fixo no mundo social.

Neste artigo busco explorar algumas das questões sobre a identidade cultural e, sobretudo, sexual, na modernidade, e avaliar se existe uma crise de identidade sexual, em que consiste essa crise e em que direção ela está indo.

Partirei das confusões que se estabelecem ao se relacionar os conceitos de identidade sexual, de gênero e de sujeito.

Hall (1997) defende que as transformações culturais estão também mudando nossas identidades pessoais, abalando a ideia que temos de nós próprios como sujeitos integrados. Essa perda de um “sujeito per si” ele chama de deslocamento ou descentração do sujeito moderno. No caso do travesti, prefiro sustentar a ideia de que esse descentramento ou esse “des-sujeitamento” se dá justamente pela procura do seu “outro”<sup>5</sup> eu.

Em minha pesquisa, analisarei como essa busca por uma verdadeira identidade pode acarretar um deslocamento não apenas de si mesmo, como também um deslocamento do seu lugar no mundo social e cultural. A partir das primeiras intervenções no corpo (aplicação de hormônios e/ou silicones), o travesti passa a se reconhecer como algo diferente do trânsito coletivo, permitindo-se circular apenas em determinados territórios e horários. É comum nos depoimentos de travestis o martírio que é, para eles, a ida ao supermercado, padaria, enfim, qualquer dessas rotinas da vida cotidiana, principalmente as que precisam ser executadas durante o dia.

É nesse sentido que falo em “crise de identidade sexual” com referência à crise como aquilo que parece conflituoso, fora de um lugar fixo, coerente e estável. Deslocado por cada experiência. Durante a noite, no *trottoir*, ele (o

---

<sup>5</sup> Burgarelli (2003) explica os conceitos de Outro/outro a partir de Lacan, seminário XI (1964/1973), em que este afirma que o sujeito somente se realiza no *Outro*, isto é, por seu assujeitamento ao campo do *Outro*; no entanto ele dá ênfase, nesse momento, ao *Outro real*, que pode ser entendido como o Outro, ao mesmo tempo em sua dimensão de pequeno outro e de grande Outro. (BURGARELLI, 2003, p.104). E acrescenta-se: mas que nunca está lá como real.

travesti) opera naquilo que desejou como projeto de identificação, na feminilidade; durante o dia, procura escondê-la.

Chamo a atenção para o conceito de “sujeito pós-moderno” como aquele que abandona uma concepção de identidade unificada e estável (ou seria abandonado por ela?), para tornar-se fragmentado, composto não de uma única, mas de várias identidades, algumas vezes contraditórias ou não-resolvidas. O processo de identificação através do qual projetamos nossa identidade, por si só, produz o “sujeito pós-moderno”, tornando-se mais provisório, variável e problemático.

Pensando o sujeito “pós-moderno”, na visão de alguns teóricos, ou apenas “modernos”, na visão de outros, proponho nessa perspectiva o travesti como o protótipo da contemporaneidade, considerando sua concepção como não tendo uma identidade fixa, essencial ou permanente.

Para Hall, a identidade torna-se algo móvel, formada e transformada continuamente em relação às forças pelas quais somos representados ou interpelados nos sistemas culturais que nos rodeiam. “É definida historicamente e não biologicamente” (HALL, 1997, p. 13).

Hall<sup>6</sup> aponta que o sujeito assume identidades diferentes em diferentes momentos, não unificando as identidades ao redor de um eu coerente, pois há dentro de nós identidades contraditórias, empurrando em direções diferentes, de tal modo que elas estão sendo continuamente deslocadas.

Voltando à concepção de travesti, como de sujeito “altamente-moderno”, “pós-moderno”, ou apenas “contemporâneo-moderno”, temos que sua identidade muda de acordo com a forma como o sujeito é interpelado ou representado. A identificação não é automática, mas pode ser adicionada ou subtraída; torna-se politizada. Esse processo é, às vezes, descrito como constituindo a mudança de uma política de identidade para uma política de diferenças. Especificamente no caso do travesti, apontarei para essa alteridade, operando concomitantemente na vivência de suas práticas sexuais, em que o sujeito outro estará sempre imbricado nesse processo.

---

<sup>6</sup> Em seu livro *Identidades culturais na pós-modernidade*, Stuart Hall congrega a ideia dos teóricos que defendem que falar da possibilidade de uma identidade móvel dentro de um sistema cultural é contemplar a perspectiva da pós-modernidade.

## O lugar do travesti na ordem do contemporâneo

A pureza, para Bauman (1998), é uma visão das coisas colocadas em determinados lugares – lugar origem ou destino – não podendo ser levadas a se mudar para outro, impulsionadas, arrastadas ou incitadas, e é uma visão de “ordem”, ou seja, de uma situação em que cada coisa se acha em seu justo lugar e em nenhum outro.

Não há nenhum meio de pensar sobre a pureza sem ter uma imagem da “ordem”, sem atribuir às coisas seus lugares “justos” e “convenientes” – que ocorre serem aqueles que elas não preencheriam “naturalmente”, por sua livre vontade. O oposto da “pureza” – o sujo, o imundo, os “agentes poluidores” – são coisas “fora do lugar”. (BAUMAN, 1998, p. 14)

É nesse sentido que falo de travesti como uma sexualidade e(m) um (trans)gênero<sup>7</sup> marginal – isto é, fora do curso “natural” de manifestação da sexualidade, a partir de um gênero que determina os papéis sexuais, bem como suas práticas. E, mais, essa margem enlameada em que está inserida a prática é também o atoleiro do próprio indivíduo, que vê nesse “outro lugar” uma possibilidade de se construir diferentemente daquele lugar natural, porém sem possibilidade de escolha entre o sujo e o asséptico. Escolher um atravessamento de gênero implica ocupar o lugar externo à ordem, ou seja, o fora do lugar.

Ainda quanto à escolha, é preciso fazer algumas considerações a esse termo quando usado indistintamente para explicar (ou confundir ainda mais) o que leva um indivíduo de determinado sexo (masculino ou feminino) a uma prática sexual hétero, bi, ou homossexual. E, ainda, o que leva a caracterizá-lo dentro dessas práticas, ou mais, o que possibilita essas práticas. Pode-se perguntar também quais as relações entre orientação sexual e a escolha por um comportamento transgênero (travesti, transexual, *drag-queen*, *cross-dresser*).

<sup>7</sup> Uso o termo ‘transgênero’ tal como é mais recorrente em Ciências Sociais. Jayme (2001) procura definir, de modo geral, travestis, transexuais, transformistas, *drags* e andróginos, levando em conta que há particularidades entre esses sujeitos. “[...] *transgender* é uma palavra que quer englobar os vários ‘transgêneros’, que são os travestis, transformistas, transgenderistas, *drag-queens*, *cross-dressers*, transexuais também e nada mais, e que engloba todos, todos esses grupos. Qualquer desses grupos pode ser homossexual, como heterossexual, como bissexual, por isso não engloba homossexuais, mas desde o momento que sejam *transgender* [...]” (JAYME, 2001, p. 20, apud VENCATO, 2002, p. 11).

Primeiramente é preciso diferenciar orientação sexual de prática sexual, e a partir desse corte observar como opera o mecanismo da escolha. Por orientação sexual tem-se buscado a compreensão de que esta indica por qual gênero – masculino e/ou feminino – uma pessoa se sente preferencialmente (ou exclusivamente) atraída fisicamente e/ou emocionalmente. A orientação sexual pode ser assexual (nenhuma atração sexual), bissexual (atração por ambos os gêneros), heterossexual (atração pelo gênero oposto), homossexual<sup>8</sup> (atração pelo mesmo gênero) ou pansexual (atração por diversos gêneros, quando se aceita a existência de mais de dois gêneros). O termo pansexual (ou também omnissexual) pode ser utilizado, ainda, para indicar alguém que tem uma orientação mais abrangente, incluindo, por exemplo, atração específica por transgêneros.

No que tange à orientação sexual, quando se diz que ela indica por qual gênero uma pessoa se sente atraída, cabe ressaltarmos que no campo da física entende-se por atração uma força que atrai os corpos uns para os outros. Existem outras concepções, mas ficamos com essa para apontar, nesse caso, a força da atração como, de certo modo, natural. Natural não no sentido de natureza, e sim no de involuntário. Essa distinção entre natural/natureza é importante, pois não pretendo entrar na querela da origem da orientação sexual – genética ou comportamental –, apenas interessa-me observar sua manifestação.

Já a prática sexual quase sempre está associada à orientação sexual, no entanto não necessariamente. É possível um indivíduo orientar-se sexualmente de um modo não correspondente à sua prática sexual. Os celibatários são um bom exemplo. Podem os padres orientar-se sexualmente como héteros, homo, bissexuais... no entanto seus votos de castidade os condicionam a uma prática assexuada. Os fatores que determinam um indivíduo a uma orientação e uma prática sexual são completamente distintos. Enquanto os que constroem a orientação exercem uma “força” sobre o sujeito, exercer ou não uma prática sexual correspondente à orientação é uma decisão desse mesmo sujeito. Uma decisão não tão simples assim, com implicações sociais, religiosas, econômicas, mas que dilata, em certo sentido, a possibilidade de permissibilidade ou não à prática sexual dada por uma orientação.

Dadas as diferenças, pode-se falar em escolha como a possibilidade individual em que o sujeito pode, mediante sua orientação sexual, enquadrar-se em

---

<sup>8</sup> A orientação sexual não-heterossexual foi removida da lista de doenças mentais nos EUA em 1973.

uma ou outra prática sexual. E a partir dessa decisão poder escolher, ainda, como vivenciar essa prática, ou seja, dentro de qual gênero (ou transgênero) a pessoa prefere/deseja subjetivar-se sexualmente.<sup>9</sup>

Assim, o termo ‘orientação sexual’ é considerado, atualmente, mais adequado do que ‘opção sexual’ ou ‘preferência sexual’. Isso porque ‘opção’ indicaria que o indivíduo teria escolhido a sua forma de desejo, e não a sua prática. Cabe ainda dizer que a escolha está sempre imbricada na possibilidade de se ganhar alguma coisa, mas também de se perder algo. Daí o estatuto da dificuldade da escolha, sobretudo porque a escolha implica sempre responsabilidade. É preciso ser responsável com o que se perde e com o que se ganha nesse ato.

Voltando à questão da pureza, diz Bauman (1998) que não são as características intrínsecas das coisas que as transformam em “suja”, mas tão-somente sua localização e, mais precisamente, sua localização na ordem de coisas idealizada pelos que procuram a pureza.

As coisas que são “suja” num contexto podem tornar-se puras exatamente por serem colocadas num outro lugar e vice-versa. Sapatos magnificamente lustrados e brilhantes tornam-se sujos quando colocados na mesa de refeição. Restituídos ao monte dos sapatos, eles recuperam a prístina pureza. (BAUMAN, 1998, p. 14)

No entanto, Bauman alerta que há coisas para as quais o “lugar certo” não foi reservado em qualquer fragmento da ordem estabelecida pelo homem. Elas ficam “fora do lugar” em toda parte, isto é, em todos os lugares para os quais o modelo da pureza é simplesmente pequeno demais para acomodá-las. É preciso livrar-se delas, destruí-las.

---

<sup>9</sup> Há ainda outras diferenças referentes a *identidade de gênero* e *expressão de gênero*, mas não as discutirei profundamente. Por *identidade de gênero* entende-se a expressão interior, de foro íntimo, de senso pessoal de pertinência a um dos sexos. Nem sempre a identidade de gênero de uma pessoa é igual ao gênero sob o qual é classificada socialmente. Por exemplo, para pessoas transexuais, seu sexo de nascimento e seu próprio senso interno de identidade de gênero não combinam. Identidade de gênero e orientação sexual não são a mesma coisa. Transexuais podem ser gays, lésbicas, bissexuais ou heterossexuais. É sinônimo de identidade sexual. Já por *expressão de gênero* considera-se a expressão externa da identidade de gênero de uma pessoa, frequentemente transmitida por meio de comportamento, roupa, corte de cabelo, voz ou características corporais “masculinas” ou “femininas”. Transexuais em geral procuram fazer com que sua expressão de gênero combine com sua identidade de gênero, em vez de combinar com o seu sexo de nascimento.

Nesse ponto concordo com Bauman quanto à ordem das coisas no mundo, mas há de se pontuar uma observação no que diz respeito ao não-lugar de “certas coisas”. Observamos, no caso específico dos travestis, que, hoje, ocupam com frequência o lugar da margem, da sujeira, do “fora do lugar”. Nesse caso, esses seres humanos são concebidos como um obstáculo para a apropriada “organização do ambiente”, em que, em outras palavras, são vistos como uma outra pessoa ou, mais especificamente, uma certa categoria de outra pessoa, que se torna “sujeira” e é tratada como tal: “bicha”.<sup>10</sup>

No entanto, quando os travestis estão nas ruas (à noite), nos *sites* de internet ou nos classificados de jornais passam a se enquadrar em lugares possíveis, e mais, em lugares privilegiados para sua ocupação, onde predominam os enunciados que registram o direito ao lugar ocupado: “gatíssima”, “bela boneca”, “mulher com algo a mais”. A ordem de ocupação do lugar remete também a um lugar de subjetivação.

Cabe dizer que esse lugar não é o lugar por excelência, ou seja, que sua existência não é intrínseca a uma existência do sempre e para sempre. Assim, como o sujeito e a ocupação do lugar, o próprio lugar também é construído, e o que é possível ser lugar hoje pode não ter sido ontem, inculcando-nos a dúvida do que pode vir a ser ou não amanhã. Disso se conclui que não basta falar em coisas “fora do lugar” por não haver lugar, mas por ainda não haver lugar. Arriscaria dizer que as coisas sem lugar também contribuem para a construção de seus lugares “puros” ou por tornarem puros seus lugares (ocupados). Resumindo, quando falo em lugar marginal, é preciso estar atento para o que essa designação cobre, a ocupação do lugar outro que não o conveniente à ordem; mas a ordem também pode ser reordenada.

## **Finalizando: o travesti como espelho da modernidade**

Mantendo a analogia com o travesti, pretendo apontar aqui alguns dos sentidos possíveis da modernidade contemporânea, sobretudo o que alguns autores chamam de pós-modernidade. Minha hipótese é de que há uma intersecção entre o travesti e o contemporâneo, o que pode ser detectado pela crise de identificação de um e de outro. E é essa crise que gostaria de destacar a fim de descortinar algumas dimensões de sentido através da

---

<sup>10</sup> Nota-se na resignificação desse termo para referir-se ao homossexual uma manutenção com a significação primeira: verme.

exploração e mapeamento das ambiguidades e antagonismos de “ser travesti” e “ser moderno”.

O foco deste estudo ora se volta para o sujeito e a construção da subjetividade do travesti; ora pontua os ambientes sociais e espaciais da modernidade; ora relaciona uma coisa e outra na tentativa de marcar a incisão constitutiva da crise que busca transformação e mudança do que é, e do que está dado.

Parece lógico que transformação implica mudança, mas a ideia é de que essa mudança não seja tão lógica assim, ao menos no sentido de mudança tranquila, que abandona um estado qualquer para transformar-se em outra coisa. A transformação é certa, sim, porém a mudança não é simples, está imbricada numa continuidade, numa permanência, num estado que consiste em querer vir a ser e, que conseqüentemente, leva à crise por não ser.

As preocupações modernas são movidas, ao mesmo tempo, pelo desejo de mudança, de autotransformação e de transformação da mudança em redor, e pelo terror da desorientação e da desintegração, o terror da vida que se desfaz em pedaços. “Todos conhecem a vertigem e terror de um mundo no qual ‘tudo que é sólido desmancha no ar’” (BERMAN, 1986, p. 13).

Discutindo a modernidade, Berman (1986) entende que ser moderno é viver uma vida de paradoxo e contradição. Ele ressalta o fortalecimento do indivíduo pelas imensas organizações burocráticas que detêm o poder de controlar e frequentemente destruir comunidades, valores, vidas e ainda sentir-se compelido a enfrentar essa força, a luta para mudar o “seu” mundo transformado em “nosso” mundo. Berman quer chamar a atenção para um novo conceito de social e de sociedade que a modernidade experimenta.

Nesse sentido, uma de minhas hipóteses é de que o mais adequado é dizer que ainda permanecemos neste período de tempo denominado modernidade. E também identificar este período contemporâneo, que alguns autores chamam de pós-moderno, ainda como moderno; minha percepção no diferencial deste período é o que proponho como a *hipérbole da modernidade*. Digo hipóbole no sentido de exagero, mas o exagero com limite. Pode parecer estranho ou até mesmo contraditório falar em exagero com limite, porém lembro que este é o móbil da modernidade: a contradição; assim, reforço a minha hipótese de que ainda não ultrapassamos essa confusa linha temporal, no entanto nos encontramos em pontos críticos, que nos confunde e faz com que percamos nossa identidade, ao menos uma identidade fixa. É nesse sentido que penso na figura do travesti como metáfora da modernidade, relacionando-o a um

determinado período da modernidade, a “contemporaneidade-moderna”. Dito de outro modo, o período que nos envolve é o tempo em que não existe uma realidade do antes e nem do depois, é o próprio estado de transformação. Parece-me que, nesse sentido, o travesti pode ser entendido como a representação desse período: no sentido de que há certa liberdade para essa transformação, uma transformação no seu limite, até onde é possível. Por isso, falo em exagero com limite. O travesti é a permanência da transformação. Uma transformação sem fim, porém com manutenção constante, levada à exacerbação, sem ultrapassagem, por isso com responsabilidade com aquilo que ele não pode perder.

Se, para Berman (1986), modernismo é realismo, para mim este ponto que marco na modernidade é realismo mais que real, sem ser surreal. Baudrillard<sup>11</sup> (1991) diria que é mais falso que o falso. É um realismo que permite realidade à própria ficção, que gera vida fora dos termos da biologia.

A modernidade, sobretudo marcada pelas décadas de 60 e 70, apontava um ambiente de promessa, de aventura, poder, alegria, crescimento, autotransformação e de transformação das coisas em redor, mas ao mesmo tempo trazia a ameaça de destruir tudo o que tínhamos, tudo o que sabíamos, tudo o que éramos. Essa contradição paradoxal é a marca da modernidade. E se olharmos para um período bem maior perceberemos que, embora muitos experimentemos a modernidade como uma ameaça radical a toda história e tradição, a modernidade, no curso de cinco séculos, desenvolveu uma rica história e uma variedade de tradições próprias.

É o século XX que Berman (1986) detecta como o período em que os processos sociais dão vida a esse turbilhão de transformação, mantendo-o num perpétuo estado de “vir a ser”, que vem a chamar-se “modernização”.

Meu olhar prender-se-á ao final do século XX, época em que a aceleração das transformações parece deparar mais fortemente com a sua própria contradição, surgindo um “para onde ir?”. Parece que aqui se inicia a instalação de uma crise, ora percebida como retrocesso, ora como retorno (veja que há diferença entre os dois termos), ora como pausa fundamental e necessária para a permanência da transformação.

---

<sup>11</sup> Não quero com isso dizer que a análise do Baudrillard seria diferente da minha, mas o objeto que ele analisa é outro.

BRAGA, Sandro. The other body: the discourse of the carnal nature. **Revista do GEL**, São Paulo, v. 8, n. 1, p. 138-155, 2011.

**ABSTRACT:** *I propose to observe, via discourse, the body as a support for the historical change of the subject. More specifically, as the crisis of the modern subject is implicated in the ways and means by which the transvestite lives his desire, changing in his body the determined genetic sex, which I intend to discuss as a phenomenon of metamorphosis of body and soul. This phenomenon interests me as it allows the search for elements that elucidate the system of symbolic inversion in which male individuals dress and act in accordance with the standards of the opposite sex. I want to point out that, besides the change of costume and ornaments, the subjective process of the transvestite involves the mutation of the body together with a complex range of language reference to himself.*

**KEYWORDS:** *Body. Transvestite. Subjectivity.*

## Referências

BAUDRILLARD, Jean. **Da sedução**. Campinas: Papirus, 1991.

BAUMAN, Zygmunt. **O mal-estar da pós-modernidade**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998.

BERMAN, Marshall. **Tudo que é sólido desmancha no ar: a aventura da Modernidade**. São Paulo: Companhia das Letras, 1986.

BURGARELLI, Cristóvão Giovani. **Escrita e corpo pulsional**. 2003. 126 f. Tese (Doutorado em Linguística) – Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade de Campinas, Campinas, 2003.

DERRIDA, Jacques. **Espectros de Marx: o estado da dívida, o trabalho do luto e a nova internacional**. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994.

FLORENTINO, C. de O. **Bicha tu tens na barriga, eu sou mulher: etnografia sobre travestis em Porto Alegre**. 1998. 172 f. Dissertação (Mestrado em Antropologia) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 1998.

FOUCAULT, Michel. **A arqueologia do saber**. Petrópolis: Vozes, 1972.

\_\_\_\_\_. **Vigiar e punir**. Petrópolis: Vozes, 1977.

\_\_\_\_\_. **Herculine Barbin: o diário de um hermafrodita**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1982.

\_\_\_\_\_. **História da sexualidade: a vontade de saber**. v. 1. 14. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1988.

HALL, Stuart. **Identidades culturais na pós-modernidade**. Rio de Janeiro: DP&A, 1997.

VENCATO, Anna Paula. **Fervendo com as drags**: corporalidades e performances de drag queens em territórios gays da Ilha de Santa Catarina. 2002. 124 f. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2002.

# CARACTERÍSTICAS ACÚSTICAS DO PROCESSO DE EPÊNTESE DO GLIDE [j] DIANTE DE [s] NÃO-PALATALIZADO

Cleiliane Sisi PEIXOTO<sup>1</sup>

**RESUMO:** Considerando o processo de epêntese do glide [j] diante de [s] não-palatalizado, esta pesquisa tem por objetivo comparar os ditongos epentéticos *paz, rês, pôs* com os ditongos vernáculos *pais, reis, pois*, sob a perspectiva da fonética acústica. A análise baseou-se em dados linguísticos produzidos por dois falantes do sexo feminino, da mesma faixa etária (25 e 26 anos), residentes nativos da cidade de São José do Rio Preto (SP), com o mesmo grau de escolaridade: ensino superior completo. A investigação do fenômeno pautou-se em parâmetros acústicos descritos por Silva et al. (2001) e Albano (1999), como análise da duração relativa e da trajetória formântica. Os resultados mostraram uma diferenciação entre o ditongo vernáculo e o epentético feita por ambos os informantes em todos os contextos vocálicos. No entanto, o modo pelo qual os falantes marcam essa diferença não é similar, resultado que indica forte evidência de que o processo de ditongação em curso no português brasileiro não é categórico, mas gradiente.

**PALAVRAS-CHAVE:** Epêntese. Fonética Acústica. Ditongo.

## Introdução

### O fenômeno

A literatura fonológica tem descrito a ocorrência do processo de epêntese do glide [j] diante de [s] em dialetos em que essa fricativa não se palataliza, como, por exemplo, no dialeto do interior do estado de São Paulo, desencadeando

---

<sup>1</sup> Programa de pós-graduação em Estudos Linguísticos da Universidade Estadual Paulista (IBILCE) – UNESP, câmpus de São José do Rio Preto (SP), Brasil. E-mail: cleiliane@ibest.com.br

variações da pronúncia de palavras como *rapaz*, *rapaiz*; *dez*, *deiz*; *arroz*, *arroiz*, entre outras.

Exemplos de trabalhos que mencionam o fenômeno epentético nesse contexto fonético são, dentre outros, Cagliari (1997) e Noll (2005). Ao tratar da epêntese vocálica, Cagliari (1997, p. 75) afirma a sua ocorrência em casos como [xa.´paS], resultando [xa.´pais]. Segundo o autor (1997), a epêntese vocálica tem como objetivo principal corrigir uma estrutura silábica mal formada, fazendo com que algumas consoantes que ocupavam a posição de coda passem-na para a posição de *onset*, dando um núcleo vocálico a uma sílaba que não o tem ou formando ditongos, como o caso exemplificado. Noll (2005, p. 129), por sua vez, ao discutir os períodos de desenvolvimento do português brasileiro, observa a introdução da vogal epentética [j] em palavras terminando em vogal acentuada + /s/ “(mês < ‘meis’> [meis])” e enfatiza que se trata de uma evolução brasileira inovadora.

A explicação dada por Cagliari (1997, p. 99) para o processo de epêntese do glide [j] no contexto analisado é a de que seria resultante de um processo de assimilação, segundo o qual um som se tornaria mais semelhante ao outro, que lhe está próximo, adquirindo uma propriedade fonética que ele não tinha. Segundo Rocha e Pereira (2007, p. 82), essa regra se aplica a vocábulos oxítonos e a monossílabos tônicos. Logo, o contexto fonético favoreceria tal processo de ditongação, resultante do objetivo de inserir um som vocálico na estrutura silábica (CAGLIARI, 1997, p. 75). Já para Rocha e Pereira (2007, p. 82), a motivação dessa ditongação seria a necessidade de se atingir uma sílaba menos complexa ou padrão mais de acordo com a estruturação fonológica do português brasileiro.

Outra interpretação para a epêntese do glide [j] diante de [s] não-palatalizado é dada por Albano (1999) e Silva et al. (2001). Por não se apoiarem em princípios de análise categórica, mas em um modelo dinâmico de produção de fala, os autores consideram o fenômeno fônico não como um processo categórico, mas como um processo gradiente. Assim, o fenômeno em análise não é concebido categoricamente como um processo de ditongação, pois, a partir da análise acústica dos dados, esses autores verificaram diferenças e semelhanças com o ditongo vernáculo.

De acordo com Albano (1999, p. 1786-1787), esse fenômeno seria atribuído a uma sobreposição gestual, a uma vocalização parcial de [s], provocada pelo fato de o ambiente fonético favorecê-la. Em outras palavras, o glide

frontal surgiria de um movimento passivo do corpo da língua quando ela se move vagarosamente para alcançar a constrição para a produção de [s].

Portanto, embora auditivamente idênticos, o ditongo epentético e o ditongo vernáculo não seriam homônimos perfeitos do ponto de vista acústico, já que haveria não só semelhanças, mas, também, diferenças entre eles (SILVA et al., 2001).

Face aos dois posicionamentos acerca do fenômeno em questão, este trabalho pretende comparar o ditongo epentético com o ditongo vernáculo sob a perspectiva da fonética acústica, buscando elementos para o seu estatuto: categórico ou gradiente?

Especificamente, tentaremos responder às seguintes questões:

- (1) Haveria, de fato, diferenças entre a produção do ditongo vernáculo e o ditongo epentético?
- (2) se sim, essas diferenças se manteriam em todos os contextos vocálicos?
- (3) e, ainda, se houver, essas diferenças independeriam do falante?

Acreditamos que a comparação que propomos, sob ótica da fonética acústica, mostra-se como relevante não somente pela contribuição para a descrição de um fenômeno linguístico específico, como também poderá fornecer dados empíricos às teorias que formalizam esse fenômeno, especialmente, as teorias fonológicas.

## **A pesquisa**

### **Dos sujeitos**

Devido ao foco de nossa análise, investigamos dados linguísticos produzidos por dois sujeitos falantes do dialeto do interior do estado de São Paulo, sendo ambos residentes nativos na cidade de São José do Rio Preto, na faixa etária de 25 a 26 anos, do mesmo gênero – feminino – e com mesmo grau de escolaridade – ensino superior completo na área de humanas.

## Do método

Com o intuito de analisar a possível epêntese do glide [j] diante de [s] não-palatalizado, adotamos uma metodologia comparativa dos dados. Destacamos palavras em que pode ocorrer o fenômeno epentético, como *paz*, *rês* e *pôs*, e palavras constituídas pelo ditongo vernáculo, como *pais*, *reis* e *pois*. Esse procedimento se explica em termos de possibilitar uma comparação dos valores acústicos da possível vogal epentética e da vogal [j] propriamente dita.

Em seguida, construímos frases-veículo com as palavras, procedimento que possibilita maior controle da curva entonacional da produção de cada palavra a ser analisada, tentando, assim, evitar a curva ascendente característica da produção obtida por meio de repetição isolada em forma de lista de palavras. Cada par comparado foi inserido no mesmo contexto frasal, a fim de evitar o foco pelos informantes, o que desencadearia uma variação nos valores dos parâmetros acústicos dos dados analisados. As frases construídas foram as seguintes:

- (1) a) Preciso encontrar a *paz* que me falta;  
b) Preciso encontrar *pais* que me valorizem;
- (2) a) A *rês* vai morrer;  
b) Os *reis* vão se casar;
- (3) a) Fala *pôs* para ele;  
b) Fala *pois* para ela.

As frases foram gravadas pelos informantes no programa computacional Praat (BOERSMA; WEENINK, 2008). Cada frase foi pronunciada cinco vezes por cada informante, com o propósito de abstrairmos um padrão acústico por meio de uma análise estatística. No total, foram computadas 60 ocorrências (02 falantes x 06 palavras x 05 repetições = 60 ocorrências).

## Da análise

A investigação do fenômeno se pautou pelos seguintes parâmetros acústicos: análise da *duração relativa* e análise da *trajetória formântica* do ditongo epentético e do ditongo vernáculo. O primeiro parâmetro se apóia em descrição de suas características feita por Silva et al. (2001) e se justifica

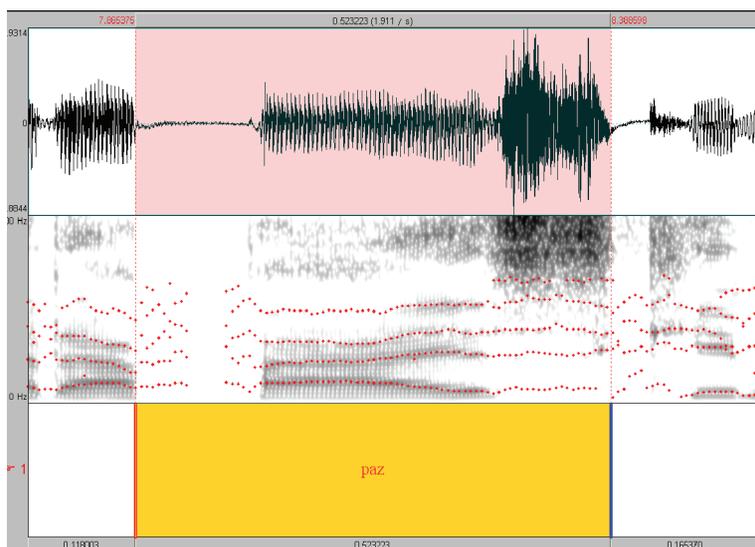
por possibilitar comparação dos valores concernentes à duração das palavras constituídas por ditongos vernáculos, como *pais*, e das palavras constituídas por ditongos epentéticos, como *paz*.

Assim, medimos a duração total de cada palavra de cada par comparado e a duração do intervalo compreendido entre o fim da consoante inicial da sílaba até o início da fricativa [s]. Em seguida, estabelecemos o valor percentual da duração desse intervalo em relação ao total da palavra. O valor percentual, chamado por Silva et al. (2001) de Índice de duração ID, foi calculado pela fórmula:

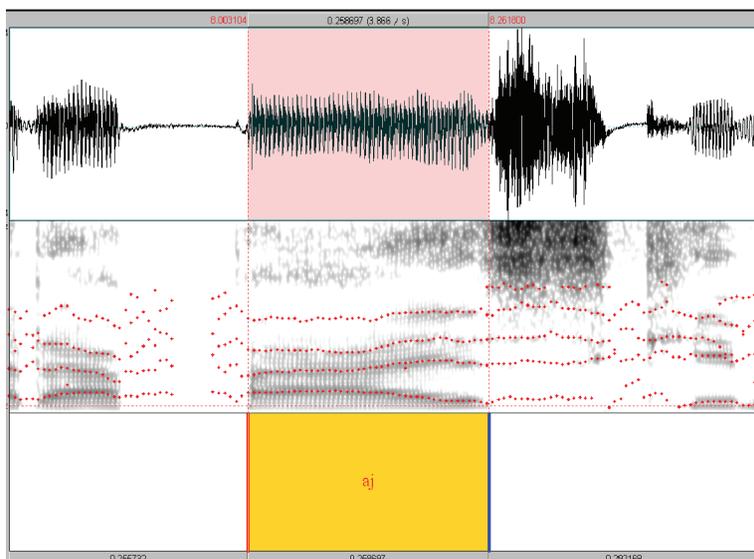
$$ID = \frac{D_s}{D_p}$$

em que  $D_s$  corresponde à duração do segmento (em nosso caso os ditongos vernáculo e epentético) e  $D_p$  à duração total da palavra. Finalmente, calculamos a média geral dos valores referentes à duração total da palavra, dos valores concernentes à duração do ditongo epentético, bem como do ditongo vernáculo, e dos valores do ID.

Abaixo, nas figuras 01 e 02, ilustramos as medidas  $D_p$  (duração da palavra) e  $D_s$  (duração do segmento):



**Figura 01:** Ilustração da medida absoluta da duração da palavra *paz* ( $D_p=523$  ms)



**Figura 02:** Ilustração da medida absoluta da duração do ditongo epentético *aj* da palavra *paz* (Ds=258 ms)

Vale a pena lembrar que os sons vocálicos, em razão de sua característica de periodicidade, são formados por uma frequência fundamental mais uma série de harmônicos. Uma vez que os harmônicos resultam de configurações do sistema ressonador, no caso específico das vogais, eles se referem, sobretudo, às configurações do dorso da língua. Quando reforçados, os harmônicos formam picos de intensidade denominados formantes. Como se abordará em seguida, pelos valores dos dois primeiros formantes é possível identificar os sons vocálicos.

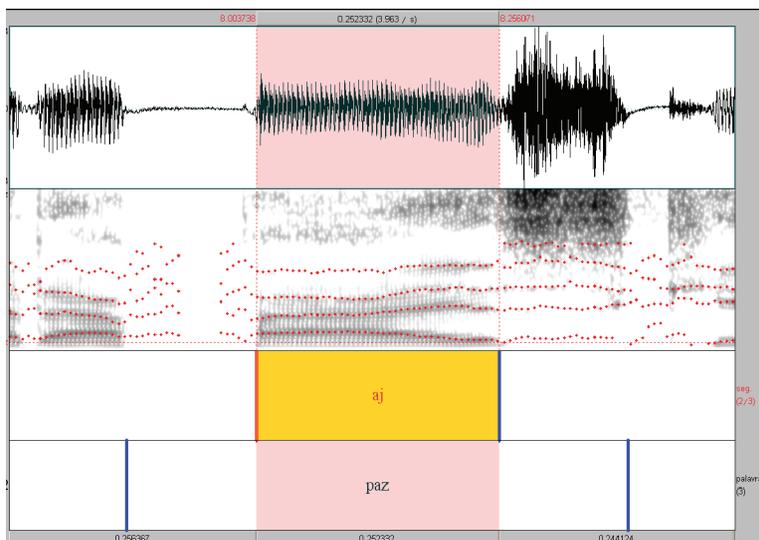
Como afirmam Kent et al. (1996, p. 200), o padrão formântico continua a ser a medida acústica mais comumente usada da produção vocálica e constitui fator-chave em muitos sistemas de fala. Do mesmo modo, para Fry (1979, p. 78), a estrutura formântica é importante devido ao papel que ela desempenha no reconhecimento e na diferenciação dos sons da fala.

Segundo Kent et al. (1996, p. 191-192), a literatura sobre a acústica das vogais associa a frequência de F1 (Formante 1) à altura da língua (eixo vertical) e a frequência de F2 (Formante 2) ao deslocamento ântero-posterior da língua (eixo horizontal). Ressaltam, ainda, esses autores (KENT et al., 1996) que a regra geral para F1 é que sua frequência é inversamente proporcional

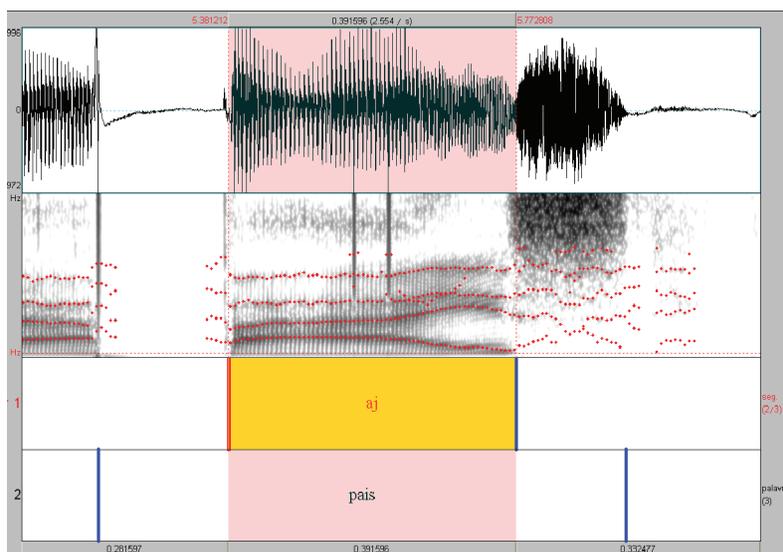
à altura da língua e, para F2, que sua frequência será tão maior quanto mais anterior for a posição da língua. Assim, pela análise dos valores desses dois formantes, é possível identificar os fonemas vocálicos produzidos.

Kent et al. (1996), ao classificarem as vogais do inglês como anteriores, centrais e posteriores, definem a vogal [i] como uma vogal anterior e caracterizam as vogais anteriores por uma grande separação entre F1 e F2. Do mesmo modo, Massini-Cagliari e Cagliari (2001, p. 135) ressaltam que as vogais altas (dentre elas, [i]) apresentam F2 mais afastado de F1. Isso significa, portanto, que a vogal [i], definida como um som alto e anterior, do ponto de vista articulatorio, é caracterizada acusticamente pela baixa frequência de F1 e pela alta frequência de F2.

Assim, o segundo parâmetro utilizado, análise da trajetória formântica, teve como propósito definir os valores formânticos dos sons analisados num determinado tempo. Seguindo os parâmetros de análise de Albano (1999), os valores de F1 e F2 foram medidos em três pontos: no início da produção vocálica, no meio e no fim, pontos que correspondem, respectivamente, ao primeiro, ao segundo e ao terceiro terço da duração do ditongo. Por fim, calculamos a média geral de cada um desses valores (inicial, medial e final), comparando os ditongos vernáculo e epentético. As figuras 03 e 04, a seguir, ilustram a medida da trajetória formântica:



**Figura 03:** Trajetória formântica do ditongo epentético da palavra *paz*. As flechas indicam as posições inicial, medial e final, respectivamente.



**Figura 04:** Trajetória formântica do ditongo vernáculo da palavra *pais*. As flechas indicam as posições inicial, medial e final, respectivamente.

Finalmente, para análise estatística dos dados, utilizamos o Teste T pareado para os dados paramétricos – parâmetros acústicos relativos às trajetórias formânticas; e o teste Wilcoxon para os dados não paramétricos – parâmetros acústicos relativos à duração relativa, com o uso do *software* STATISTICA 6.0.

Os testes estatísticos utilizados foram aplicados para os ditongos envolvendo os contextos de [a], [e] e [o], separadamente. Foram considerados estatisticamente significativos os resultados com valores de p inferiores a 0,05 ( $p < 0,05$ ) e marginais os resultados com valores de p entre 0,05 e 0,1 ( $0,05 < p < 0,1$ ).

## Resultados e discussão

Com vistas ao objetivo geral de comparar ditongos epentético e vernáculo, apresentaremos os resultados das nossas análises, procurando investigar, especificamente, se há diferença entre a produção do ditongo epentético e a do ditongo vernáculo; caso haja, se ela se mantém em todos os contextos vocálicos e se independe do falante.

As tabelas abaixo apresentam os resultados concernentes à análise do padrão temporal e os resultados referentes à análise do padrão formântico dos pares de ditongos analisados. Os valores com (\*) remetem a uma diferença estatisticamente significativa. Primeiramente, analisaremos o par [a] e [ai] e, adiante, os pares [e] e [ei], [o] e [oi].

Palavras: PAZ, PAIS

Frases: Preciso encontrar a *paz* que me falta.

Preciso encontrar *pais* que me valorizem.

Informante	ID Médio		Valor de P
	<i>PAZ</i>	<i>PAIS</i>	
Inf. 1	0,56	0,62	0,10
Inf. 2	0,48	0,60	0,04*

**Tabela 01:** ID médio dos ditongos epentético e vernáculo das palavras *paz* e *pais* de acordo com cada informante.

Informante	Formante	Trajectoria formântica	PAZ (Hz)	PAIS (Hz)	Valor de P
Inf. 1	F1	Início	834,0	891,1	0,02*
		Meio	784,0	823,3	0,13
		Fim	448,5	424,2	0,63
	F2	Início	1608	1590	0,19
		Meio	1919	1990	0,33
		Fim	1994	2176	0,00*
Inf. 2	F1	Início	759,0	784,0	0,37
		Meio	673,3	701,9	0,36
		Fim	417,6	405,8	0,82
	F2	Início	1405	1487	0,09
		Meio	1522	1937	0,00*
		Fim	1604	2047	0,00*

**Tabela 02:** Valores relativos à trajetória formântica dos ditongos epentético e vernáculo das palavras *paz* e *pais*, respectivamente.

No que concerne ao ID médio, a Tabela 01 mostra diferença significativa entre os ditongos [a] e [ai] somente nos dados abstraídos do informante 2, pois os valores do ID médio dos dados do informante 1 mostram semelhança entre os ditongos investigados.

No que tange à trajetória formântica, a Tabela 02 mostra que os valores dos ditongos diferem significativamente na posição inicial de F1, nos dados do informante 1; na posição final de F2, nos dados de ambos os informantes; e na posição medial de F2, nos dados do informante 2.

Desse modo, no contexto da vogal [a], ambos os informantes diferenciam – em alguma medida – o ditongo vernáculo do ditongo epentético. No entanto, esses informantes marcam essas diferenças de modo distinto. O informante 1 a marca primordialmente por parâmetros frequenciais, enquanto o informante 2 a marca pelos dois parâmetros adotados: duracional e frequencial.

As Tabelas 03 e 04, a seguir, apresentam os resultados da análise do par [e] e [ei]:

Palavras: RÊS, REIS  
 Frases: A *rês* vai morrer.  
 Os *reis* vão se casar.

Informante	ID Médio		Valor de P
	<i>RÊS</i>	<i>REIS</i>	
Inf. 1	0,51	0,55	0,10
Inf. 2	0,42	0,56	0,07

**Tabela 03:** ID médio dos ditongos epentético e vernáculo das palavras *rês* e *reis* de acordo com cada informante.

Informante	Formante	Trajectoria formântica	<i>RÊS</i> (Hz)	<i>REIS</i> (Hz)	Valor de P
Inf. 1	F1	Início	505,6	487,5	0,57
		Meio	464,4	4163	0,15
		Fim	409,6	360,9	0,04*
	F2	Início	2563	2402	0,00*
		Meio	2702	2539	0,00*
		Fim	2794	2747	0,44
Inf. 2	F1	Início	498,4	523,4	0,22
		Meio	450,3	387,8	0,00*
		Fim	398,0	331,4	0,04*
	F2	Início	2172	1879	0,12
		Meio	2343	2200	0,37
		Fim	2526	2457	0,62

**Tabela 04:** Valores da trajetória formântica dos ditongos epentético e vernáculo das palavras *rês* e *reis*, respectivamente.

Os resultados da análise do ID médio do par [e] e [ei], apresentados na Tabela 03, não mostram diferença significativa entre o ditongo vernáculo e o ditongo epentético. Quanto à trajetória formântica, a diferença entre esses ditongos se mostra relevante na posição final de F1 nos dados de ambos informantes;

na posição medial de F1 nos dados do informante 2; e nas posições inicial e medial de F2 nos dados do informante 1, como mostra a Tabela 04.

Assim, no contexto da vogal /e/, ambos os informantes diferenciaram os ditongos primordialmente por parâmetros frequenciais.

Por fim, as Tabelas 05 e 06, abaixo, apresentam os resultados da análise do padrão temporal e da trajetória formântica dos ditongos epentético e vernáculo presentes nas palavras *pôs* e *pois*, respectivamente.

Palavras: PÔS, POIS  
Frases: Fala *pôs* para ele.  
Fala *pois* para ela.

Informante	ID Médio		Valor de P
	<i>PÔS</i>	<i>POIS</i>	
Inf. 1	0,56	0,74	0,04*
Inf. 2	0,48	0,53	0,04*

**Tabela 05:** ID médio dos ditongos epentético e vernáculo das palavras *pôs* e *pois* de acordo com cada informante.

Informante	Formante	Trajectoria formântica	PÔS (Hz)	POIS (Hz)	Valor de P
Inf. 1	F1	Início	506,2	476,2	0,26
		Meio	452,8	433,6	0,23
		Fim	406,8	362,8	0,11
	F2	Início	841,1	1066	0,17
		Meio	1390	1294	0,48
		Fim	1439	1672	0,13
Inf. 2	F1	Início	505,6	477,0	0,03*
		Meio	469,9	412,8	0,14
		Fim	370	319,7	0,13
	F2	Início	834,0	692,7	0,60
		Meio	1233	1155	0,27
		Fim	1337	1486	0,12

**Tabela 06:** Valores relativos à trajetória formântica dos ditongos epentético e vernáculo das palavras *pôs* e *pois*, respectivamente.

A Tabela 05 mostra diferença significativa nos valores do ID médio do par [o] e [oi], nos dados de ambos os informantes. Os resultados concernentes à trajetória formântica, apresentados na Tabela 06, mostram diferença significativa entre esses ditongos somente na posição inicial de F1 nos dados do informante 2.

Em síntese, ambos os falantes diferenciam, em alguma medida, o ditongo vernáculo do epentético em todos os contextos vocálicos. No entanto, o modo pelo qual marcam acusticamente essas diferenças não é similar. Com efeito, no contexto da vogal [a], o falante 1 marca a distinção pelo parâmetro da trajetória formântica, na posição inicial de F1 e na posição final de F2, enquanto o falante 2 a marca pelo parâmetro da duração relativa e pelo parâmetro da trajetória formântica, acentuando a diferença na posição medial e final de F2. Já no contexto da vogal [e], ambos marcam a distinção pelo parâmetro da trajetória formântica. No entanto, o falante 1 acentua a diferença na posição final de F1 e nas posições inicial e medial de F2, ao passo que o falante 2 marca a distinção nas posições medial e final de F1. Finalmente, no contexto da vogal [o], tanto o falante 1 quanto o falante 2 distinguem os ditongos

vernáculo e epentético pelo parâmetro da duração relativa; no parâmetro da trajetória formântica, a distinção é marcada somente na posição inicial de F1 pelo falante 2.

Consideradas, portanto, essas diferentes formas de diferenciação feitas por ambos os informantes, os resultados da nossa pesquisa não nos permitem afirmar que as palavras *paz/pais*, *rês/reis* e *pôs/pois* sejam homônimas perfeitas do ponto de vista acústico de sua produção falada. Nossos resultados confirmam, pois, os resultados a que chegaram Silva et al. (2001), sobretudo o de que o fenômeno fônico varia entre falantes. Os autores fazem uma comparação entre dados de informantes de diferentes sexos e observam que, enquanto o informante do sexo masculino marca diferença significativa entre os ditongos somente nos valores do terceiro formante (F3), o informante do sexo feminino acentua a diferença de modo significativo na duração e nos valores de F3. Essa diferença de marcação, para os autores (2001, p. 12), constitui forte evidência de que o processo de ditongação em curso no português brasileiro não é categórico, ou seja, não corresponde à presença *versus* ausência de ditongação, mas é gradiente.

Expostos nossos resultados, passemos às considerações para as quais eles nos levam.

## Considerações finais

Propusemos, neste trabalho, uma análise comparativa do ditongo epentético com o ditongo vernáculo diante de [s] não-palatalizado, sob a perspectiva da fonética acústica. A análise dos dados mostrou que ambos os sujeitos da pesquisa diferenciam o ditongo vernáculo do epentético, em todos os contextos vocálicos, o que nos permite afirmar que, embora percebidas como auditivamente idênticas, as palavras *paz/pais*, *rês/reis* e *pôs/pois* não são homônimas perfeitas do ponto de vista acústico.

Os resultados também mostraram que o modo pelo qual os dois sujeitos marcaram acusticamente diferenças entre os dois ditongos não foi similar. Essa diferença, conforme destacamos, constitui forte evidência de que esse processo é de natureza gradiente.

Em síntese, o processo de epêntese no contexto analisado parece estar condicionado por fatores linguísticos (contexto vocálico e parâmetro acústico utilizado para marcar a epêntese) e extralinguístico (falante).

Desse modo, cremos que a contribuição do nosso estudo está não somente

na corroboração dos resultados da pesquisa de Silva et al. (2001), mas também no desenvolvimento dos estudos fonológicos concernentes à natureza categórica ou gradiente dos fenômenos fônicos.

**Agradecimentos:** à Profa. Dra. Larissa C. Berti, orientadora (UNESP/Marília); e aos Profs. Drs. Lourenço Chacon (UNESP/Marília) e Adelaide H. P. Silva (UFPR), pelas sugestões, em ocasião da avaliação deste trabalho no Exame de Qualificação Especial.

PEIXOTO, Cleiliane Sisi. Acoustic characteristics of [j] glide epenthesis process before non-palatal [s]. **Revista do GEL**, São Paulo, v. 8, n. 1, p. 156-171, 2011.

**ABSTRACT:** *Based on [j] glide epenthesis process before non-palatal [s], the current research aims to compare the epenthetic diphthongs paz (peace), rês (cattle), pôs (put), to the vernacular ones pais (parents), reis (kings), pois (because) from the point of view of acoustic phonetics. The analysis has been based on linguistic data from two female speakers, being 25-26 years old, from São José do Rio Preto (SP), both of them graduated in Humanities. The research of the phenomenon has been based on acoustic parameters set out by Silva et al. (2001) and Albano (1999), such as relative duration analysis and formant trajectory analysis. The results showed that both speakers make a difference between the vernacular diphthong and the epenthetic diphthong in all vocalic contexts. However, the speakers make the difference differently. This finding is strong evidence that the process of diphthongization in Brazilian Portuguese is not a categorical process, but a gradient one.*

**KEYWORDS:** *Epenthesis. Acoustic Phonetics. Diphtongs.*

## Referências

ALBANO, E. C. A gestural solution for some glide epenthesis problems. In: CONGRESSO CIENTÍFICO INTERNACIONAL, ICPHS'99, San Francisco, 1999. v. 3, p. 1785-1788.

BOERSMA; WEENINK. **Programa computacional Praat**, 2008.

CAGLIARI, L. C. **Fonologia do Português: análise pela Geometria de Traços**. Campinas: Edição do Autor, 1997.

FRY, D. B. **The physics of speech**. Cambridge: Cambridge University Press, 1979.

KENT, A. J. et al. The acoustic characteristics of American English. In: LASS, N. J. (Org.) **Principles of Experimental Phonetics**. Virginia: Mosby, 1996. p. 185-225.

MASSINI-CAGLIARI, G.; CAGLIARI, L. C. Fonética. In: MUSSALIM, F.; BENTES, A. C. (Orgs.) **Introdução à linguística 1 – domínios e fronteiras**. São Paulo: Cortez, 2001. p. 105-146.

NOLL, V. **A periodização do português brasileiro**, 2005. Disponível em: [www.uni-munster.de/Romanistik](http://www.uni-munster.de/Romanistik). Acesso em: 22 jun. 2010.

ROCHA, P. G. da; PEREIRA, R. A. O processo de ditongação sob a perspectiva da fonologia gerativa – aspectos sobre variação linguística. **Revista Língua e Literatura**, São Paulo, v. 9. p. 69-92, 2007.

SILVA, A. et al. Por uma abordagem dinâmica dos processos fônicos. **Revista Letras**, Curitiba: Editora da UFPR, n. 55, p. 93-113, 2001.

# VERBOS DE REESTRUTURAÇÃO NO PORTUGUÊS BRASILEIRO

Núbia Ferreira RECH<sup>1</sup>

**RESUMO:** A proposta desta pesquisa é investigar o fenômeno de reestruturação no Português Brasileiro (PB). Esse fenômeno envolve aplicação de regras sintáticas que desencadeiam a formação de predicado complexo, formando uma sequência verbal na estrutura de superfície. Submeteu-se aos testes da aplicação da regra de reestruturação os verbos de controle e de alçamento que selecionam um complemento VP/infinitivo, gerúndio, particípio ou um PInfP. Esses verbos foram testados em relação aos fenômenos alçamento do clítico e movimento (longo) do objeto, que constituem os principais diagnósticos da reestruturação nas línguas românicas. Os resultados desta pesquisa mostraram que o alçamento do clítico não é um diagnóstico confiável para revelar a formação de predicado complexo no PB. O movimento (longo) do objeto, por sua vez, se manifesta no PB nas construções em que ocorre a apassivação do verbo encaixado e também nas construções com movimento-*tough*, manifestando, portanto, a aplicação da regra de reestruturação.

**PALAVRAS-CHAVE:** Predicado Complexo. Verbos de Controle. Verbos de Alçamento. Reestruturação.

## Caracterização do fenômeno da reestruturação<sup>2</sup>

A literatura linguística tem dedicado atenção especial a contextos em que sentenças que têm verbos com complemento infinitivo podem se tornar transparentes para determinados fenômenos sintáticos locais, como o alçamento

---

<sup>1</sup> Professora Adjunta da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS), Erechim/RS – Brasil. E-mail: núbia@uffs.edu.br

<sup>2</sup> Este texto foi baseado fortemente na minha tese de doutorado, apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Linguística da Universidade Federal de Santa Catarina em 2009. Foram suprimidas integralmente algumas seções; outras foram substancialmente alteradas e outras ainda permaneceram praticamente inalteradas.

do clítico e o movimento longo do objeto.<sup>32</sup> Uma sentença infinitiva como *resolver esses problemas* pode ou não ser transparente para a extração de um determinado constituinte, dependendo do contexto em que ocorre. Por exemplo, se essa sentença receber uma interpretação temporal própria, puder ser negada à parte da sentença matriz e permitir extração de constituintes, constituirá um domínio funcional independente; caso contrário, formará um predicado complexo com a sentença matriz. Portanto, o comportamento da sentença infinitiva frente a essas propriedades é que determinará se essa sentença constitui um domínio independente da sentença matriz ou se foi desencadeado o processo de reestruturação.

Alguns estudos sobre construções infinitivas (RIZZI, 1982; AISSSEN; PERLMUTTER, 1976; BURZIO, 1986; GONÇALVES, 1999, 2003; WURMBRAND, 2003; CINQUE, 2006) revelam que, embora aparentemente iguais, essas construções podem apresentar diferenças significativas tanto no plano sintático quanto no semântico. Há uma concordância entre os autores que investigam as construções infinitivas sobre as diferenças na representação sintática dessas construções, ou seja, defende-se que nem todos os complementos infinitivos apresentam a mesma estrutura, gerando, por consequência, diferentes interpretações semânticas. Um desafio para esses estudos é propor uma representação dessas construções que permita prever a manifestação de propriedades como a negação, a marcação temporal, o alçamento do clítico e o movimento longo do objeto e que, paralelamente, explique as correlações entre diferenças sintáticas e interpretações semânticas.

Nas línguas românicas em geral, alguns verbos de controle e de alçamento têm revelado um comportamento sintático ambíguo, uma vez que, ao selecionarem um complemento infinitivo, podem exercer a função de predicado lexical, atribuindo papel temático a seus argumentos, ou de predicado funcional, formando uma unidade sintática com o verbo de seu complemento. Neste último caso, o complemento infinitivo revela efeitos de transparência para determinados fenômenos sintáticos, e a sequência verbal se torna um único domínio funcional, manifestando propriedades de um predicado verbal complexo.

---

<sup>3</sup> O termo ‘movimento longo do objeto’ está sendo empregado neste artigo como equivalente ao termo ‘Object Preposing’, utilizado por Rizzi (1982) para denominar o movimento do argumento interno do verbo encaixado para a posição de sujeito do verbo matriz.

## Verbos desencadeadores da regra de reestruturação nas línguas românicas

Os estudos recentes sobre os predicados de reestruturação têm procurado, fundamentalmente, determinar e caracterizar os verbos desencadeadores desse processo, depreender a estrutura de uma construção infinitiva reestruturada e descobrir suas motivações. Em grande parte desses estudos, tem sido apontado um núcleo comum de predicados de reestruturação, podendo este sofrer pequenas variações em diferentes línguas e, até mesmo, entre falantes de uma mesma língua.

Os principais autores que investigaram esse processo nas línguas românicas (RIZZI, 1982; AISSSEN; PERLMUTTER, 1976; BURZIO, 1986; GONÇALVES, 1999, 2003; CINQUE, 2006) classificaram como predicados de reestruturação basicamente os verbos modais, aspectuais e de movimento. Há, entretanto, a inserção de verbos de controle, como *tentar*, *permitir*, *ousar*, *tender*, *conseguir...*, e de alçamento, como *parecer*, nessa classe, mas esses verbos não são reconhecidos como predicados de reestruturação por todos os autores.

Os predicados que podem desencadear o processo de reestruturação pertencem, portanto, à classe dos verbos de controle ou de alçamento. Essa não é, todavia, uma condição suficiente, visto que apenas um subgrupo de verbos dessas classes permite a formação de um predicado complexo. Na sequência, são apresentados os principais indícios para a inserção ou exclusão desses verbos da classe dos predicados de reestruturação.

### Verbos de controle

Os trabalhos mais citados na literatura românica sobre reestruturação reconhecem um pequeno grupo de verbos de controle como desencadeadores desse processo. Para Rizzi (1982, p. 4), os únicos verbos de controle que podem formar predicados complexos são *volere* (querer) e *sapere* (saber). Na lista de Aissen e Perlmutter (1976, p. 364) figuram, além de *querer*, os verbos *tratar de*, *ordenar* e *permitir*, os dois últimos de controle do objeto. Burzio (1986, p. 324) reconhece como verbos de controle de reestruturação apenas *volere* e *sapere*, à semelhança de Rizzi. Gonçalves (1999) não apresenta uma lista fechada desses verbos, mas ilustra a manifestação dos efeitos de transparência em construções com *querer*, *saber*, *tentar* e *desejar*, fundamentalmente. Por fim, Cinque (2006, p. 26) classifica como predicados de reestruturação os verbos

*osare* (ousar) e *conseguire* (conseguir), além dos já citados *volere*, *sapere* e *provare* (tentar).

Os principais diagnósticos de formação de predicado complexo nas línguas românicas são o alçamento do clítico e o movimento longo do objeto, respectivamente. Empregando ambos os critérios como evidências de formação de predicado complexo, a literatura sobre o processo de reestruturação revela que alguns verbos de controle formam predicados complexos, ao passo que outros, não. Os exemplos a seguir mostram o contraste de gramaticalidade em estruturas de controle em que se aplicou o critério do alçamento do clítico no italiano, no espanhol e no PE, respectivamente:

- (1) a. Lo volevo [vedere *t* súbito] ‘(Eu) quero vê-lo imediatamente’.  
b. \*Lo detesto [vedere *t* in quello stato] ‘(Eu) detesto vê-lo neste estado’.  
(CINQUE, 2006, p. 1)

- (2) a. Juan loi quiere comer *ec<sub>i</sub>*. ‘Juan quer comê-lo.’  
b. \*Juan lo *i* insiste en comer *ec<sub>i</sub>*. ‘Juan insiste em comê-lo’.  
(FUKUDA, 2006, p. 1)

- (3) a. O João não os quer trazer.  
b. \*O João não os decidiu trazer.  
(GONÇALVES, 1999, p. 3-4)

Como se verifica nas sentenças anteriores, verbos de controle manifestam um comportamento diferente em relação aos diagnósticos de formação de predicado complexo. Em todos os exemplos, os verbos de controle selecionam um complemento infinitivo, mas apenas em (1a), (2a) e (3a) ocorre a formação de predicado complexo, conforme indica o alçamento do clítico. Como se depreende dos exemplos (1) a (3), a classificação de um verbo como de controle não é determinante para sua inserção na classe de predicados que desencadeiam o processo de reestruturação. Torna-se necessário, portanto, investigar quais são as propriedades compartilhadas por um subgrupo de verbos de controle que formam predicados complexos.

Verbos de controle selecionam argumento externo, o qual preenche a posição de sujeito superficial da sentença matriz. Por essa razão, não é possível mover nenhum outro constituinte para essa posição, impedindo, assim, a

transformação passiva da sentença encaixada, como se verifica no exemplo a seguir, extraído de Gonçalves (1999, p. 173):

- (4) a. O Presidente da Associação quer cumprimentar o João.  
 b. O João quer ser cumprimentado pelo Presidente da Associação.

O exemplo (4) revela que verbos como *querer* permitem o encaixe de uma passiva, mas não a apassivação da sentença encaixada. Essa impossibilidade decorre das restrições de seleção impostas pelos verbos de controle, que atribuem papel temático à posição do argumento externo. O fato de o DP *o João* ocupar a posição de argumento interno do verbo encaixado em (4a) e de sujeito do verbo matriz em (4b) não constitui indício da aplicação da regra de reestruturação em (4b), pois essa construção não corresponde à passiva da estrutura apresentada em (4a).

## Verbos de alçamento

Há um consenso entre os principais autores que investigaram a reestruturação nas línguas românicas quanto aos verbos de alçamento que desencadeiam esse processo. Rizzi (1982), Aissen e Perlmutter (1976), Burzio (1986), Gonçalves (1999) e Cinque (2006) inserem nesse grupo os verbos modais, aspectuais e de movimento. Esse grupo seria formado, portanto, por verbos como *dever, ter de, poder, tender, começar, continuar, costumar, estar por, terminar, ir, vir*, entre outros. Segundo esses autores, os verbos de alçamento que permitem reestruturação selecionam um complemento no infinitivo, formando sequências verbais. Estas resultam do movimento do argumento externo do verbo encaixado para a posição de sujeito da sentença, conforme mostram os exemplos a seguir, extraídos de Rizzi (1982, p. 4-5):

- (5) a. Gianni gli *ha dovuto/ha potuto* parlare personalmente.  
 ‘Gianni lhes tem devido/tem podido falar pessoalmente’  
 b. Mario la *comincia a/finisce di* battere a macchina domani (la tesi).  
 ‘Mario a começa a/termina de bater a máquina amanhã (a tese)’  
 c. Piero li *venne/andò/tornò* a chiamare alla stazione.  
 ‘Piero os veio/andou/tornou a chamar para a estação’

Em construções de alçamento, o DP argumento externo do verbo encaixado se move para a posição de sujeito do verbo matriz. Esse movimento ocorre para suprir a carência de Caso do DP, que não pode receber nominativo da forma verbal no infinitivo por esta não carregar marcas flexionais, nem acusativo do verbo matriz, que não tem esse Caso disponível devido a suas propriedades inacusativas. É dessa forma que o argumento do verbo encaixado se torna o sujeito da sentença, satisfazendo, também, o EPP. Nas sentenças em (5), o alçamento do clítico revela a aplicação da regra de reestruturação, uma vez que este é um fenômeno que opera localmente, no interior de um domínio funcional.

Além do alçamento do clítico, o movimento longo do objeto pode ser empregado como um diagnóstico de reestruturação com verbos de alçamento por estes não selecionarem argumento externo. Esse movimento ocorre com a apassivação do verbo matriz ou encaixado. Gonçalves (1999, p. 71) apresenta exemplos do PE em que os verbos de alçamento *poder* e *dever* permitem a apassivação da sentença encaixada, manifestando, por consequência, o movimento longo do objeto, como se verifica a seguir:

- (6) a. Meus irmãos não podiam/deviam apresentar *o Pedro* à Maria  
nessa noite.  
b. *O Pedro* não lhe podia/devia ser apresentado nessa noite.

Em (6b) ocorre o movimento longo do objeto, pois o DP *o Pedro*, argumento interno do verbo *apresentar*, é alçado para a posição de sujeito da sentença, desencadeando a concordância com o verbo matriz *poder/dever*. A possibilidade de mover o objeto do verbo encaixado para a posição de sujeito do verbo matriz evidencia a formação de predicado complexo, uma vez que revela a presença de um único domínio funcional. Essa hipótese é corroborada pelo alçamento do clítico *lhe* para a posição à esquerda do verbo matriz. O PE apresenta evidências claras de que os verbos de alçamento *poder/dever* constituem, de fato, predicados de reestruturação, pois esses dois verbos permitem movimento longo do objeto na apassivação da sentença encaixada e alçamento do clítico.

## **A reestruturação no PB**

### **Verbos candidatos a predicados de reestruturação no PB**

A lista de verbos do PB que será submetida aos testes das propriedades indicadoras de reestruturação corresponde à lista desses predicados em línguas como o italiano (cf. RIZZI, 1982; BURZIO, 1986; CINQUE, 2006), o espanhol (cf. AISSSEN; PERLMUTTER, 1976) e o PE (cf. GONÇALVES, 1999, 2003). Considerando que não há completa identidade entre os elementos que integram a lista dos verbos de reestruturação entre os autores abordados, fez-se a opção por submeter aos testes os verbos classificados como predicados de reestruturação por pelo menos dois desses autores. Como resultado, chegou-se a uma lista de verbos modais, aspectuais e de movimento semelhante à lista de auxiliares proposta por importantes gramáticos, como Kury (1970), Cunha e Cintra (1985), Luft (1991), Perini (2000) e Bechara (2001).

O principal objetivo deste trabalho é averiguar se a reestruturação se aplica no PB e, em caso afirmativo, descobrir os verbos que a desencadeiam. Para a consecução desse objetivo, analisamos os fenômenos alçamento do clítico e movimento longo do objeto em construções com complemento VP por serem estes os principais meios de diagnosticar a aplicação da regra de reestruturação.

## **Principais fatores determinantes da reestruturação e sua manifestação no PB**

### **Alçamento do clítico**

A presença de um verbo de reestruturação no domínio matriz possibilita o alçamento do clítico argumento interno do verbo encaixado para esse domínio. Com a aplicação da regra de reestruturação, a forma infinitiva se torna transparente para esse movimento, que revela a ausência de barreira entre os dois verbos e, portanto, a formação de um único domínio funcional.

Quando se trata de aplicar o teste do alçamento do clítico no PB, algumas questões se impõem. A primeira delas é que o paradigma de clíticos no PB não é tão rico como o das outras línguas românicas. Por exemplo, o clítico

acusativo de terceira pessoa *o*, que é aquele cujo comportamento mais se aproxima do dos clíticos das outras línguas românicas para efeitos de testar se existe reestruturação, não é natural na fala (cf. KANTHACK, 2002, p. 99; PEREIRA, 2006, p. 22; 179). Isso enfraquece consideravelmente a credibilidade do teste.

Veja que o PB parece comportar-se como as demais línguas românicas, requerendo o alçamento do clítico em construções com complemento no particípio, como se verifica a seguir:

- (7) a. A Maria não tinha lido o livro.  
b. A Maria não *o* tinha lido.  
c. \*A Maria não tinha *o* lido.  
d. \*A Maria não tinha lido-*o*.

O exemplo (7b) revela a possibilidade de alçamento do clítico de terceira pessoa no PB. O clítico *o* ocupa a posição à esquerda do verbo matriz, evidenciando a formação de um único domínio funcional através da manifestação de efeitos de transparência da forma verbal no particípio. Em construções com *ter* seguido de particípio, o clítico não pode ficar proclítico nem enclítico ao verbo encaixado, como mostram as sentenças (7c) e (7d), respectivamente. O alçamento do clítico de terceira pessoa nesse contexto é, portanto, obrigatório também no PB.

Em construções com complemento no gerúndio, a distribuição do clítico é semelhante à verificada nos exemplos com complemento no particípio, conforme mostram as sentenças a seguir:

- (8) a. Marta estava querendo esse livro.  
b. Marta *o* estava querendo.  
c. \*Marta estava *o* querendo.  
d. \*Marta estava querendo-*o*.

A boa formação da sentença (8b) em contraste com a agramaticalidade de (8c) e (8d) revela que o clítico *o* deve mover-se para o domínio matriz nas construções em que o verbo *estar* seleciona um complemento no gerúndio. Esse movimento obrigatório indica que, no PB, há formação de predicado complexo nessas construções.

Nas sequências em que o verbo encaixado assume a forma infinitiva, o clítico *o* apresenta uma distribuição diferente da verificada nas construções com participípio e gerúndio. O exemplo a seguir ilustra esse emprego:

- (9) a. Pedro pode/deve comprar esse carro.  
 b. ?Pedro o pode/deve comprar.  
 c. \*Pedro pode/deve o comprar.  
 d. Pedro pode/deve comprá-lo.

A baixa aceitabilidade da sentença (9b) revela que as construções com complemento infinitivo não favorecem o alçamento do clítico *o* como aquelas com complemento no participípio e no gerúndio. A sentença (9c) é agramatical, indicando a impossibilidade de próclise à forma verbal encaixada também nas construções infinitivas. Por fim, a boa formação de (9d) aponta a ênclise ao verbo mais baixo como a posição preferencial do clítico *o* em sequências com complemento no infinitivo, diferenciando-se, assim, das construções com participípio e gerúndio.

Os exemplos (7b), (8b) e (9b) revelam a possibilidade de alçamento do clítico no PB. É importante observar, entretanto, que esse fenômeno está restrito aos clíticos acusativos de terceira pessoa, que apresentam baixa frequência de uso na língua, manifestando, por consequência, algumas peculiaridades. Empregam-se os clíticos *o/a* apenas em contextos formais de comunicação, sendo utilizados especialmente por falantes com escolaridade média ou alta.

A segunda questão que se impõe a respeito do teste dos clíticos brasileiros é que aqueles que ainda são ativos, *me*, *te*, *se*, *lhe*, têm um comportamento diferenciado do das outras línguas românicas no que diz respeito à sua colocação. As sentenças a seguir ilustram sua disposição nas construções em que o verbo matriz seleciona como complemento uma forma verbal no infinitivo, no gerúndio e no participípio, respectivamente:

- (10) a. A Maria conseguiu *me/te* encontrar.  
 b. ??A Maria conseguiu encontrar-*me/te*.  
 c. \*A Maria *me/te* conseguiu encontrar.

- (11) a. Pedro está *me/te* analisando.  
b. ??Pedro está analisando-*me/te*.  
c. ??Pedro *me/te* está analisando.
- (12) a. Marta tem *me/te* consultado atualmente.  
b. ??Marta tem consultado-*me/te* atualmente.  
c. ??Marta *me/te* tem consultado atualmente.

A diferença no grau de aceitabilidade entre as sentenças (10a,b), (11a,b) e (12a,b) sugere que o PB manifesta claramente uma preferência pela próclise ao verbo encaixado em contexto de formação de predicado complexo.

Em suma, em construções com sequências verbais, os pronomes *me/te/se/lhes* podem ocupar a posição proclítica ou enclítica ao verbo mais baixo. Já o clítico acusativo de terceira pessoa pode ficar proclítico ao verbo finito ou enclítico ao verbo infinitivo mais baixo, como mostram os exemplos de (7) a (9). Esse resultado permite concluir que, à exceção dos clíticos *o/a*, cujo emprego se restringe a contextos estritamente formais, o PB não admite alçamento, diferenciando-se, assim, das demais línguas românicas. Contudo, não se pode inferir a ausência do fenômeno de reestruturação no PB, que pode manifestar outros efeitos de transparência nas construções em que verbos modais, aspectuais e de movimento selecionam uma forma verbal como complemento.

## Movimento longo do objeto

Uma outra propriedade igualmente importante na identificação de predicados de reestruturação é o movimento longo do objeto. Esse movimento também revela uma estrutura mono-sentencial, uma vez que o objeto do verbo da sentença encaixada se superficializa como sujeito da construção, estabelecendo a concordância com o verbo da sentença matriz e sendo marcado com Caso nominativo. A seguir, são apresentados exemplos em que o fenômeno de reestruturação é manifesto pelo movimento longo do objeto no italiano e no PE, respectivamente:

- (13) Queste case si vogliono vendere a caro prezzo.  
'Estas casas se querem vender a alto preço'

(RIZZI, 1982, p.16)

- (14) No próximo ano, vão ver-se mais estudantes nesta biblioteca.  
(GONÇALVES, 1999, p. 146)

A sentença (13) ilustra o movimento longo do objeto em italiano através da formação da voz passiva sintética. Nessa construção, o argumento interno do verbo encaixado é marcado com Caso nominativo pela flexão da sentença matriz, que, por sua vez, recebe do objeto movido suas marcas flexionais de número e pessoa. O exemplo (14) mostra a passiva sintética no PE. Diferentemente do que ocorre no italiano, o objeto do verbo encaixado se posiciona no final da sentença. O movimento longo do objeto é manifesto pela concordância do DP objeto de *ver* com o verbo mais alto. Nesses exemplos, ocorre movimento de constituintes da sentença encaixada para a matriz, evidenciando, portanto, a formação de predicado complexo.

No PB, Nunes (1991) classifica o *-se* em apassivador e indeterminador, utilizando critérios como atribuição de papel- $\theta$  e marcação Casual. Nessa proposta, o *-se* apassivador retoma o argumento externo não expresso na construção, absorvendo seu papel- $\theta$ ; o *-se* indeterminador, por sua vez, constitui um vestígio do elemento que ocupa a posição de sujeito superficial. Logo, a formação da passiva sintética só ocorre com verbos que selecionam argumento externo e interno, ou seja, com verbos transitivos. Com base nesse autor, o *-se* em construções intransitivas e inacusativas seria classificado como indeterminador, visto que verbos intransitivos não selecionam argumento interno, e inacusativos não selecionam argumento externo. Essa classificação vai ao encontro da proposta pelas gramáticas tradicionais, que classificam o *se* empregado com verbos transitivos como partícula apassivadora e com intransitivos como índice de indeterminação do sujeito, conforme ilustram respectivamente as sentenças a seguir:

- (15) a. Pedro aluga casas.  
b. Alugam-se casas.
- (16) a. Os funcionários trabalham muito nessa empresa.  
b. Trabalha-se muito nessa empresa.

A sentença (15b) corresponde à passiva sintética. Na voz ativa, o verbo *alugar* seleciona argumento externo (*Pedro*) e interno (*casas*), como em (15a); já na voz passiva sintética, apenas o argumento interno é requerido,

transformando-se no sujeito da construção, como evidencia a concordância estabelecida com o verbo *alugar* em (15b). Em (16), o verbo (*trabalhar*) seleciona apenas argumento externo. Este é expresso, em (16a), por um DP (*os funcionários*), que exerce a função de sujeito superficial, desencadeando a concordância com o verbo. Em (16b), a partícula *-se* constitui um vestígio do argumento externo, indeterminando-o. A diferença entre (16a) e (16b) está, portanto, na expressão do argumento externo.

No PB, é comum a falta de concordância em construções com *-se* associado a verbos transitivos, conforme mostra a boa formação da sentença a seguir:

(17) Aluga-se casas.

A ausência de concordância entre o verbo e o DP *casas* sugere que a partícula *-se* constitui um resquício do argumento externo também em construções com verbos transitivos. A flexão plural do verbo indicaria a formação da passiva sintética, revelando *casas* como sujeito da construção. Essa flexão, entretanto, não é comum em construções como (17), por estar restrita ao padrão culto escrito, consistindo numa imposição gramatical, e não numa propriedade reveladora do sujeito. A recorrência de sentenças como (17) permite inferir que a formação da passiva sintética não é um processo natural nem produtivo no PB atual.

Para investigar o fenômeno da reestruturação no PB, faz-se necessário, portanto, descobrir manifestações de efeitos de transparência nessa língua, visto que ela não permite alçamento do clítico nem apresenta de forma produtiva a concordância verbal na voz passiva sintética. Além disso, a formação dessa passiva com verbos de controle só é possível em línguas com alçamento do clítico (cf. GONÇALVES, 1999, p. 147). No PB, os verbos de controle impedem a formação da passiva sintética por selecionarem argumento externo, inviabilizando o movimento do objeto do verbo encaixado para a posição de sujeito da sentença. Já nas línguas que permitem alçamento do clítico, o *-se* apassivador pode se mover para o domínio matriz, suspendendo a atribuição de papel temático dos verbos de controle empregados como predicados de reestruturação. Por consequência, o objeto do verbo encaixado pode ser alçado para a posição de sujeito da sentença, evidenciando reestruturação pela formação da passiva sintética.

O movimento longo do objeto também ocorre como consequência do processo de apassivação do verbo matriz ou do encaixado, conforme mostram os exemplos do espanhol e do PE a seguir:

- (18) *Estas casas<sub>i</sub> fueron empezadas a pintar t<sub>i</sub>.*  
 ‘Estas casas foram começadas a pintar.’  
 (FUKUDA, 2006, p. 1)
- (19) a. A Maria deve cantar *a Aida*.  
 b. *A Aida* deve ser cantada por Maria.  
 (GONÇALVES, 1999, p. 172)

Em (18), ocorre o processo de apassivação do verbo matriz (*empezar*) ou a formação da passiva longa, conforme denominado na literatura linguística. De acordo com Cinque (2006, p. 68), esse fenômeno só é possível em construções com verbos de reestruturação que indicam o ponto inicial de um evento ou o seu ponto final. Em (19), é o verbo encaixado (*cantar*) que sofre o processo de apassivação. Ambas as construções constituem evidências de reestruturação por permitirem o movimento do objeto do verbo encaixado para o domínio matriz, revelando a formação de um único domínio funcional.

Diferentemente do espanhol e do italiano, o PB não permite a formação da passiva longa com os verbos que marcam o início de uma ação, como *começar*, nem com os verbos *terminar* e *acabar*, que marcam o seu ponto final. Os exemplos a seguir mostram essa restrição:

- (20) a. Os operários finalmente começaram a construir as casas.  
 b. \*As casas finalmente foram começadas a construir.
- (21) a. Os operários finalmente terminaram/ acabaram de construir as casas.  
 b. \*As casas finalmente foram terminadas/acabadas de construir.

A agramaticalidade das sentenças (20b) e (21b) revelam que esse processo não é possível no PB. A apassivação do verbo encaixado, por sua vez, é um processo natural, como se verifica nos exemplos a seguir:

- (22) a. Pedro deve/pode/tem que concluir *esses projetos*.  
 b. *Esses projetos* devem/podem/têm que ser concluídos (por Pedro).

- (23) a. O consumo excessivo de álcool anda/vem causando muitos acidentes.  
b. Muitos acidentes andam/vêm sendo causados pelo consumo excessivo de álcool.
- (24) a. O professor tende a/começa a/continua a/costuma/acaba de valorizar *as produções originais*.  
b. *As produções originais* tendem a/começam a/continuam a/costumam/acabam de ser valorizadas (pelo professor).
- (25) a. Meu irmão vai comprar *os dois terrenos*.  
b. *Os dois terrenos* vão ser comprados (por meu irmão).

As sentenças acima ilustram a formação da passiva com verbos modais, aspectuais e de movimento, respectivamente. Nessas construções, o argumento interno do verbo encaixado é alçado para a posição de sujeito da sentença. É importante salientar outra vez que, no PB, a apassivação do verbo encaixado só é possível em construções com verbos de alçamento, que não selecionam argumento externo, deixando livre a posição do sujeito. Com a finalidade de identificar a formação de predicado complexo, a apassivação do verbo encaixado é um diagnóstico tão confiável quanto a apassivação do verbo matriz, pois ambos os processos evidenciam ausência de barreira sentencial.

Em contexto de reestruturação, o movimento-*tough* também indica a formação de um único domínio funcional. Fukuda (2006, p. 2) ilustra esse movimento com sentenças do espanhol:

- (26) Estas casas<sub>i</sub> son fáciles de empezar a pintar ec<sub>i</sub>.  
'Estas casas são fáceis de começar a pintar'.

Em (26), o argumento interno do verbo encaixado é alçado para a posição de sujeito da construção. Por consequência, suas marcas flexionais de número e pessoa são transmitidas ao verbo *ser* e ao adjetivo *fácil* ou *easy-adjectives*, como referidos na literatura. Esse movimento evidencia a formação de predicado complexo por ocorrer apenas na ausência de barreira entre os verbos matriz e encaixado. O PB também permite esse movimento em contexto de formação de predicado complexo, como se verifica nas sentenças a seguir:

- (27) a. Pedro tenta/consegue/quer/trata de/deseja ajudar *essas crianças*.  
 b. *Essas crianças* são fáceis de tentar/conseguir/querer/tratar de/desejar ajudar.
- (28) a. As pessoas devem/podem/têm que praticar *atividade física*.  
 b. *Atividade física* é difícil de \*dever/poder/ter que praticar.
- (29) a. Marta tende a/começa a/continua a/costuma/acaba de *cometer erros*.  
 b. *Erros* são fáceis de tender a/começar a/continuar a/costumar/cometer.  
 c. *Erros* são fáceis de acabar cometendo.
- (30) a. As escolas vão mudar *o sistema de avaliação*.  
 b. *O sistema de avaliação* é difícil de vir a mudar.

Nos exemplos anteriores, o objeto do verbo encaixado passa para o domínio matriz, tornando-se o sujeito da construção. Esse movimento revela a presença de um único domínio funcional, evidenciando a formação de predicado complexo em construções com verbos de controle e de alçamento que expressam modalidade, aspecto e movimento, exceto com o modal de obrigação *dever*. Verifica-se, nos exemplos de (27) a (30), que a maioria dos verbos classificados como predicados de reestruturação nas línguas românicas possibilita o movimento-*tough* no PB. A importância da análise desse fenômeno no PB está em poder ser testado com verbos de controle, que selecionam argumento para a posição de sujeito superficial, impedindo, assim, o movimento do objeto pela apassivação do verbo encaixado.

Conforme foi abordado nesta seção, o movimento longo do objeto ocorre no processo de formação da passiva sintética, da passiva longa, na apassivação da sentença encaixada e nas construções *tough*. Destes, apenas os dois últimos constituem diagnósticos da formação de predicado complexo no PB: a apassivação da sentença encaixada por se aplicar de forma generalizada aos verbos de alçamento que constituem predicados de reestruturação; já o movimento-*tough* por poder ser testado não apenas com verbos de alçamento, mas também com predicados de controle.

## Considerações finais

Neste trabalho, foram abordados os dois principais fatores determinantes do processo de reestruturação nas línguas românicas e sua possível manifestação no PB. Conforme assinalado ao longo das seções, algumas propriedades importantes na identificação dos predicados complexos não podem ser testadas no PB. Este é o caso do fenômeno do alçamento do clítico, o diagnóstico mais confiável da aplicação da regra de reestruturação, e do movimento longo do objeto em estruturas de controle.

Os resultados referentes ao fator alçamento do clítico não podem ser considerados determinantes no PB. Em primeiro lugar, por essa língua não dispor de um rico paradigma de clíticos como as demais línguas românicas. Em segundo, por o clítico acusativo de terceira pessoa *o*, que apresenta um comportamento próximo ao dos clíticos das outras línguas românicas, não ser natural na fala. Esses dois aspectos enfraquecem, consideravelmente, a credibilidade desse teste, que deve, por essa razão, ser desconsiderado na análise de fenômeno da reestruturação no PB. O movimento longo do objeto, que também constitui um importante diagnóstico da reestruturação, se manifesta no PB com verbos de controle e de alçamento.

Os verbos *tentar*, *conseguir*, *querer*, *tratar de* e *desejar*, classificados na literatura linguística como verbos de controle de reestruturação, admitem movimento-*tough* no PB, sinalizando que, também nessa língua, podem desencadear a formação de um único domínio funcional. Neste aspecto, diferenciam-se de verbos de controle como *decidir*, *insistir*, *detestar*, entre outros, que não constituem predicados de reestruturação (cf. RIZZI, 1982; AISSSEN; PERLMUTTER, 1976; BURZIO, 1986; FUKUDA, 2006; GONÇALVES, 1999; WURMBRAND, 2003; CINQUE, 2006). Os verbos de controle de reestruturação manifestam ainda outras propriedades de núcleos funcionais no PB. Esses verbos estão sujeitos à ordem relativa dos núcleos funcionais proposta por Cinque (2006) e subcategorizam um VP dependente temporalmente do domínio matriz (cf. FERREIRA, 2009).

Em relação aos verbos modais, aspectuais e de movimento, foi possível constatar que estes manifestam o movimento do objeto nas construções-*tough* e no processo de passivação do verbo encaixado, mantendo a correspondência ativa-passiva. Em relação aos fatores investigados nesta pesquisa, os resultados sugerem que os verbos de reestruturação que projetam uma estrutura de alçamento

estão em um estágio mais avançado de gramaticalização que o dos verbos de reestruturação de controle, que não permitem o fenômeno da transparência de voz.

RECH, Núbia Ferreira. Restructuring verbs in Brazilian Portuguese. **Revista do GEL**, São Paulo, v. 8, n. 1, p. 172-189, 2011.

**ABSTRACT:** *The proposal of this research is to investigate the restructuring phenomenon in Brazilian Portuguese (BP). This phenomenon involves application of syntactic rules that unchain the formation of complex predicate, forming a verbal sequence in the surface structure. We submitted the control verbs and the raising verbs that select a VP/infinitive complement, gerund, participle or a PInfp to the application tests of the restructuring rule. These verbs were tested in relation to the clitic climbing and the (long) movement of the object phenomena, that constitutes the mains diagnoses of the restructuring in the Romanic languages. The results of this research showed that the clitic climbing is not a reliable diagnosis to reveal the formation of complex predicate in BP. The (long) movement of the object, in turn, observed in BP in constructions with the passivation of the embedded verb and also in the constructions with tough movement, manifesting, therefore, the application of the restructuring rule.*

**KEYWORDS:** *Complex Predicate. Control Verbs. Raising Verbs. Restructuring.*

## Referências

AISSEN, J.; PERLMUTTER, D. Clause reduction in spanish. In: THOMPSON, H. et al. (Eds.). **Proceedings of the second annual meeting of the Berkeley Linguistics Society**. Califórnia: Berkeley, 1976. p. 1-30.

BECHARA, E. **Moderna gramática portuguesa**. 37. ed. Rio de Janeiro: Lucerna, 2001.

BURZIO, L. **Italian syntax**. Dordrecht: Reidel, 1986.

CINQUE, G. **Restructuring and functional heads: the cartography of syntactic structures**. New York: Oxford University Press, 2006.

CUNHA, C.; CINTRA, L. **Nova gramática do português contemporâneo**. 2. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.

FERREIRA, N. S. **Auxiliares: uma subclasse dos verbos de reestruturação**. 2009. 192 f. Tese (Doutorado em Linguística) – Centro de Comunicação e Expressão, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2009.

FUKUDA, S. **The syntax of Japanese aspectual verbs**. San Diego: UCSD, 2006.

GONÇALVES, A. **Predicados complexos verbais em contextos de infinitivo não-preposicionado do português europeu**. 1999. Tese (Doutorado em Linguística) - Faculdade de Letras, Universidade de Lisboa, Lisboa, 1999.

\_\_\_\_\_. Defectividade funcional e predicados complexos em estruturas de controlo do português. In: CASTRO, I.; DUARTE, I. (Eds.). **Razões e emoção**: miscelânea de estudos oferecida a Maria Helena Mateus. Vol. I. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 2003. p. 347-366.

KANTHACK, G. S. **Clíticos pronominais no português do Brasil**. 2002. 164 f. Tese (Doutorado em Linguística) - Centro de Comunicação e Expressão, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2002.

KURY, A. G. **Lições de análise sintática**. 5. ed. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1970.

LUFT, C. P. **Moderna gramática brasileira**. 11. ed. São Paulo: Globo, 1991.

NUNES, J. M. *Se* passivador e *se* indeterminador: o percurso diacrônico no português brasileiro. **Caderno de Estudos Linguísticos**, Campinas (UNICAMP), n. 20, p. 33-58, 1991.

PEREIRA, A. L. D. **Os pronomes clíticos do PB contemporâneo na perspectiva teórica da morfologia distribuída**. 2006. 210 f. Tese (Doutorado em Linguística) - Centro de Comunicação e Expressão, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2006.

PERINI, M. **Gramática descritiva do português**. São Paulo: Ática, 2000.

RIZZI, L. **Issues in italian syntax**. Dordrecht: Foris, 1982.

WURMBRAND, S. **Infinitives**: restructuring and clause structure. Berlin, New York: Mouton de Gruyter, 2003.

## ÍNDICE DE ASSUNTOS

- Aforização, p. 125  
Análise do discurso, p. 8, 108  
Anúncio publicitário, p. 108  
Artigo crítico-literário, p. 8  
Autoajuda, p. 125  
Competência tradutória, p. 49  
Complexos oracionais, p. 49  
Corpo, p. 138  
Descrição, p. 69  
Discurso, p. 125  
Ditongo, p. 156  
Epêntese, p. 156  
Enunciados destacados, p. 125  
Estudos da tradução, p. 49  
Estudos da tradução baseados em *corpus*, p. 31  
*Ethos* institucional, p. 108  
Fonética acústica, p. 156  
*Frame*, p. 69  
James Joyce, p. 8  
Leitura, p. 69  
Linguística de *corpus*, p. 31  
Linguística sistêmico-funcional, p. 49  
Literatura brasileira traduzida, p. 31  
Marilene Felinto, p. 31  
Modelo de exemplares, p. 91  
Normalização, p. 31  
Objeto de aprendizagem, p. 69  
Português como segunda língua, p. 91  
Predicado complexo, p. 172  
Processo tradutório, p. 49  
Reestruturação, p. 172  
Revista acadêmica, p. 8  
Ser e estar, p. 91  
Subjetividade, p. 138  
Tradução literária, p. 31  
Tradutores em formação, p. 49  
Travesti, p. 138  
*Ulysses*, p. 8  
Verbos de alçamento, p. 172  
Verbos de controle, p. 172

## SUBJECT INDEX

- Academic journal*, p. 29  
*Acoustic phonetics*, p. 170  
*Advertisements*, p. 123  
*Aphorisation*, p. 136  
*Body*, p. 154  
*Clause complexes*, p. 67  
*Complex predicate*, p. 188  
*Control verbs*, p. 188  
*Corpus linguistics*, p. 47  
*Corpus-based translation studies*, p. 47  
*Description*, p. 84  
*Detached utterances*, p. 136  
*Diphthong*, p. 170  
*Discourse*, p. 136  
*Discourse analysis*, p. 29, 123  
*Epenthesis*, p. 170  
*Exemplar models*, p. 106  
*Frame*, p. 84  
*James Joyce*, p. 29  
*Institutional ethos*, p. 123  
*Learning object*, p. 84  
*Literary-critical article*, p. 29  
*Literary translation*, p. 47  
*Marilene Felinto*, p. 47  
*Normalisation*, p. 47  
*Portuguese as a second language*, p. 106  
*Raising verbs*, p. 188  
*Reading*, p. 84  
*Restructuring*, p. 188  
*Self-help*, p. 136  
*Subjectivity*, p. 154  
*Systemic functional linguistics*, p. 67  
*Translated Brazilian literature*, p. 47  
*Translation competence*, p. 67  
*Translation process*, p. 67  
*Translation students*, p. 67  
*Translation studies*, p. 67  
*Transvestite*, p. 154  
*Ulysses*, p. 29  
*Verbs ser and estar*, p. 106

## ÍNDICE DE AUTORES / AUTHORS INDEX

- BRAGA, Camila Nathália de Oliveira, p. 49  
BRAGA, Sandro, p. 138  
BRUNELLI, Anna Flora, p. 125  
CAMARGO, Diva Cardoso de, p. 31  
COSTA, Iara Bemquerer, p. 108  
GRIGOLETO, Grace Gonçalves, p. 31  
HUBACK, Ana Paula, p. 91  
KARWOSKI, Acir Mário, p. 108  
PAGANO, Adriana Silvina, p. 49  
PEIXOTO, Cleiliane Sisi, p. 156  
RECH, Núbia Ferreira, p. 172  
SOUSA FERREIRA, Sheila de, p. 69  
STAFUZZA, Grenissa, p. 8  
TINOCO CABRAL, Ana Lúcia, p. 69